

Novo Governo: a mesma gente para a mesma política

Nota da Comissão Política do CC do PCP - Pág. 32



**acidentes
de trabalho**
uma marca
de classe
do
crescimento
cavaquista

Págs. 16, 17, 18 e 19



Concretizar os compromissos assumidos com os portugueses

– *Entrevista
com Octávio Teixeira*

Págs. 4 e 5

A contribuição dos comunistas para o reforço do movimento sindical

Pág. 21

**Vale tudo no afirmar
das diferenças,
das discordâncias,
das divergências?**

O que é ser comunista militante do PCP

Pág. 22

Filmes na TV

«A verdade
contra tudo»
pode ser o acontecimento
televisivo da semana
– crítica no próximo
número

Pág. 28

EDITORIAL

Resposta de luta — uma necessidade da hora actual



A CGTP acusa o patronato de procurar o lucro pela via mais fácil, num momento em que se sucedem os despedimentos colectivos e se agravam os problemas sociais (foto de arquivo)

RESUMO

23 Quarta-feira

O Grupo Parlamentar do PCP apresenta as grandes linhas do seu trabalho para esta legislatura ■ Os trabalhadores do «Diário Popular» responsabilizam o Estado e a Sociedade Editora Record pelas consequências do encerramento do vespertino, enquanto o Sindicato dos Jornalistas obtém do Provedor de Justiça a promessa de estudar aquele processo de privatização ■ O MNE indonésio afirma ao «DN» que, afinal, «o meu governo sugeriu que um desses três jornalistas não integrasse a delegação portuguesa», reconhecendo não ter poderes para impedir qualquer profissional da informação de acompanhar os parlamentares na visita a Timor-Leste ■ São assinados em Paris os acordos para a paz no Camboja ■ Mobutu nomeia um novo primeiro-ministro para o Zaire.

24 Quinta-feira

Em encontro com o PR, a Convergência Nacionalista Timorense manifesta o desejo de que a delegação parlamentar portuguesa visite Timor-Leste, apesar dos entraves colocados pela Indonésia ■ A CML retira da discussão na Assembleia Municipal a proposta de regulamento que alarga o horário das discotecas e bares em Lisboa ■ Uma equipa da EDP é impedida pela população de cortar arvoredo em Buscalque, enquanto em Lobios entra no terceiro dia a greve da fome de 37 habitantes das aldeias a submergir pela albufeira da barragem do Lindoso ■ O PE aprova em primeira leitura o projecto de Orçamento da CEE para 1992 ■ Num quadro de forte descontentamento social, tem lugar uma greve geral em França ■ Em Nova Iorque 100 mil pessoas deverão passar o próximo Inverno sem terem um tecto para se abrigarem, revelam as organizações de assistência.

25 Sexta-feira

São despedidos 88 trabalhadores da Seagate, multinacional de electrónica que pretende encerrar as suas portas até ao Verão de 1992 ■ O presidente da CM de Moura, eleito numa coligação PS/PSD, renuncia ao seu mandato ■ Em Alcácer do Sal começam a ser desenterradas para incineração as carcaças dos porcos contaminados pela peste suína africana ■ Em carta ao secretário-geral da ONU, responsáveis de três partidos que apoiaram em 1975 a anexação de Timor-Leste pedem a presença de uma força de paz das Nações Unidas no território ■ Quatro mil homens estão a participar numa ofensiva militar do exército turco contra posições curdas nas montanhas do Norte do Iraque, segundo a agência Anatólia.

26 Sábado

O patronato procura o lucro fácil e a qualquer preço — acusa a CGTP no final de uma reunião do seu Conselho Nacional ■ A visita de uma delegação parlamentar portuguesa a Timor-Leste fica suspensa — anuncia o presidente da AR ■ A poucos dias da conferência de paz

em Madrid, inicia-se em Lisboa o Diálogo Parlamentar Euro-Árabe ■ O concerto «Sou um estrangeiro» abre uma campanha contra o racismo e a xenofobia na Alemanha ■ Santiago Carrillo anuncia a dissolução do Partido do Trabalho de Espanha, que se vai integrar no PSOE como corrente de opinião denominada «Unidade de Esquerda» ■ O Parlamento da URSS deverá ratificar os tratados sobre desarmamento assinados por Gorbachov e Genscher, afirma o presidente soviético no final do encontro em Moscovo com o MNE alemão.

27 Domingo

Todas as horas extraordinárias do mês de Junho estão por pagar no distrito de Évora, denuncia o Sindicato dos Professores da Zona Sul ■ Tropas indonésias dispararam contra timorenses numa igreja de Dili, revela o secretário-geral da UDT ■ Realizam-se eleições parlamentares na Polónia e na Colúmbia ■ O ANC, o PAC e mais 75 organizações anunciam em Durban a criação de uma Frente Patriótica ■ Inicia-se em Moscovo uma reunião entre representantes do «Grupo dos 7» e das repúblicas da URSS ■ Kiichi Miyazawa é eleito presidente do Partido Liberal-Democrata, o que significa a sua nomeação futura para primeiro-ministro do Japão.

28 Segunda-feira

Cavaco Silva faz a apresentação formal da composição do Governo ■ A JAE inicia a colocação de meios de segurança na EN 1, junto à escola da Mealhada ■ Antecipando-se à anunciada ofensiva diplomática de Lisboa, o MNE indonésio acusa Portugal de ter violado um arranjo negociado quando da assinatura dos acordos para a concretização da visita parlamentar a Timor-Leste ■ Boris Ieltsin, presidente da Federação Russa, auto-propõe-se no Parlamento da república para primeiro-ministro e solicita poderes suplementares ■ A CEE ameaça impor sanções económicas à Sérvia.

29 Terça

O inquérito parlamentar no Centro Cultural de Belém termina sem conclusões políticas e com a sugestão para que seja retomado pela Assembleia na próxima legislatura ■ Ministro do Emprego anuncia novos aumentos das pensões a partir de Dezembro; comentando a decisão, a CGTP considera esta actualização «ridícula», porquanto não corresponde às necessidades dos reformados, nem às promessas eleitorais feitas pelo primeiro-ministro ■ Em nota provisória do Ministério Público, o secretário da Habitação e Obras Públicas do Executivo açoriano é acusado de falsificar documentos ■ O governo de Jacarta admite que o exército indonésio participou nas confrontações armadas em Dili, que resultaram na morte de quatro estudantes timorenses ■ Em memorando assinado em Moscovo, doze repúblicas decidem assumir dívida externa da União Soviética.

Pouco a pouco o País retoma a vida habitual após a batalha eleitoral de 6 de Outubro e os seus resultados. É já conhecida a composição da nova equipa governamental apresentada por Cavaco Silva — uma remodelação quase inexpressiva e a indicação da continuidade de uma política que não serviu nem serve, na perspectiva de uma situação nacional e internacional complexa e carregada de interrogações, os interesses basilares do povo e do País.

Com determinação, o PCP empenha-se com todas as suas forças no balanço político dos resultados eleitorais, na identificação das novas condições da sua intervenção política nas realidades da hora actual, na adequação aos novos parâmetros do andamento da sua actividade partidária.

O novo surto do anticomunismo, arma das forças mais retrógradas da sociedade portuguesa contra o sector mais esclarecido e combativo da oposição democrática, não o demoverá das suas preocupações fundamentais.

Aliás, ao cidadão português medianamente informado, minimamente descomprometido e dotado de objectividade de análise, não passa certamente despercebida a coincidência dos surtos do anticomunismo e dos ataques mais soezes ao PCP, com as vicissitudes e acontecimentos mais relevantes da conjuntura política, económica e social do País.

O Outono político português de 1991 é, como se está vendo, fértil em elementos comprovativos dessa coincidência factual. Ontem, no decurso de uma batalha eleitoral de importância decisiva para os destinos imediatos do regime democrático em Portugal, o anticomunismo foi maneado para reduzir e debilitar a representação parlamentar da força política mais coerente e dinâmica ao serviço do povo e do País; hoje visando dividir a classe operária e enfraquecer o seu mais forte baluarte de classe — o movimento sindical unitário, actualmente empenhado na preparação da Conferência Nacional da sua mais representativa central sindical — a CGTP-IN — na resposta aos planos antilaborais da política social do governo cavaquista, agora rebocado, na defesa dos interesses vitais dos trabalhadores.

E o cidadão português minimamente descomprometido mas dotado de objectividade de análise

apercebe-se com clareza que a persistente campanha anticomunista é uma comprovação de que o PCP é o maior obstáculo à política de classe do cavaquismo governante, a força realmente insubstituível no combate pela democracia, pelo progresso social, pela elevação das condições de vida dos trabalhadores e do povo português na sua expressão social mais vasta.

Acabada a encenação eleitoral da direita governante, ainda mal dissipada a névoa mistificadora da demagogia eleitoralista do governo PSD/Cavaco Silva, eis-nos de novo mergulhados na realidade social e política do cavaquismo dominante, do seu projecto restauracionista do poder de classe dos monopólios, da sua prática política de cariz totalitário, agora reforçados com a revalidação da maioria parlamentar absoluta e do domínio sem partilha das alavancas governamentais.

É nesta realidade que o PCP insere as suas atenções e medidas políticas fundamentais.

Ontem, empenhados com todas as suas energias na difícil batalha das eleições, que resultou num insucesso eleitoral transitório que se esforçará por superar no prazo mais breve, hoje numa renovada dinâmica de luta na frente institucional e na decisiva frente de massas, os comunistas portugueses dão continuidade ao seu projecto político, empenham-se activamente na dinamização do movimento popular de massas, no apoio activo «à luta dos trabalhadores, dos agricultores e de outras camadas sociais na acção que as diversas forças democráticas são chamadas a assumir — como sublinha a Nota de anteontem da Comissão Política do PCP — nas condições decorrentes dos resultados eleitorais de 6 de Outubro».

O «dia seguinte» das eleições é concludente: aí estão as consequências de uma longa e imprevidente política pró-monopolista do governo PSD/Cavaco Silva, aí está de novo nua e crua a sua natureza de classe: novos encerramentos de empresas, novo surto do desemprego e da praga dos salários em atraso, novos agravamentos das condições de habitação das famílias de menores recursos, prenúncios de uma nova austeridade de «aperta-o-cinto» na pers-

pectiva económica a curto prazo de uma situação de «vacas magras» que se desenha para 1992; uma reforma da PAC (Política Agrícola Comunitária) que põe desde já a nu a incúria do governo cavaquista na protecção aos agricultores portugueses e na defesa da especificidade da nossa agricultura; rumores fundamentados de «reajustamentos» fiscais resultando efectivamente no aumento da carga fiscal sobre os portugueses, em particular sobre as classes laboriosas.

As empresas do sector empresarial do Estado entram no período pós-eleitoral com a perda de postos de trabalho e o consequente desemprego de mais de 4400 trabalhadores, principalmente no distrito de Setúbal; os salários em atraso sobem de novo em flecha e já atingem mais de 15 mil trabalhadores; o apregoado aumento das pensões mínimas do regime geral, do regime especial e dos não contributivos, em escalões dos 13 a 20 contos, de 12 a 14 por cento, são praticamente engolidos pelos aumentos de 11,5 por cento nas rendas de casas que afectarão particularmente os velhos trabalhadores.

De facto, o governo «cumpre» a sua promessa de aumento das pensões mínimas, não no valor de, pelo menos, metade do salário mínimo nacional — mas eludindo as reivindicações mínimas da CGTP-IN, do MURPI, e secundadas pelos deputados comunistas na Assembleia da República — com o ridículo aumento de 2800 escudos às pensões de 20 contos referentes a 52 por cento do total de 1 milhão e 200 mil reformados e aumentos ainda mais exíguos aos restantes 48 por cento dos pensionistas dos escalões dos 13 000 a 16 500 escudos.

No que respeita à PAC, os agricultores portugueses têm todas as razões para estarem apreensivos com a forma como decorrem as negociações do governo português no âmbito da CEE.

A Nota da Comissão Política do PCP manifesta ainda apreensões pela forte desaceleração da actividade produtiva nacional, pelo elevado nível actual da intermediação do sector financeiro, em perspectiva.

A situação actual e a previsível a curto e a médio prazos exigem o largo entendimento das forças democráticas, principalmente a enérgica resposta de massas à política cavaquista.

A resposta de luta à política de direita no governo é uma necessidade inadiável da hora actual.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 76 97 25/76 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14, 2.º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matrícula: 47059. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE'S Editorial Avante! — R. S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 670193/7

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira. Fax: 3968793; Telex: 65791; Telef. (01) 67 01 93/7

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição

Sede: Rua do Norte, 115, 1.º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04

Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pípos, 326, Guifões, 4450 Matosinhos. Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 67 01 93/7

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 67 01 93/7

Composto e impresso na Heskia Portuguesa R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal n.º 205/85

TABELA DE ASSINATURAS

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 4.500\$00; 25 números: 2.325\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 7.707\$50

ESPAÑA — 50 números: 7.090\$00

MACAU — 50 números: 11.140\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 12.190\$00

EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA E TODO O TERRITÓRIO DA URSS) — 50 números: 13.350\$00

EXTRA-EUROPA — 50 números: 16.450\$00

Nome _____
Morada _____ Telef. _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correio.



Com Luís Sá

A festa da confiança num almoço de Cascais

Promovido pela Comissão Concelhia de Cascais do PCP, realizou-se no passado sábado, no restaurante "A Petisqueira", de Alcabideche, um almoço-convívio "com o objectivo principal de juntar os camaradas e amigos que mais activamente participaram na campanha eleitoral", iniciativa que contou com a presença de Luís Sá, membro da Comissão Política do CC do PCP, e decorreu num ambiente fraterno onde não faltou, sequer, o festivo dum duplo aniversário, animada curiosidade que abordaremos mais adiante.

A meia centena de convivas cedo manifestou que estava ali a participar numa jornada que tanto tinha de festa como de empenhamento político, organizando à volta da mesa, disposta em "U", animadas conversas onde aflorava um pouco de tudo. Entretanto alguns lamentavam não ter percebido bem o convite que a Organização do Partido lhes enviara, restringindo o alargamento dos seus próprios convites a outras pessoas por terem "levado à letra" e interpre-

tado como exclusiva a solicitação recebida. "Se soubéssemos que era assim, tínhamos trazido a nossa filha!", comentava um simpático casal, mirando o grupo de jovens que tinha vindo com os pais e, de resto, emprestaram à iniciativa um fôlego remoçado, sobretudo nas canções que, às tantas, desabrocharam a pretexto do duplo aniversário ali festejado.

E quando dizemos "duplo aniversário" é para sermos entendidos literalmente, pois os irmãos Manuel e José Figueiredo, dois gémeos que nesse dia comemoravam os

respectivos 46 anos, fizeram questão de trazer a família e a festa ao convívio, num empenho onde não faltou o bolo, o espumante e umas breves palavras a sublinhar o gosto de comemorar os aniversários em tão boa companhia.

Intervenção de Luís Sá

Quando chegou a sobre-mesa, o convívio fervilhava, cruzado, pelas mesas. Só para terem uma ideia, à nossa volta ora emergiam comentários à situação na "Sea-

gate", ora se discutia a juvenil questão, em traços minuciosos na toalha de papel, das linhas com que se desenha uma guitarra eléctrica, enquanto alguém nos explicava como pode ser, de facto, fascinante, o trabalho no comércio imobiliário. Depois veio a festa do aniversário e quando Luís Sá foi chamado a usar da palavra, já o ambiente se enchera de canções despoletadas a propósito do "apagar das velas".

A intervenção do dirigente comunista foi breve e adequada ao ambiente, começando por gracejar sobre as inconveniências do uso da palavra num ambiente de festa, passando depois a algumas considerações concisas sobre o momento político actual, quer sobre os resultados das recentes eleições legislativas quer, sobretudo, das consequências políticas e sociais que daí advirão, dada a lógica continuação da política até aqui prosseguida pela maioria cavaquista.

"Durante mais de um ano obrigámo-nos o cavaquismo a esconder a sua verdadeira face", afirmou Luís Sá a dado passo, recordando a intensa demagogia governamental que precedeu o acto eleitoral de Outubro passado e que não hesitou a utilizar, quer os recursos e meios estatais de que dispunha, quer as promessas desenfreadas e as benesses oportunistas com que procurou cativar o eleitorado, sendo certo que, passadas as eleições e garantida a manutenção no poder, o PSD acentuará a sua política desastrosa para os trabalhadores e o País. "Muitos, em breve, vão estar desiludidos e a olhar para nós", acentuou o orador, que sublinhou "haver igualmente razões para estarmos alegres e confiantes", sendo tarefa de momento informar o povo do trabalho realizado pelos comunistas e que os outros não fazem.



Direcção Nacional da JCP analisa resultados eleitorais

A Direcção Nacional da JCP, reunida a 26 de Outubro de 1991, procedeu à análise dos resultados eleitorais, na participação juvenil da campanha da CDU, e traçou linhas de orientação e intervenção imediatas.

A DN da JCP salienta a importante participação juvenil na campanha da CDU. Como ponto de partida na Festa do «Avante!», iniciativa que contou com uma enorme participação juvenil, a campanha da Juventude CDU, pela atracção que exerceu junto dos jovens, registou um crescendo em empenhamento e participação.

A Juventude CDU, apesar de dificuldades em desenvolver uma campanha autónoma em algumas regiões do país e em atingir alguns objectivos inicialmente propostos, pelas iniciativas próprias realizadas, pela participação autónoma geral da CDU, com a adesão de milhares de jovens, conseguiu um grande êxito que se traduz na capacidade de atracção do nosso projecto de futuro para a juventude portuguesa e abre condições para o importante reforço da JCP de que já é expressão a adesão de mais de 200 jovens, em grande parte após as eleições.

São de registar como positiva a edição de materiais de campanha da Juventude CDU que constituíram um importante instrumento de divulgação da nossa mensagem.

A campanha da CDU e da Juventude CDU, em particular, pela dinâmica, participação e adesão que suscitaram, não tiveram correspondência nos resultados eleitorais de 6 de Outubro. Os objectivos de colocar a direita em minoria na Assembleia da República e reforçar a CDU não foram atingidos.

Sendo necessária uma análise mais aprofundada para este resultado eleitoral contribuiu: o controlo por parte do PSD do aparelho e recursos do Estado; a recusa do PS a um entendimento com as forças democráticas que inviabilizou a apresentação de uma alternativa credível; os acontecimentos na URSS e nos países de Leste, bem como a feroz campanha anticomunista que se lhe seguiu tal como aspectos da nossa intervenção que é necessário examinar de modo a criar condições para o reforço da JCP no aumento da sua influência.

Com a vitória eleitoral do PSD sabemos que os problemas com que os jovens se defrontam e que continuam sem resolução, vão manter-se e em muitos casos agravar-se-ão. É necessária, pois, uma acção que por um lado impeça o PSD e o seu Governo de protagonizarem uma política antijuvenil e, por outro, que exija a resolução dos grandes problemas e dê resposta às grandes aspirações juvenis. A DN salienta a importância de, apesar de não ter havido a eleição directa de um deputado jovem, terem sido criadas condições para se poder contar com uma voz da juventude na Assembleia da República a partir da integração de um deputado jovem no Grupo Parlamentar do PCP.

A DN considera de grande importância o desenvolvimento e a intensificação da acção própria da JCP e da acção dos seus militantes no movimento juvenil e coloca como prioridades imediatas do nosso trabalho:

- Dar particular atenção à intervenção dos comunistas no desenvolvimento e reforço do movimento associativo e em particular do estudantil;
- Envolver e responsabilizar os numerosos jovens que aderiram à JCP recentemente na dinamização da organização;
- Assegurar a continuação do excelente trabalho desenvolvido pelos jovens deputados na última legislatura nomeadamente, através da apresentação do projecto de lei da extinção da PGA e alargamento do número de vagas no Ensino Superior Público, que permita o fim do «numerus clausus»;
- Desenvolver a luta para exigir soluções para problemas graves como o sistema de acesso ao Ensino Superior, as condições de ensino, a falta de verbas que põem em causa a abertura do ano lectivo no Ensino Superior Público e contra o Pacote Laboral;
- É também de salientar o encontro bilateral que realizaremos com a Juventude EDON (de Chipre) entre os dias 18 e 20 de Novembro em Portugal;
- Dinamizar iniciativas de convívio, à semelhança das que ocorreram na campanha eleitoral e posteriormente em Lisboa e Setúbal. A curto prazo são de realçar as iniciativas em torno das comemorações do XII Aniversário da JCP nos dias 9 e 10 de Novembro por todo o país.

A DN da JCP agendou para os dias 23 e 24 de Novembro a sua próxima reunião no sentido de debater o plano de actividade para o próximo ano e aprofundar a análise da organização, acção e formas de intervenção da JCP.

Octávio Teixeira ao «Avante!»

Concretizar os compromissos assumidos

Octávio Teixeira assumiu na passada semana a presidência do Grupo Parlamentar do PCP, sucedendo assim a Carlos Brito que exerceu a liderança da bancada durante 16 anos. Esta decisão foi tomada pelos 13 deputados que constituem a formação comunista na Assembleia e teve por base uma proposta dos competentes organismos executivos do Partido. A poucos dias do início dos trabalhos da VI Legislatura, nesta entrevista ao "Avante!" - a primeira concedida a um semanário no exercício das suas novas funções -, este membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, entre outros temas, fala-nos das novas condições em que se desenvolverá a acção dos comunistas no Parlamento, pronuncia-se quanto ao sistema eleitoral e a uma hipotética revisão constitucional, desvenda os vectores em que assentará a estratégia do grupo comunista, designadamente ao nível da acção legislativa e da cooperação com outras forças democráticas e exprime a sua posição sobre a suspensão da visita da delegação parlamentar a Timor-Leste.

AV - Na campanha eleitoral os candidatos comunistas comprometeram-se a cumprir no quadro da sua acção parlamentar um conjunto de propostas e a respeitar os compromissos assumidos com os seus eleitores. A diminuição substancial do número de deputados eleitos não vai pôr em causa de algum modo este objectivo?

Grupo Parlamentar, embora mais reduzido, mantém um núcleo de camaradas activo, competente e empenhado em dar resposta adequada às exigências políticas que se lhe colocam. E isso será visível a muito curto prazo, nos debates do Programa do Governo e do Orçamento do Estado para 1992.

OT - O Grupo Parlamentar do PCP dará plena concretização aos compromissos que durante a campanha eleitoral o Partido assumiu perante os portugueses, e em particular perante os seus eleitores.

O facto de se ter registado uma diminuição do número de deputados não porá em causa o cumprimento das responsabilidades que assumimos, antes exigirá o melhor dos esforços por parte dos camaradas eleitos.

AV - Esta diminuição não pode comprometer concretamente a nossa capacidade de intervenção ao nível das comissões parlamentares ou até no acompanhamento de algumas áreas e matérias específicas que requerem elevado grau de especialização?

OT - É evidente que a diminuição do número de deputados que constituem o nosso Grupo Parlamentar coloca novas situações que exigirão novas respostas e, nalguns casos, poderão implicar a necessidade de fazer opções de prioridade na acção parlamentar.

Mas, de um modo geral, o Grupo Parlamentar estará em condições de dar resposta satisfatória às exigências que se lhe colocam. Mantendo (e orientando-se) os princípios e orientações políticas e éticos que têm regido a actividade dos deputados comunistas, o Grupo Parlamentar reagirá às novas condições e problemas com novas respostas, nas formas mais adequadas à personalidade e características dos camaradas que compõem o Grupo Parlamentar.

É importante notar que o



O facto de se ter registado uma diminuição do número de deputados não porá em causa o cumprimento das responsabilidades que assumimos, antes exigirá o melhor dos esforços por parte dos camaradas eleitos.

Comunistas aprontam acção parlamentar

A eleição da direcção do novo Grupo Parlamentar enquadrada num conjunto de medidas organizativas e a definição de algumas direcções de trabalho a implementar logo após o início da próxima legislatura, designadamente no plano legislativo, constituíram os pontos principais da agenda da reunião efectuada na passada semana que assinalou o arranque da actividade dos deputados comunistas eleitos no escrutínio do passado dia 6 de Outubro.

Sob a direcção de Octávio Teixeira, na qualidade de Presidente, e dos Vice-Presidentes Jerónimo de Sousa e João Amaral, o Grupo Parlamentar comunista manifestou nesta sua primeira reunião de trabalho, apesar das dificuldades decorrentes da redução do seu número de deputados e da renovação da maioria parlamentar do PSD, uma firme determinação em «dar o melhor dos seus esforços» com vista à satisfação dos compromissos assumidos na campanha eleitoral perante os portugueses em geral e os seus eleitores em particular.

Isto mesmo foi reafirmado por Octávio Teixeira na apresentação das conclusões da reunião aos jornalistas, ocasião aproveitada para esclarecer que o Grupo Parlamentar irá dar continuidade ao trabalho do seu antecessor, mantendo «a mesma orientação, a mesma tónica».

Neste contexto se insere, aliás, a decisão de voltar a propor o nome de José Manuel Maia para Vice-Presidente da Assembleia da República, lugar que ocupou durante a Legislatura que agora finda.

Mas a reunião serviu ainda para definir algumas das prioridades da bancada comunista em matéria legislativa. Está neste caso, a apresentação, já no início da próxima Legislatura, do projecto de lei de redução do horário máximo semanal de trabalho para as 40 horas e de 35 horas para as profissões mais penosas e desgastantes, sem prejuízo do descanso semanal de dois dias.

A revogação das normas mais gravosas do Pacote Laboral, particularmente as que visam os despedimentos por razões não imputáveis aos trabalhadores, constitui outra das iniciativas a apresentar pelos parlamentares comunistas, apostados em

rubricar também a curto prazo um projecto de lei visando o aumento e dignificação das pensões mínimas e o aumento geral das pensões e reformas acompanhado da modificação da forma de cálculo.

Entre as primeiras iniciativas legislativas que constam da agenda da bancada comunista contam-se ainda diplomas relacionados com o acesso gratuito dos cidadãos de menores recursos a medicamentos para doenças crónicas, com a Prova Geral de Acesso ao Ensino Superior, com a alteração do regime dos inquéritos parlamentares e ainda com a exigência de uma participação e acompanhamento efectivo da AR na análise e discussão dos aspectos centrais relacionados com a Presidência Portuguesa das Comunidades Europeias.

No que se refere aos dois principais debates que seguramente irão concitar as atenções gerais e marcar até final do ano os trabalhos parlamentares - a discussão do Programa do Governo e do Orçamento de Estado para 1992 -, os deputados comunistas delinearão já também as linhas gerais da sua actuação. No primeiro caso, segundo foi dito na conferência de imprensa, a formação comunista irá centrar a sua actuação na análise crítica das orientações políticas de direita que caracterizarão com toda a segurança o Programa do Governo, não deixando simultaneamente de confrontar o Primeiro-Ministro e o Governo com as promessas eleitorais que, em consequência de exigências populares, o PSD assumiu durante a campanha eleitoral.

Quanto ao Orçamento de Estado, uma das principais preocupações do Grupo Parlamentar do PCP vai no sentido de exigir do Governo a concretização efectiva de muitas das suas promessas eleitorais em simultâneo com a apresentação e defesa de propostas dirigidas para a redução das desigualdades sociais que atingem a sociedade portuguesa, ao reforço da capacidade financeira das autarquias locais, à prioridade do desenvolvimento das regiões economicamente mais atrasadas e ao aumento das dotações para as funções sociais que ao Estado competem, nomeadamente em matéria de segurança social, educação, saúde e habitação social.

É certo que em algumas áreas específicas poderá haver maiores dificuldades de resposta tendo em conta as características de cada um dos camaradas eleitos. Estou a lembrar-me, concretamente, das áreas da juventude e da saúde. Mas ainda estão a ser estudados possíveis arranjos do Grupo Parlamentar, por forma a colmatar as carências nessas áreas. Por outro lado, e para debates sobre matérias mais especializadas, será sempre possível utilizar as substituições de deputados por períodos curtos.

AV - A outro nível, que tipo de dificuldades podem ser esperadas pelo facto de o PSD deter de novo uma maioria absoluta no Parlamento?

OT - A nível da actividade da Assembleia da República, a renovação da maioria absoluta de deputados do PSD coloca como principal perigo o reforço da governamentalização da A.R. pelo Governo. Isto é, a transformação da A.R. numa mera caixa de ressonância do Governo, com uma maioria de deputados (os do PSD) acrícticos e subservientes, e, consequentemente, tendendo a retirar à A.R. os seus poderes de fiscalização da actividade governativa e a permitir que o Governo usurpe as competências legislativas da Assembleia da República.

É um perigo para o qual o Partido chamou a atenção durante a campanha eleitoral, e contra o qual o Grupo Parlamentar do PCP combaterá com denodo.

AV - Tem-se falado muito da revisão do sistema eleitoral. O que há a dizer sobre isto?

OT - O PSD iniciou logo a seguir às eleições de 6 de

uma "engenharia" eleitoral que permita ao PSD, em futuras eleições, obter uma maioria de deputados com uma percentagem de votos inferior à que hoje é necessária. Isto é, para o PSD trata-se de procurar garantir na "secretaria" a vitória em futuras eleições.

Pela nossa parte, recusamos e opomo-nos a tais tentativas que, a concretizarem-se, aumentariam as distorções que já hoje existem na transformação dos votos em deputados. O PCP defende, contrariamente ao PSD, o reforço do princípio da proporcionalidade que, aliás, é exigido pela Constituição da República, e constitui, mesmo, um limite material de qualquer revisão constitucional. Para alterar esse limite material seriam necessários os votos de 4/5 dos deputados, pelo que o objectivo do PSD só poderia vir a ser concretizado se o PS "embarcasse" nos desejos do PSD de criar, administrativamente, as condições para se eternizar no poder.

AV - E quanto a uma hipotética revisão constitucional?

OT - A legislatura que agora vai começar termina de facto, de acordo com os prazos constitucionais, em meados de 1995. Por outro lado, a revisão da Constituição só poderá ter lugar depois de Agosto de 1994. Isto é, a nova A.R. só tem poderes de revisão constitucional no seu último ano de actividade.

O que significa, na prática, que não faz sentido estar a pensar numa revisão constitucional nesta legislatura, pois que o prazo de um ano (ainda por cima o último ano da legislatura) é pouco para se proceder com seriedade a um processo de revisão constitucional.

A nível da actividade da Assembleia da República, a renovação da maioria absoluta de deputados do PSD coloca como principal perigo o reforço da governamentalização da A.R. pelo Governo. Isto é, a transformação da A.R. numa mera caixa de ressonância do Governo, com uma maioria de deputados (os do PSD) acrícticos e subservientes, e, consequentemente, tendendo a retirar à A.R. os seus poderes de fiscalização da actividade governativa e a permitir que o Governo usurpe as competências legislativas da Assembleia da República.

Outubro uma campanha visando inculcar na opinião pública a ideia da necessidade de uma alteração da lei eleitoral, campanha que em certa medida foi corroborada por alguns elementos do PS.

Os objectivos do PSD são conhecidos, e já na anterior legislatura tentou concretizá-los. Trata-se de procurar

AV - Como encaras eventuais formas de cooperação futura com outras forças democráticas no quadro parlamentar, designadamente com o PS?

OT - A acção estratégica do Grupo Parlamentar do PCP assentará, essencial-

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

perante os portugueses

mente, em dois vectores.

O primeiro, e fundamental, tem a ver com a apresentação e defesa na A.R. das propostas do PCP, do projecto político do nosso Partido para a sociedade portuguesa.

O segundo vector reporta-se à nossa acção no combate à política do Governo do PSD, nomeadamente através da utilização intensiva dos meios de fiscalização da actividade governativa e da denúncia crítica da natureza e consequências da política de direita do Governo de Cavaco Silva.

Ora, é fundamentalmente neste segundo vector que encaro a possibilidade e a necessidade de cooperação frutuosa do nosso Grupo Parlamentar com os de outras forças democráticas, designadamente os do PEV e do PS, sem esquecer os deputados eleitos da ID e da UDP. Pela nossa parte, procuraremos sempre a acção convergente, e mesmo conjunta, com aquelas forças democráticas no combate à política do Governo e à governamentalização da A.R., sob as formas e modalidades que em cada situação e momento

a campanha eleitoral, e tendo sempre como objectivo primeiro melhor defender os interesses dos portugueses.

Estou confiante que esse relacionamento vai ser fácil e mutuamente vantajoso.

AV - Quais as prioridades da nossa acção parlamentar para esta sessão legislativa?

OT - As prioridades da acção parlamentar do Partido decorrem dos objectivos estratégicos que já referi. Por um lado apresentar e defender o projecto do PCP para o nosso país, visando uma sociedade mais justa, mais livre e solidária. Por outro lado combatendo a política do Governo em todos os aspectos que visem aumentar as desigualdades, agravar as condições de trabalho e de vida dos portugueses, e afectar os direitos e liberdades dos cidadãos e o regime democrático.

AV - Vão prestar, por exemplo, especial atenção ao cumprimento das promessas eleitorais do PSD?

OT - Sobre isso não tenho a menor dúvida. Duran-

te e do Orçamento de Estado para 1992.

AV - E no plano das iniciativas legislativas, quais as matérias que previsivelmente serão objecto de maior atenção?

OT - As nossas iniciativas legislativas incidirão sobre múltiplas matérias com interesse para os portugueses, em especial para os trabalhadores, a juventude, os reformados e os agricultores. Melhor, e de uma forma mais ampla, as nossas iniciativas legislativas privilegiarão os aspectos sociais, a defesa dos interesses de largas camadas sociais prejudicadas pela acção governativa do PSD e da direita. Aliás, e como já foi tomado público, as primeiras iniciativas legislativas visam os trabalhadores por conta de outrem, os reformados e idosos e os jovens.

Por outro lado, privilegiaremos igualmente a concretização do processo de regionalização do País, o reforço da autonomia e dos recursos financeiros do Poder Local e a modernização da administração pública (de molde a facilitar o acesso dos cidadãos a essa administração e a possibilitar que os seus problemas sejam mais rápida e adequadamente resolvidos).

AV - No plano da ligação com o eleitor está prevista alguma medida de reforço que aproxime mais os deputados dos cidadãos? Recordo que, por exemplo, na passada Legislatura, ocorreram experiências interessantes como a criação do

"Gabinete do Eleitor" no distrito de Setúbal.

OT - Desde logo, a acção do Grupo Parlamentar estará sempre atenta e aberta aos problemas dos cidadãos e da sociedade.

O nosso Grupo Parlamentar não se fechará em si próprio, antes procurará os cidadãos e os seus problemas, de forma a dar-lhes eco institucional na Assembleia da República e a possibilitar a sua resolução. Promoveremos a interacção dialéctica entre a acção do Grupo Parlamentar a nível institucional e as movimentações das massas populares na sociedade.

Continuaremos a prática (que se mostrou frutuosa) das "jornadas legislativas regionais", de forma a ouvir as populações, a melhor conhecer os seus problemas e a mais adequadamente podermos dar-lhes solução ou propostas de solução.

Envidaremos esforços, igualmente, para criar "gabinetes eleitorais" a nível distrital e outras formas de maior ligação e contacto do deputado com os eleitores. Isto é, procuraremos a aproximação de facto dos eleitos aos eleitores, e não a aproximação aparente que alegadamente "justificaria" uma alteração da lei eleitoral deturpada e eliminadora da proporcionalidade.

AV - Como encaras a decisão da A.R. de suspender a deslocação de uma missão parlamentar a Timor-Leste?

OT - Tem sido preocupação permanente do PCP que a eventual deslocação de



Os objectivos do PSD são conhecidos, e já na anterior legislatura tentou concretizá-los. Trata-se de procurar uma «engenharia» eleitoral que permita ao PSD, em futuras eleições, obter uma maioria de deputados com uma percentagem de votos inferior à que hoje é necessária. Isto é, para o PSD trata-se de procurar garantir na «secretaria» a vitória em futuras eleições.

★
O PCP defende, contrariamente ao PSD, o reforço do princípio da proporcionalidade que, aliás, é exigido pela Constituição da República, e constitui, mesmo, um limite material de qualquer revisão constitucional. Para alterar esse limite material seriam necessários os votos de 4/5 dos deputados, pelo que o objectivo do PSD só poderia vir a ser concretizado se o PS «embarcasse» nos desejos do PSD de criar, administrativamente, as condições para se eternizar no poder.

Durante a campanha eleitoral, o PSD foi obrigado (por razões eleitoralistas) a fazer inúmeras promessas a vastas camadas da população. Nós sabemos que o Governo do PSD não pensa cumprilas, pois o único objectivo dessas promessas foi «caçar» votos. Mas nós vamos confrontar permanentemente o Governo e o PSD com essas promessas, e exigir que elas sejam cumpridas.

★
Mantendo (e orientando-se) os princípios e orientações políticos e éticos que têm regido a actividade dos deputados comunistas, o Grupo Parlamentar reagirá às novas condições e problemas com novas respostas, nas formas mais adequadas à personalidade e características dos camaradas que compõem o Grupo Parlamentar.

se mostrem mais úteis e vantajosas.

AV - E em que moldes se desenvolverá o relacionamento com as restantes forças que integram a Coligação Democrática Unitária, sabido que é que o acordo cessou com o acto eleitoral?

OT - Embora no âmbito parlamentar os grupos parlamentares e deputados independentes eleitos pelas forças que integram a CDU sejam autónomos, o Grupo Parlamentar do PCP procurará manter um relacionamento estreito com a representação parlamentar daquelas forças democráticas, potenciando e aprofundando o bom relacionamento que existiu durante

a campanha eleitoral, o PSD foi obrigado (por razões eleitoralistas) a fazer inúmeras promessas a vastas camadas da população. Nós sabemos que o Governo do PSD não pensa cumprilas, pois o único objectivo dessas promessas foi «caçar» votos.

Mas nós vamos confrontar permanentemente o Governo e o PSD com essas promessas, e exigir que elas sejam cumpridas, pois isso seria positivo para os portugueses (estou a lembrar-me, por exemplo, do aumento das reformas mínimas para o valor do salário mínimo, da diminuição dos impostos, etc.).

E essa nossa exigência, o confrontar o Governo com as promessas eleitorais do PSD, vai concretizar-se já nos debates do Programa do Gover-



O nosso Grupo Parlamentar não se fechará em si próprio, antes procurará os cidadãos e os seus problemas, de forma a dar-lhes eco institucional na Assembleia da República e a possibilitar a sua resolução. Promoveremos a interacção dialéctica entre a acção do Grupo Parlamentar a nível institucional e as movimentações das massas populares na sociedade.

uma delegação parlamentar portuguesa a Timor-Leste não pudesse, de forma alguma, ser aproveitada pela Indonésia para coonestar a invasão, ocupação e anexação do território de Timor.

Pelo contrário, sempre defendemos que a deslocação da delegação portuguesa só corresponderá ao seu objectivo fundamental se contribuir para clarificar plenamente, perante a opinião pública mundial, por um lado, a política de genocídio e de permanente violação dos direitos humanos levada a cabo pela Indonésia, e por outro lado a inequívoca vontade do exercício pelo povo maubere do seu direito à autodeterminação e independência.

O desrespeito pelo governo indonésio dos termos de referência estabelecidos entre Portugal e a Indonésia sob os auspícios do Secretário-Geral da ONU e imposições de última hora, inviabiliza que a deslocação da delegação portuguesa se possa concretizar, neste momento, em condições que respondam capazmente ao objectivo fundamental já referido.

Para nós, e independentemente dos desenvolvimentos da situação criada pelo governo indonésio, é absolutamente necessário que o Governo Português e a Assembleia da República intensifiquem e alarguem a acção diplomática - no que contarão com o apoio da opinião

pública internacional - no sentido da criação de condições que levem à retirada da Indonésia de Timor-Leste e ao exercício pelo povo maubere do seu direito à autodeterminação e independência.

AV - Assumiste a direcção do Grupo Parlamentar. Como encaras esta decisão e o cumprimento da tarefa?

OT - Encaro esses factos com serenidade, e com a consciência de que tudo farei para que possa desempenhar esta tarefa da forma que melhor contribua para o reforço da acção do Partido na sociedade portuguesa.

Quanto à decisão tomada pelos organismos competentes do Partido, foi uma opção, entre outras igualmente possíveis, assente numa ponderação das exigências do trabalho de direcção do Partido na nova situação decorrente das eleições de 6 de Outubro e na sequência das decisões da última reunião do Comité Central.

Quanto ao cumprimento da tarefa ela assentará, essencialmente, no trabalho conjunto da direcção do Grupo (com os camaradas Jerónimo de Sousa e João Amaral), no funcionamento colectivo de todo o Grupo Parlamentar e na entajada fraterna e cooperante de todos os camaradas que exerçam, em cada momento, as funções de deputado do PCP.

PCP

DORBraga faz balanço pós-eleitoral

Agravamento laboral exige combate unido e firme

O Executivo da DOR Braga do PCP fez o primeiro balanço sobre a forma como estão a decorrer os debates nas organizações do Partido após as eleições de 6 de Outubro.

As reuniões já realizadas nas organizações concelhias de V. Nova de Famalicão, Braga, Guimarães e Barcelos e as reuniões gerais de militantes em Braga e Guimarães, permitiram apurar a existência de uma grande firmeza e coesão interna, uma sintonia geral na apreciação dos resultados eleitorais e, a par da consciência das novas dificuldades, serenidade e confiança para enfrentar a forte ofensiva anticomunista que se faz já sentir no plano ideológico, explorando a quebra eleitoral registada pela CDU.

Tendo em conta as decisões recentes da DOR Braga, nos planos orgânico e de direcção, foram tomadas

medidas para o prosseguimento das reuniões e debates nas organizações do Partido e a dinamização da acção dos comunistas junto dos trabalhadores e do povo. Inserem-se nesta linha de trabalho, a reunião dos eleitos autárquicos comunistas no concelho de Braga, marcada para o mês de Novembro pela Comissão Concelhia local, o convívio distrital do próximo domingo em V. N. de Famalicão e o convívio da Comissão Concelhia de Barcelos.

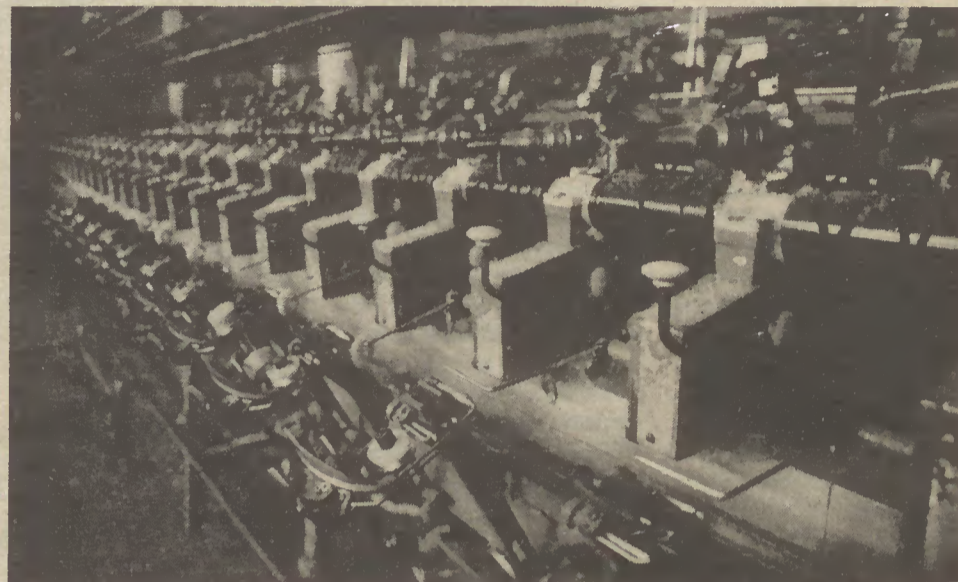
Na análise feita da situação política, social no distrito mereceram destaque: a publicação, no Diário da República, do Pacote Laboral, um conjunto de diplomas legais que o PCP e o Movimento Sindical Unitário já denunciaram e combateram. Para os comunistas como para a maioria dos trabalhadores, ameaçados

por esta nova ofensiva, a luta pela revogação do Pacote Laboral, entra na ordem do dia.

O grande número de despedimentos, encerramentos de empresas, actos de perseguição patronal e outros, ocorridos após 6 de Outubro em vários distritos, que mostraram ser verdadeiras as advertências do PCP sobre as perspectivas de agravamento das dificuldades para os trabalhadores e as numerosas situações que foram escondidas e retardadas no período ante-eleições, para beneficiar o partido do Governo.

No Distrito de Braga há a registar a tentativa de despedimento de uma trabalhadora grávida, numa empresa do concelho de Braga; a denúncia das estruturas sindicais fez recuar o intento, mas o «aviso» não pode passar em claro para os trabalhadores, tanto mais que a entrada em vigor do Pacote Laboral virá agravar a precariedade das relações laborais.

O rol de empresas dos



sectores metalúrgico, eléctrico, químico, têxtil e vestuário, onde se avolumam e agravam as situações de salários em atraso, encerramento de postos de trabalho e consequentes despedimentos colectivos, ou se concretiza o encerramento puro e simples das empresas (como, por exemplo, as seis fábricas de malhas do concelho de Barcelos, atingindo mais de 300 trabalhadores), as próprias incertezas quanto à viabilização da

Coelima e ao futuro da Rainha do Cávado (onde pode estar em causa o emprego de meio milhar de trabalhadores), confirmam que a vitória de Cavaco Silva não retira razões à luta e, pelo contrário, a defesa dos salários, dos postos de trabalho e dos direitos dos trabalhadores, exigirá o combate unido e firme de todos.

O PCP saúda os trabalhadores em luta, a quem testemunha a sua solidariedade activa.

O grande número de despedimentos e encerramentos de empresas, ocorrido depois de 6 de Outubro, mostra serem verdadeiras as advertências do PCP sobre situações escondidas e retardadas no período pré-eleitoral

No plano partidário local, há a registar as declarações aos jornais, do dirigente do PS, Eng. Mesquita Machado, após as eleições. Insistindo na tónica do anticomunismo, o PS mostra que não consegue tirar as ilações devidas da derrota de todos os seus objectivos partidários e da derrota do conjunto das forças democráticas, o que será prejudicial à luta comum de comunistas e socialistas contra a política do PSD.

Castelo Branco

Voto útil não ajudou

A Comissão Concelhia de Castelo Branco do PCP, reunida para analisar os resultados eleitorais, considerou que «apesar do PSD obter 49 por cento, perdeu cerca de 1600 votos, baixando de votação em 22 das 25 freguesias do concelho. Os comunistas consideraram que o PS ficou a grande distância dos seus propósitos eleitorais, bem como registaram o insucesso eleitoral da CDU, que perdeu votos em quase todas as freguesias (à excepção da Lardosa e Lousã), e o aumento significativo da abstenção, que passou de 26,5 por cento em 1987 para os actuais 29,6 por cento.

Notando que os resultados eleitorais levam a admitir que parte dos votos da esquerda foram para o PS e que face à inexistência de uma alternativa credível, uma outra parte dos eleitores tenha optado pela abstenção, a Comissão Concelhia de Castelo Branco do PCP indica que passada a campanha e as eleições «emergem desde já os problemas gerados pela política contrária aos interesses nacionais do cavaquismo governante».

Neste sentido, é de salientar que «as hostes cavaquistas tenham retomado logo no dia seguinte das eleições a ofensiva contra o sistema eleitoral». A nota refere também a publicação dos nove decretos do pacote laboral, sublinhando que «são os trabalhadores as maiores vítimas do encerramento de empresas, da nova vaga de despedimentos, da supressão compulsiva de contratos de trabalho».

A reforma da Política Agrícola Comum é igualmente contestada, por «atingir em cheio a desprotegida agricultura» da região. A Comissão Concelhia de Castelo Branco, que marcou para 16 de Novembro próximo um plenário de militantes com a participação de Luís Sá, analisou ainda a gestão ruinosa do PSD na Câmara Municipal e o acesso ao ensino superior, designadamente ao Politécnico que admitiu apenas 1360 estudantes, quando o número de candidatos era de 3990.

CAMARADAS FALECIDOS

EDUARDO DA COSTA

Faleceu, no passado dia 22 de Outubro, Eduardo Ferreira da Costa, que pertencia à célula da Carris e estava actualmente reformado.

Aos familiares e amigos o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

JCP reuniu em Vila Real

Associativismo estudantil necessita de novo impulso

Os jovens comunistas do distrito de Vila Real estiveram reunidos no passado fim-de-semana para analisar a situação da juventude na região e definir o calendário de actividades da organização para o corrente ano.

Na reunião foi apontado que na maior parte das escolas de ensino secundário do distrito «os direitos e interesses dos estudantes não estão suficientemente acautelados porque não existem associações estudantis e, nos casos em que existem, não estão, no geral, legalizadas, sujeitando-se ao paternalismo e à prepotência dos Conselhos Directivos, tendo raramente uma acção de interesse para o conjunto dos estudantes».

Neste sentido, a JCP apelou ao empenhamento de todos os seus militantes para animar a criação de listas de modo a imprimir um novo alento e democraticidade ao movimento associativo estudantil da região.

No conjunto dos problemas que afectam os estudantes do secundário, foi especial realce foi dado à «degra-

dação em que se encontram a maior parte dos edifícios escolares da região, que diariamente põem em perigo a vida dos alunos, sem que haja uma intervenção decidida quer das autoridades escolares, quer das autarquias locais».

Entre os casos mais escandalosos, a JCP destaca duas instalações na capital do distrito, a Escola Secundária Camilo Castelo Branco, em que os tectos estão a ruir, e o Ciclo de Vila Real, onde os alunos estão expostos aos perigos decorrentes da construção irresponsável de uma obra no acesso àquele estabelecimento escolar.

Com a aproximação do Inverno, a JCP manifesta-se preocupada pelo facto de os aquecimentos nas escolas não serem eficazes.

No ensino superior, nomeadamente na Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro, os jovens comunistas condenam o novo aumento de 22 por cento dos preços das refeições na cantina, alegando que «mantém-se a péssima qualidade» das mesmas as-

sim como o valor das bolsas de estudo.

Mereceu igualmente nota negativa o regime qualificado de «prisional» do Lar Universitário de Codessais, que tem polícia particular à porta para impedir que os estudantes residentes recebam visitas de colegas, professores ou até familiares. A JCP considera que o «regime de clausura» imposto naquele Lar, onde nenhuma sala de convívio funciona à noite, «é incompatível com o final do século XX».

Por fim, a reunião da JCP, em que estiveram presentes os núcleos concelhios e os sectores do ensino secundário, superior e da juventude trabalhadora, deliberou um calendário de iniciativas onde merecem destaque as comemorações do 12º aniversário da JCP, no próximo dia 10 de Novembro, a realização de um torneio desportivo distrital nas férias de Natal e do acampamento juvenil distrital, previsto para a Páscoa.

Também a estrutura da JCP do Ensino Secundário do distrito do Porto, decorrido um mês de aulas, fez

uma primeira análise sobre a situação do ensino.

O balanço efectuado indica que «neste momento há escolas que não funcionam correctamente por falta de professores e devido à superlotação das instalações».

O problema da segurança nos estabelecimentos e espaços circundantes foi igualmente levantado, sendo «de lamentar o caso ocorrido na Mealhada, agravado pela acção violenta da GNR contra os estudantes em luta por melhores condições».

A JCP qualifica de «escandaloso que o material escolar tenha sofrido um aumento elevado de preço» e alerta para a «degradação das instalações e mobiliário escolares, para o alastrar do problema da droga e o surgimento de grupos de extrema direita que exercem acções violentas junto dos estudantes».

O Ensino Secundário da JCP do distrito do Porto considerou o governo como parte culpada desta situação, «uma vez que ainda não tomou medidas para que os jovens portugueses tenham um ensino digno e justo».

Governo toma posse

Está marcada para hoje a posse do novo Governo de Cavaco Silva, decorrente dos resultados eleitorais das legislativas de 6 de Outubro. Três novos ministros, a criação do Ministério do Mar e o desaparecimento do Ministério da Juventude são as principais alterações em relação ao anterior executivo do PSD.

Estas alterações foram anunciadas segunda-feira, altura em que o PCP tomou posição em nota que publicamos na íntegra, onde se afirma que as restritas alterações registadas em relação ao anterior executivo «não invalidam a previsão e as preocupações sobre a continuidade de uma política incapaz» geradora «do agravamento das injustiças e desigualdades sociais» marcada «por fortes traços de arrogância e autoritarismo».

Juventude desaparece

O PCP assinala ainda terem «particular significado» as substituições dos ministros das Finanças e da Educação e a manutenção «de um ministro da Agricultura que tem estado em conflito aberto com os agricultores portugueses». Sobre a extinção da pasta da Juventude o PCP lembrou que aquele pelouro governativo constituiu «durante muito tempo um impor-

tante tema de propaganda governamental».

Os até agora titulares das Finanças, Miguel Belezza, da Educação, Roberto Carneiro, e ainda da Administração Interna, Manuel Pereira, saíram deste Governo tendo sido dada a explicação de assim o terem solicitado.

Nota da Comissão Política do CC do PCP

Pág. 32

Couto dos Santos, antigo responsável pela pasta da Juventude passa a ser ministro Adjunto, pasta que acumulará com os Assuntos Parlamentares cujo anterior responsável, Dias Loureiro, transita para a Administração Interna.

Jorge Braga de Macedo é o novo ministro das Finanças, Diamantino Durão o novo ministro da Educação e Aze-

vedo Soares entra para o novo Ministério do Mar.

Transitam do XI Governo 13 ministros que permanecem nos lugares que ocupavam.

Braga de Macedo exercia o cargo de director das Economias Nacionais na Direcção-Geral dos Assuntos Eco-

empossado como ministro do Mar, é oficial superior da Armada, na reserva, e fora entre 1985 e 1987 secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação.

PSD não comenta

O secretário-geral da UDP, Mário Tomé, citado pela LUSA, relembrou promessas eleitorais de Cavaco Silva esperando que se concretize a Regionalização, a redução da tributação do IRS sobre os rendimentos do trabalho, a redução do horário de trabalho para 40 horas e a resolução do problema da habitação social.

No entender de Mário Tomé as regras constitucionais «nem sempre foram cumpridas» no decorrer do anterior elenco chefiado por Cavaco Silva estando a UDP «atenta às primeiras declarações do novo elenco» sobre o papel da oposição e o cumprimento das normas constitucionais.

O PS tomou uma primeira reacção na segunda-feira através do membro do seu Secretariado Nacional, Alberto Martins, que encara o novo Governo como «uma alteração em que tudo fica na mesma» considerando que «o Mar não consegue a suficiente novidade a este Governo».

O Secretariado Nacional do PS considera que o XII Governo Constitucional constitui a evolução na continuidade e que se vislumbra uma política que aponta «para compromissos de Governo em que a receita financeira a prazo será uma política de austeridade».

Para o líder parlamentar do CDS, Narana Coissoró, a constituição do novo Governo mostra que «o PSD não tem quadros suficientes para renovar a face».

O PSD não tomou qualquer posição.

JCP comenta novo executivo

O Secretariado da DN da Juventude Comunista Portuguesa, ao tomar conhecimento da composição do próximo governo, considera oportuno lembrar que o PSD e a JSD, durante toda a campanha eleitoral, falaram dos jovens e dos seus problemas como se não estivessem há 12 anos no Governo e não tivessem qualquer responsabilidade nesta área. Fizeram promessas, como a extinção do «numerous clausus» no acesso ao Ensino Superior, como se não o pudessem ter feito (se efectivamente fosse essa a sua intenção) durante estes 12 anos.

Hoje, perante a apresentação do novo elenco governamental colocam-se-nos as seguintes questões:

«Tendo nós, já várias vezes reafirmado, que a existência do ministro da Juventude no anterior governo não significou a resolução de nenhum dos grandes problemas juvenis, nem qualquer alteração estrutural à vida dos jovens, tratou-se claramente de um ministro de fachada, não podemos, no entanto, deixar de considerar que o desaparecimento do ministro da Juventude neste Governo demonstra que passadas as eleições, para o PSD, deixou de ter a mesma importância a encenação e a propaganda da sua política junto da juventude e pode também prenunciar desde já que os jovens portugueses vão ser preocupação ainda mais longínqua do próximo governo».

O Secretariado da DN da JCP salienta ainda a substituição de Roberto Carneiro por Diamantino Durão na pasta da Educação, que os graves problemas como o acesso ao Ensino Superior, o financiamento das Universidades e Institutos Politécnicos, o apoio social aos estudantes, a falta de saídas profissionais para os jovens recém-formados, entre outros, não se resolvem com a mudança de ministros, mas com a mudança de políticas.

E esta só será possível pela acção dos jovens portugueses no sentido da exigência da resolução dos seus problemas e da resposta às suas aspirações.

PCP solidário com trabalhadores da Firestone

A Comissão Concelhia de Alcochete do Partido Comunista Português solidarizou-se publicamente com os trabalhadores da Firestone, que vêem agora concretizar-se aquilo que já há algum tempo se suspeitava serem as intenções do patronato: o encerramento da fábrica de Alcochete.

O PCP, como Partido dos Trabalhadores que é, e será sempre, tem seguido atentamente e com preocupação a situação da empresa. Prova disso foi a visita efectuada à empresa em Maio passado, pelos deputados Domingos Abrantes e Apolónia Teixeira, durante a

qual, em contacto com a Comissão Intersindical, se tomou conhecimento da tentativa da administração em aplicar o *lay-off* a 380 trabalhadores. Mais recentemente alguns candidatos a deputados da CDU pelo distrito de Setúbal estiveram na empresa onde tiveram de novo contacto semelhante, não fazendo ainda prever o presente desfecho, mas registavam-se já sérias interrogações e apreensão quanto ao futuro.

De notar também que o PCP foi o único Partido da oposição a receber na Assembleia da República a delegação dos trabalhadores da Firestone, que aí se deslocou ao contrário do PS que «não teve tempo» para receber os trabalhadores. Nesta sequência, o grupo parlamentar do PCP pôs uma série de questões ao Governo sobre a situação da Firestone, não tendo obtido nenhuma resposta concreta.

A partir de 6 de Janeiro de 1992, os trabalhadores da Firestone ficarão no desemprego tal como os trabalhadores da Seagate e de outras empresas de maior e menor dimensão do Distrito e do País.

O PCP aponta a «coincidência» do anúncio do encerramento definitivo da Firestone se fazer no dia imediato ao da reconquista da maioria do PSD na Assembleia da República.

Novo ministro da República na Madeira

Ao mesmo tempo que anunciava a constituição do novo Governo, Cavaco Silva informaria na segunda-feira da substituição do ministro da República da Região Autónoma da Madeira, Lino Miguel, no cargo desde Setembro de 1976, pelo Almirante Rodrigues Consolado, juiz do Supremo Tribunal Militar.

Segundo fontes oficiais citadas pela LUSA, o anúncio da substituição «causou surpresa» mesmo em membros do próprio gabinete do ministro da República para a Madeira e terá acontecido depois de várias críticas do PSD/Madeira a Lino Miguel, ministro da República há quinze anos.

Alberto João Jardim, presidente do Governo Regional da Madeira, diria que esta mudança «corresponde ao perfil» que desejava: um militar com «determinadas características, nomeadamente a sobriedade para garantir uma sã convivência institucional».

Lino Miguel era ministro da República

desde Setembro de 1976 e deu posse ao primeiro executivo regional. A actividade deste general da Força Aérea foi caracterizada pelo afastamento dos meios de comunicação social - terá dado apenas duas grandes entrevistas desde 1976 - mas nos últimos três anos os social-democratas madeirenses começaram a reinvidicar a eliminação daquele cargo e no último ano puseram em causa a sua pessoa por alegadas «atitudes» contra o Governo Regional. Entretanto, o ministro da República seria deliberadamente afastado de todas as cerimónias públicas promovidas pelo executivo madeirense na tentativa de demonstrar um alegado isolamento.

A este propósito, João Jardim afirmou que deseja que o novo ministro da República «se limite ao cumprimento constitucional da sua missão e não interfira em matérias que, nos termos constitucionais, são da competência dos órgãos de Governo próprio da região».

Direcção da CNA avisa

Governo não pode esquecer promessas feitas

Apesar das promessas feitas, a situação de crise nos sectores do vinho e carne bovina mantém-se, continuando de sem escoamento grande parte da produção nacional, denunciou a Confederação Nacional da Agricultura, num comunicado em que divulgou no início da semana com as conclusões da reunião da sua direcção, realizada da sua direcção, realizada domingo último.

A CNA afirma que a «intervenção» para o vinho só arrancou em meados de Outubro e é muito reduzida em preços e quantidades, criti-

cando igualmente o facto de continuarem as importações de carne bovina. Por outro lado, o anunciado desconto à boca da bomba para o gásóleo agrícola ainda não começou de forma eficaz, prevendo-se grandes dificuldades devido à insuficiência de postos de abastecimento.

«Depois de uma ano de calamidade provocada pelos incêndios florestais, os programas de florestação ao abrigo do PAF continuam suspensos há dois anos por falta de verbas para cobrir a participação portu-
guesa», refere ainda o texto que renova algumas das principais reclamações da Confederação.

Entre estas, destaca-se a necessidade de pôr «fim às importações desnecessárias» e o combate à especulação com os preços do consumidor. A CNA reclama também «intervenção» especiais, da directa responsabilidade do Governo português, para o vinho e carne bovina, assim como a baixa de preços dos factores de produção e das taxas de juro para níveis praticados na CEE. Em relação à

aplicação dos projectos da CEE, a Confederação da Agricultura reivindica «inscrição de verbas suficientes no próximo Orçamento de Estado para pagar a quota parte nacional nos vários programas comunitários».

A Direcção da CNA pronunciou-se igualmente sobre a projectada reforma da PAC, sustentando que o Governo português, na perspectiva da defesa dos interesses nacionais, não deve aceitar as imposições da Comissão para redução da produção nacional e dos preços dos produtos.

Também segundo a CNA, o sistema de subsídios e ajudas «não pode continuar a privilegiar as agriculturas ricas do Norte em desfavor das agriculturas dos países mediterrânicos».

Em conclusão, a direcção da CNA considerou que o próximo Governo deve enfrentar a sério os graves problemas da agricultura portuguesa, bem como cumprir as promessas sem esquecer o diálogo com os parceiros sociais» nomeadamente com a Confederação Nacional da Agricultura.

Rigor

No dia 26 passado, o «Público» insere, sob o título «A última nota do PCP», um texto em que pretende negar as acusações de falsificação que lhe são imputadas na nota do Gabinete de Imprensa que ao lado inserimos.

Acerca do noticiário sobre a reunião de quadros sindicais realizada no Porto, o «Público» afirma que «a notícia se baseia no relato feito pelas nossas fontes - neste caso mais de uma -, nas quais temos, como é óbvio, confiança». E o jornal lamenta em seguida que o Gabinete de Imprensa do PCP não lhe tenha proporcionado na quinta-feira anterior um contacto com Domingos Abrantes «para falar ao «Público» e ser confrontado com o relato da reunião».

A terminologia adoptada é, em si própria, uma tomada de posição. O «Público» «tem confiança» num relato e não pretende esclarecer, não pretende saber junto do PCP o que se passou: o «Público» pretende - ele o diz - confrontar.

O «Público» toma claramente partido: a sua diligência junto do PCP não se destina a saber o que se passou, mas sim a confrontar o PCP com aquilo que, à partida, ele entende e dá como adquirido que efectivamente se passou. Não se trata de uma investigação - trata-se de uma acareação.

Ora, nem a mais amigável concepção de relações com a Comunicação Social pode aceitar esta postura inquisitorial, esta transformação do jornalismo não num processo de informação ao público, mas num processo de acareações que transforma fontes anónimas - em que o jornal «tem, como é óbvio, confiança» - em acusadores com cujas afirmações um cidadão é «confrontado». Haverá razões para estranhar que o cidadão ou a entidade visada recuse liminarmente?

E a questão torna-se tanto mais clara quanto o «Público» não hesita mesmo em na sua resposta à nota do Gabinete de Imprensa do PCP repetir a truncagem de textos que a nota indica ter sido feita.

O PCP afirma que é falso que «tenha havido ou haja qualquer contradição entre dirigentes comunistas a respeito das questões da alteração da lei eleitoral», acrescentando que «é significativo e esclarecedor que para poderem manter a sua tese da contradição ambos os jornais [o «Público» e «O Independente»] citando quatro linhas da Nota da Comissão Política do PCP da passada terça-feira, tenham tido de fazer de conta que não leram - quando leram - as quatro linhas imediatamente a seguir».

Responde o «Público» que «recorde-se as declarações de Luís Sá sobre a viabilidade de um círculo nacional ao programa televisivo «Falar Claro» de dia 14, e inseridas no seu artigo publicado pelo «Avante!» do dia 17, assim como a oposição a qualquer alteração à Lei Eleitoral defendida por Álvaro Cunhal dia 15 e pelo comunicado da Comissão Política de dia 22.»

Que diz a nota da Comissão Política sobre o assunto?

«(...) a Comissão Política reafirma a frontal oposição do PCP a toda e qualquer alteração à lei eleitoral que conduza a maiores distorções na conversão de votos em mandatos de acordo com o princípio da proporcionalidade que, aliás, estando consagrado na Constituição e constituindo mesmo um limite material de revisão, constitui um elemento integrante e básico do regime democrático português.» (sublinhado nosso).

Como é óbvio, é inteiramente diferente dizer que o PCP se opõe a qualquer revisão da lei eleitoral ou dizer que se opõe a qualquer revisão da lei eleitoral que altere o princípio da proporcionalidade.

O «Público» sabe perfeitamente que a hipótese ventilada por Luís Sá na RTP e no artigo do «Avante!» não altera em nada o princípio da proporcionalidade, pelo que em nada contradiz a posição tomada pela Comissão Política e por Álvaro Cunhal. E a prova que o sabe é que por duas vezes ocultou essa explicitação da nota da Comissão Política que negaria a sua afirmação.

Neste mesmo número do «Público», o editorial de Nuno Pacheco insurge-se, embora de forma um tanto inconclusiva, contra o aproveitamento pela RTP do caso da criança espancada no Porto e, com justeza, levanta o problema dos limites deontológicos da prática informativa. O sensacionalismo que exhibe o crime é, sem dúvida, condenável. E a informação que trunca a realidade para permitir o comentário faccioso?

■ RC

Notas do Gabinete de Imprensa do PCP

Esclarecendo

Face ao denso conjunto de deturpações, falsidades, invenções e especulações patente em diversas notícias e peças hoje publicadas em alguns órgãos de comunicação social relativamente ao PCP e sendo praticamente impossível esclarecer cada uma delas, o Gabinete de Imprensa do PCP considera útil e necessário para a opinião pública declarar desigualmente que:

1. É falso que, como noticia o «Público» de hoje, Domingos Abrantes tenha, em qualquer reunião do PCP, referindo-se a projectos para o movimento sindical, feito referências personalizadas a dirigentes da CGTP; que tenha declarado que «o que estará no centro do debate sobre sindicalismo no PCP é como melhorar o projecto do partido e como sancionar quem se lhe opõe»; que tenha feito qualquer apreciação da participação da CGTP no Conselho de Concertação Social em termos que implicassem a ideia de negativos compromissos entre dirigentes da CGTP e o Governo e a UGT. Estas e outras afirmações atribuídas a Domingos Abrantes não passam de deliberações falsificações.

2. É falso que, como noticia o «Independente», Domingos Abrantes tenha afirmado, em qualquer reunião do PCP, que «o crescente peso do proletariado africano prejudica a capacidade de luta do proletariado português». Esta e outras afirmações atribuídas a Domingos Abrantes não passam de delirantes invenções.

3. É falso que a deliberação tomada pela Comissão Política do PCP sobre o Presidente do Grupo Parlamentar represente a marginalização de quem quer que seja. Como facilmente se compreenderá, havendo vários membros da Comissão Política que foram eleitos deputados, qualquer outra decisão diferente da tomada permitiria sempre que a falta de escrúpulos conduzisse a outras especulações sobre outras alegadas «marginalizações».

4. É falso que, como o «Público» e o «Independente» de hoje voltam a insistir, tenha

havido ou haja qualquer contradição entre dirigentes comunistas a respeito da questão das alterações à lei eleitoral. Só por má-fé ou por ignorância atrevida é que se pode ver contradição entre a oposição a alterações da lei eleitoral visando afectar ou liquidar a proporcionalidade e a admissibilidade de soluções que reforcem a proporcionalidade. É aliás significativo e esclarecedor que para poderem manter a sua tese da contradição, ambos os jornais, citando quatro linhas da Nota da Comissão Política do PCP de passada terça-feira, tenham tido de fazer de conta que não leram - quando leram - as quatro linhas imediatamente a seguir.

5. É falso que, como hoje volta a ser noticiado, a diligência para a renúncia ao mandato de vereador na CML por parte do dr. Anselmo Aníbal, tenha sido fundamentada em «quebra de solidariedade política». As razões efectivamente invocadas - do domínio de uma manifesta indisponibilidade e falta de tempo para o cumprimento cabal das suas responsabilidades - encontram-se esclarecedora e detalhadamente enunciadas no comunicado emitido pela Organização do PCP da Cidade de Lisboa.

6. É falso que o abaixo-assinado sobre Cuba assinado por Carlos Brito e pelos deputados do PCP no Parlamento Europeu tenha o conteúdo que lhe atribui o «Independente», a quem desde já se recomenda a publicação integral do referido texto de solidariedade com Cuba.

Prevenindo os seus militantes e o conjunto da opinião pública para novas operações de falsificação sobre a sua orientação e sobre a sua vida interna e para continuadas tentativas para lançar uma imagem de instabilidade, de crise e de nervosismo sobre as forças políticas e sociais que se opõem à política da direita, o PCP não pode deixar de considerar que o recurso sistemático à mentira, à deturpação, à invenção e à intriga não abonam da estatura moral e da integridade política dos que, quem quer que sejam, inspirem ou pratiquem tais métodos.

23.10.1991

O Gabinete de Imprensa do PCP divulgou na passada quarta-feira o seguinte comentário sobre a notícia de financiamentos do PCUS:

«Constituindo, no fundamental, uma variante de ve-

lhas insinuações e acusações contra o PCP, a notícia não merece, por ora, outros comentários que não sejam a rejeição dos aspectos de evidente manipulação que encerra e a chamada de atenção para que certas afirmações, acusações ou

alegadas revelações feitas em Moscovo devem naturalmente ser vistas e avaliadas à luz da áspera confrontação política que ali se desenrola e tendo em conta o tipo de métodos a que diversos protagonistas estão recorrendo.»

A situação do vereador dr. Anselmo Aníbal

O Executivo da Direcção da Cidade de Lisboa do PCP divulgou na quinta-feira o seguinte comunicado:

«Face a informações surgidas na Comunicação Social, sobre a posição do PCP em relação ao vereador da CML, dr. Anselmo Aníbal, esclarece-se o seguinte:

1. A Direcção da Cidade de Lisboa do PCP (estrutura partidária que tratou da questão) não solicitou ao dr. Anselmo Aníbal o pedido de suspensão do mandato. Propôs-lhe a renúncia de mandato.

2. A razão fundamental desta proposta não se prende com questões de solidariedade política, mas sim devido à sua contínua e crescente falta de disponibilidade e inúmeros afazeres profissionais (director bancário, lecciona no Instituto Superior de Economia e Gestão da UTL, dá cursos de Formação em Portugal e no Estrangeiro, além de ser vereador a meio tempo) para responder às exigências do pelouro de que é responsável — Organização e Modernização Administrativa.

Esta insuficiência traduz-

-se na incapacidade de dar resposta a uma área fundamental e a um dos maiores problemas do Município — a burocracia — com evidentes prejuízos para o destinatário do trabalho que desenvolvemos na CML, a população de Lisboa.

3. A medida proposta visa contribuir para a re dinamização da actividade da CML, dar um novo impulso qualitativo a uma Coligação que se formou e obteve a confiança do eleitorado para responder aos graves problemas da Cidade de Lisboa.»

Pioneiros de Portugal Fazer uma festa da escola

Pelo terceiro ano consecutivo os Pioneiros fizeram a sua Festa Nacional. Foi bonito e o Tivoli esteve cheio.

Foi uma festa bonita a que domingo passado os Pioneiros fizeram no cinema Tivoli em Lisboa, que nessa manhã reviveu os seus melhores dias

com plateia e balcões a abarrotar de gente miúda e alguma graúda a assistir a um espectáculo que marcou o início das actividades desta

organização até ao próximo Verão, calendário coincidente com o ano lectivo escolar.

A «Escola» foi, de resto, o tema central do espectáculo apresentado por Henrique Macedo: o cenário era um enorme quadro de ardósia, no palco era suportado pela recriação de um «recreio» com os obrigatórios escorrega e baloiços permanentemente ocupados por algumas crianças. Bombos primorosa e energicamente tocados no palco faziam a «passagem» dos números com um contagiante ritmo popular de imediato acompanhado pela marcação das palmas de milhares de pares de mãos.

A Escola seria também o tema de um texto lido no palco propositadamente escrito para esta Festa Nacional de 1991 dos Pioneiros de Portugal por Alice Vieira (ver caixa).

A participação da sala no que ia ocorrendo em palco foi uma constante desta festa, a começar logo com a actuação da cantora Anabela, que ouviria sucessivamente as suas canções serem acompanhadas por um coro espontâneo das milhares de crianças, dos quatro ao doze anos, que encheram o Tivoli.

Canções, mas agora a emitir os grupos pop dos mais crescidinhos, ressurgi-

riam mais tarde com o «Baberock», seis miúdas e um rapaz de roupas coloridas a cantar e a dançar sob o ritmo marcado das baterias electrónicas, a conseguir também que na plateia os pulos e aplausos fossem muitos.

A dança estaria também representada pelo grupo «Jazzbel», aqui dez miúdas e um rapaz (será por as meninas terem mais «queda» para o espectáculo?), que se apresentariam várias vezes a recriar danças «à clássica» (vestindo as meninas os obrigatórios «tutus») ou os «tablaos» sevilhanos numa re-



criação do flamenco onde o rapaz, naturalmente, seria a figura central da coreografia.

O circo foi outro elemento da festa no Tivoli, com dois representantes do Chapitô que fizeram malabarismos com bolas e maças, comeram fogo (com uma voz de criança de três ou quatro anos a provocar a hilariedade geral

ao gritar no início deste número «ó maluco não faças isso!») e entretiveram a plateia com um número bonito e divertido.

No final a festa concluiu-se em alegria com a subida ao palco de um conjunto de gigantes que fizeram a despedida desta festa até ao ano que vem.



Na festa dos pioneiros estiveram mais de duas mil crianças que encheram o Tivoli sob o tema «A escola em festa»

A escola

A minha escola. Fecho os olhos e fico a vê-la, como se fosse um sonho...

Não tem, à volta, uma rede de arame. Está rodeada de espaços verdes, campos de jogos, piscinas. Tem duas salas de mãos dadas: a biblioteca e a oficina de computadores. Ao pé de cada livro, há um copo de leite.

Nós aprendemos com os professores, os professores aprendem connosco. Juntos, brincamos — porque, para nós, brincar é a maneira mais certa de viver...

Esta é a escola que cabe dentro do meu sonho, esta é a escola que nós merecemos.

Não é assim a escola da nossa realidade.

Mas é a nossa escola.

A escola onde crescemos.

Para onde caminhamos, como quem caminha para a vida.

Onde temos os nossos amigos, os nossos companheiros.

A escola que faz parte dos nossos olhos, dos nossos braços, dos nossos sonhos.

Onde sentimos bater o coração do mundo.

É a escola que segue os nossos primeiros passos.

E sendo assim tão imperfeita, é com certeza a escola de que mais tarde viremos a ter saudades.

Por isso lhe quero bem.

(Alice Vieira — para a Festa Nacional de 1991 dos Pioneiros de Portugal)

Suspensa a visita a Timor-Leste recrudescer a violência indonésia

A suspensão da visita de uma delegação parlamentar portuguesa a Timor-Leste, devido à insistência de Jacarta em não permitir que a jornalista Jill Jolliffe acompanhasse os deputados, coincidiu no tempo com novos actos violentos das tropas indonésias no território

A deslocação dos 13 deputados portugueses deveria iniciar-se a 4 de Novembro e prolongar-se por 12 dias, depois de difíceis negociações entre as autoridades de Lisboa e de Jacarta, sob mediação da ONU. No dia 21 de Outubro, contudo, a Indonésia informou que vetava os nomes de três dos jornalistas que iriam acompanhar a delegação; depois de a parte portuguesa recusar qualquer cedência no que respeita aos nomes dos jornalistas que deveriam ir a Timor, o ministro dos Estrangeiros emenda a posição de veto a três nomes, para sugestão de não inclusão de Jill Jolliffe, *freelancer* australiana que é a presidente da Associação da Imprensa Estrangeira em Portugal. Lisboa mantém a sua posição: ou vão todos os jornalistas, ou não vai a delegação. No sábado passado o presidente da Assembleia da República, depois de uma reunião de líderes parlamentares, anuncia que a deslocação dos deputados a Timor-Leste fica suspensa até que a Indonésia aceite a participação daquela jornalista.

Antes que as autoridades portuguesas dessem início a uma activa movimentação diplomática com vista a esclarecer as razões da

suspensão da visita e a denunciar a grave situação criada pela Indonésia no território timorense anexado, o ministro Ali Alatas afirma que o veto estaria previsto num *arranjo negociado* quando dos acordos de Nova Iorque e que previa a possibilidade de qualquer dos dois países recusar nomes de jornalistas indicados pela outra parte. Deus Pinheiro, contudo, contrapõe que esse acordo previa uma troca de informações informal antes da apresentação das listas, e não o veto colocado pela Indonésia dez dias depois de conhecer os nomes dos profissionais da informação.

Na fase de preparação da visita tinham sido expressos receios acerca das represálias que poderiam atingir os timorenses que se atrevessem a falar com os membros da delegação portuguesa. Surgiram igualmente notícias de aumento da repressão e da intimidação sobre a população de Timor-Leste por parte dos ocupantes.

Já depois da suspensão anunciada por Vítor Crespo, várias fontes da resistência citadas pela Lusa e outros órgãos de informação relataram que, na madrugada de segunda-feira (tarde de domingo em Lisboa), as tropas de

Jacarta atacaram a igreja de Motael, em Dili, matando 4 pessoas e prendendo 28. Este acto, contudo, teve como resposta, confirmada pelo jornal das forças armadas indonésias, a realização de manifestações de protesto da população.

José Ramos-Horta, porta-voz do Conselho Nacional da Resistência Maubere, manifestou anteontem ao «Público» a opinião de que o cancelamento da visita e o recrudescimento da violência em Timor requerem uma tomada de posição imediata de Portugal, alertando a comunidade internacional para a gravidade da situação. Aquele responsável propõe mesmo a convocação de uma reunião informal do Conselho de Segurança da ONU para «esclarecer os países membros e embarçar Alatas, que ainda alimenta esperanças de vir a ser secretário-geral».

Estes acontecimentos mereceram tomadas de posição de diversas organizações e personalidades, condenando o genocídio do povo maubere e exigindo medidas da comunidade internacional para que a Indonésia respeite o direito à autodeterminação e os direitos humanos em Timor-Leste. Entre outras, pronunciaram-se o *Sindicato dos Jornalistas* (chamando a atenção para o facto de o veto indonésio pretender atingir profissionais da comunicação social que já estiveram em Timor e que noticiaram a realidade ali vivida), a *Federação Nacional dos Professores* (que anunciou

a realização de uma campanha internacional, com a distribuição de um folheto intitulado «Timor-Leste, um povo esquecido, um apelo à consciência internacional», transcrito em francês e inglês), a delegação australiana da *Amnistia Internacional*, a associação internacional *Parlamentares por Timor-Leste* (defendendo o envio de uma missão de deputados portugueses às capitais dos países da CEE, do Japão, dos EUA e do Canadá, e sugerindo, segundo a Lusa, a nomeação de uma figura de grande prestígio diplomático para ocupar o cargo de Alto Comissário para Timor), *bispos e arcebispos de dez países* (que enviaram ao secretário-geral da ONU um apelo para que sejam garantidas as condições de segurança do povo timorense), a *comunidade católica da Capela do Rato*, em Lisboa (que fez um pedido especial a enviar para a resistência timorense), o *Movimento Democrático de Mulheres* (que promoveu uma distribuição de documentos no Rossio com uma dirigente da Fretilin e, numa carta aberta enviada aos órgãos de soberania, apelou a «uma participação mais activa de Portugal e da comunidade internacional, nomeadamente das Nações Unidas, para que seja defendida a liberdade dos timorenses de exercerem o seu sagrado direito à autodeterminação»). A posição do PCP está expressa na nota da Comissão Política que publicamos neste número, bem como na entrevista de Octávio Teixeira, presidente do Grupo Parlamentar.

TRABALHADORES

Agrava-se a situação no têxtil

Quarenta operários assistidos no hospital devido ao incêndio na Riopelle

As medidas de protecção social devem ser alargadas no âmbito da operação integrada de desenvolvimento (OID) do Vale do Ave.

Esta posição defendida pelo Sindicato dos Têxteis do Porto (STP) refere-se aos trabalhadores têxteis desempregados daquele distrito nortenho.

Dos cerca de 35 mil trabalhadores das empresas têxteis, algodozeiras e de lanifícios do distrito do Porto, 8023 sofrem pessoalmente a crise que ataca o sector.

O Sindicato reclama medidas de fundo por parte do Governo, no que respeita nomeadamente ao investimento estrangeiro.

Entretanto, em Matosinhos, o presidente da Câmara Municipal, Narciso Miranda, pedia em 24 do corrente aos trabalhadores da **Coind** (têxtil de São Mamede de Infesta) que suspendessem por uma semana as acções de luta por três meses de salários em atraso.

O autarca, que se deslocou de propósito às instalações da empresa para reunir com os 400 trabalhadores da **Coind**, garantiu aos operários, em greve desde 1 do corrente, que vai informar o Governo — diz a Lusa — e nomeadamente o ministro do Emprego e Segurança Social da situação

da empresa, e tentar encontrar uma solução.

Os trabalhadores, que lutam pela viabilização da **Coind**, afirmaram que não fariam qualquer acção de rua nos próximos dias.

Manifestaram-se, porém, dispostos a encetar novas formas de luta, designadamente uma deslocação à Assembleia da República, caso o Governo faça tábua rasa dos seus problemas.

A **Coind**, que há cerca de dois anos passou a ser gerida por uma empresa brasileira, exporta 95 por cento da sua produção.

Por seu turno, os trabalhadores da **Ideal**, de Coimbra, que paralisou recente-

mente por dificuldades financeiras, decidiram segunda-feira passada auto-suspender os contratos de trabalho para terem acesso aos subsídios de desemprego.

Entretanto, anteontem, um incêndio numa fábrica têxtil de Riopelle (Famalicão, no Norte) causou intoxicações em cerca de 40 operários da empresa.

Os sinistrados foram assistidos no hospital de Famalicão.

O incêndio começou na maquinaria da têxtil **Riopelle** e atingiu uma secção de armazém, destruindo mais de metade da mercadoria que se encontrava no seu interior.

Marinha Grande FEIS em luta

Quinze dias depois da formação do novo Governo, foi o prazo concedido pelos trabalhadores da **Fábrica Irmãos Stephens** (FEIS, SA) ao conselho de administração desta empresa vidreira da Marinha Grande para a aplicação do contrato colectivo de trabalho.

Citada pela Lusa, uma nota emitida em 24 do corrente pelas organizações representativas dos trabalhadores (ORT's) da FEIS exprime o protesto contra a «não aplicação do contrato».

O mesmo documento refere que se criou um «sentimento de revolta» face a «aumentos selectivos e discriminatórios, concedidos à margem da lei», bem como pelo facto de a administração ter feito promessas que não cumpriu.

Os trabalhadores da

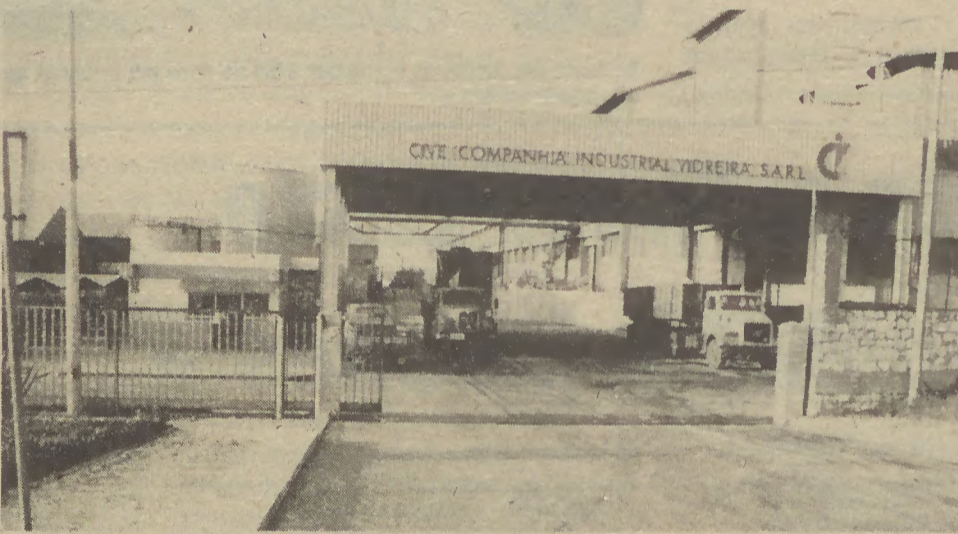
FEIS terminaram segunda-feira passada um período de greve que, segundo fonte sindical, atingiu um nível de adesão da ordem dos 90 por cento.

Este facto demonstra inequivocamente, afirmam as

ORT's, «o repúdio pela actualização» dos administradores da **FEIS**.

A fábrica (o estabelecimento mais antigo do ramo no País) passou recentemente de empresa pública a sociedade anónima.

Fundada em Junho de 1769, na Marinha Grande, sob a designação de **Real Fábrica de Vidros**, a **FEIS** é uma das empresas industriais que, segundo a Lusa, se encontra prevista pelo Governo.



O sector vidreiro ameaçado na FEIS (Arquivo: Cive)

Salários em atraso atingem professores

Não é caso único nem se passa pela primeira vez.

As horas extraordinárias que os professores efectuaram no passado ano lectivo em Évora ainda não foram pagas na totalidade.

Um comunicado do Sindicato dos Professores da Zona Sul (SPZS) adianta que «está por pagar o mês de Junho em todas as escolas preparatórias, C+S e secundárias do distrito de Évora».

Por exemplo, na Escola

Secundária Serafim Faria, em Évora, acrescenta o Sindicato, estão por pagar os meses de Março a Junho.

De acordo com o SPZS, o Ministério da Educação tenta alijar responsabilidades. Para o ME, estas seriam dos serviços administrativos das escolas.

O Sindicato contraria esta posição do Ministério e diz que ele se furta a «assumir uma responsabilidade que lhe cabe directamente».

O SPZS diz que a situação é «escandalosa e apoiará todas as formas de pressão — refere a Lusa — que os professores entendam encetar, responsabilizando o Ministério da Educação por todos os reflexos negativos que tal situação ocasiona».

Entretanto, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) participava em Genebra (19 a 22 de Outubro) na Conferência Europeia da Confederação Mun-

dial das Organizações de Profissionais do Ensino. Participaram 41 organizações sindicais de professores de toda a Europa. Em debate: o recrutamento de professores na Europa e a protecção social.

Por outro lado, a Fenprof defendeu em Lisboa, em 24 do corrente, a passagem a convenção da recomendação da OIT (Organização Internacional do Trabalho) relativa à condição do pessoal docente.



Um significativo êxito sindical no comércio retalhista

Horários do comércio Definição em Setúbal

O CES SUL — Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul anunciou para anteontem, 29, a aprovação pelas Câmaras Municipais do distrito de Setúbal de um regulamento municipal de abertura e encerramento dos estabelecimentos comerciais.

Segundo a Lusa, a responsabilidade da iniciativa coube à Associação de Municípios do Distrito de Setúbal e do CES SUL, que anunciaram a intenção de propor às Câmaras a aprovação daquele regulamento.

O protocolo mereceu a concordância da Associação do Comércio e Serviços do Distrito de Setúbal e da Associação dos Pequenos e Médios Comerciantes do Barreiro e Moita.

Manuel Guerreiro, presidente do CES SUL, disse à Lusa que se trata do «primeiro protocolo do género a celebrar em Portugal».

Guerreiro acrescentou que «foi possível sensibilizar as associações patronais para, em conjunto com a Associação de Municípios, levar a proposta às Câmaras Municipais, que a vão assinar».

O dirigente sindical adiantou que «os horários são diversos, tendo em conta os interesses das partes» envolvidas.

Mas, quanto à Câmara Municipal de Setúbal, ainda vão ser feitas diligências para integrar o protocolo, que deve ter sido assinado pelas Câmaras de Almada, Alcochete, Barreiro, Palmela, Montijo, Moita, Seixal e Setúbal.

Músicos querem nova orquestra

Se for aceite o apelo do Sindicato dos Músicos, de 25 do corrente, todos os músicos, a partir de 4 de Novembro vão recusar-se a fazer reforços em todas as formações orquestrais.

Um comunicado do Sindicato, citado pela Lusa, diz que a recomendação é válida até 31 de Janeiro de 1992 e poderá ser renovada, «se não se verificarem sinais de normalização do nosso meio musical».

O mercado de trabalho para os músicos encontra-se

num estado de «afunilamento e efectiva redução». Assim, é reivindicada pelo Sindicato a criação de uma nova orquestra em Lisboa.

Convocada para 2 de Novembro, sábado, um plenário definirá em princípio uma estratégia de coordenação, acrescenta a Lusa.

Participarão no plenário sindical os representantes das orquestras do S. Carlos, Gulbenkian, ex-RDP, Porto e Nova Filarmonia. As bandas militares participam como observadoras.

TRABALHADORES

Sindicatos de Setúbal tentam evitar 120 baixas no pessoal da Cometna

A Masa fechou. O PCP protesta contra a previsível entrega da Indep (armamento) ao capital privado

A União de Sindicatos de Setúbal/CGTP anunciou, segundo a Lusa, que ia dar início a um processo de contactos com as entidades da tutela para evitar os 120 despedimentos na Cometna, fábrica de metalomecânica em Palmela.

Os 120 visados receberam cartas nesse sentido a semana passada. Fonte da comissão de trabalhadores disse que «a fábrica tem 140 trabalhadores e não existe qualquer razão para o despedimento (colectivo), dado que a empresa tem uma situação estável».

Para um dirigente da USS, citado pela Lusa, estas situações são «os custos da integração na CEE». No distrito, acrescentou, «continuam a verificar-se situações de despedimentos em crescendo e o desemprego atinge 12,4 por cento», muito acima da média nacional.

Cerca de 3000 trabalhadores têm despedimento anunciado em várias empresas da região. Além da Cometna, há a Gefa (Moi-

ta), a Seagate (Palmela), a Firestone (Alcochete) e a Clérigo (Setúbal) (sobre esta última, ver página 12).

Entretanto, em Coimbra, a FSMMP (Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal) manifestava preocupação e protestava contra a precariedade do emprego.

Para a FSMMP está a alastrar em Portugal a instabilidade no trabalho.

João Paulo, coordenador da Federação, disse à Lusa que estão a ocorrer «transferências de emprego permanente para trabalho sem vínculo ou com vínculo precário».

O coordenador da FSMMP, que falava aos jornalistas depois de uma reunião do Conselho Nacional da Federação em 22 do corrente, sublinhou que essa situação não resulta do agravamento das condições económicas das empresas, mas antes de «uma estratégia do patronato, que passa, em alguns casos, pela



Há anos que esta luta se mantém. (Aspectos da manifestação em Lisboa, em 6 de Fevereiro de 1988)

execução de certas tarefas mediante subempregadas».

João Paulo disse ainda

nomeadamente que a publicação recente das leis compreendidas no último pacote laboral levou a Federação sindical a manifestar «apreensão acerca da eficácia dos instrumentos de salvaguarda dos direitos dos trabalhadores».

Em 28 do corrente, a MASA — Metalúrgica Artística, SA, encerrou as suas portas, pondo assim no desemprego mais de 120 trabalhadores.

Na Indep, onde se criou um quadro de excedentes com mais de 200 trabalhadores em 1988, o número de efectivos foi reduzido até Setembro de 1991 em mais de 800 postos de trabalho.

Numa nota enviada à Comunicação Social, o PCP (d direcção da Organização da Cidade de Lisboa) recorda, entre outros factos, que «após a primeira maioria absoluta do PSD, em Julho de 1987, o Governo de Cavaco Silva iniciou o processo de destruição total da

Indep. Assim, em Janeiro de 1988, mandou a polícia de choque ocupar as instalações para pôr cobro à luta desenvolvida pelos trabalhadores que exigiam o pagamento dos salários de Dezembro».

O PCP chama a atenção para as propostas concretas dos órgãos representativos

dos trabalhadores da Indep no sentido de viabilizar a empresa.

Mas sempre faltou vontade política para isso. E é «gravíssimo que o Estado passe para o sector privado a direcção fundamental da área de defesa nacional, como é o caso das armas e munições que são fabricadas na Indep».

Operários desfilam pelas ruas de Santo Tirso

A luta pela manutenção dos postos de trabalho na Companhia Nacional de Borracha (CNB/Camac) levou os operários a concentrarem-se em 24 do corrente junto à Câmara de Santo Tirso e desfilaram em seguida pelas ruas principais da cidade.

Há quatro meses com salários em atraso, os trabalhadores receiam pelo futuro da empresa que está parada. Desconhecem, no

entanto, as razões por que parou.

Não conhecem também quais as soluções concretas que a nova administração, saída da assembleia geral de accionistas do passado dia 15, adoptará para resolver a greve situação em que se encontram.

Num comunicado à população da cidade, os trabalhadores manifestam-se preocupados com a «indiferença» do Ministério da Indústria.

Há três meses que este departamento do Governo se comprometeu a fazer as diligências necessárias para solucionar os problemas da CNB.

Os manifestantes receiam que se esteja perante um «processo típico de encerramento camuflado, cuja estratégia visa obrigar psicologicamente os trabalhadores a rescindir a qualquer preço o seu contrato de trabalho».

Críticas nos Açores

A política do Governo português, que torna «mais difícil» a situação dos trabalhadores, foi criticada em Ponta Delgada, nos Açores, pela União de Sindicatos de São Miguel e Santa Maria.

Em conferência de imprensa efectuada em Ponta

Delgada em 22 do corrente, o dirigente sindical Paulo Bernardo disse, segundo a Lusa, que a actuação política de Cavaco Silva tem sido «antilaboral, autoritária e centralista».

O Primeiro-Ministro tem ainda, segundo aquele sin-

dicalista, um «comportamento antiautónomico, expresso na recusa de transferência de verbas para os Açores».

Paulo Bernardo apelou ao reforço da acção sindical face ao actual quadro político nacional e «perante as ameaças que pesam sobre

os direitos laborais, sociais e democráticos» dos trabalhadores.

A União de Sindicatos de São Miguel e Santa Maria anunciou a realização de um plenário geral de dirigentes e delegados sindicais na primeira semana de Novembro.

Protesto na hotelaria

Para protestar contra as dificuldades da negociação colectiva e tornar públicos os despedimentos colectivos no sector, os dirigentes do Sindicato da Hotelaria do Sul, com sede em Lisboa, concentraram-se sexta-feira, 25, em frente à respectiva Associação patronal.

O presidente do Sindicato, Rudolfo Caseiro, afirmou, segundo a Lusa, que estão previstos despedimentos colectivos na Seagate (refeitório: 30 trabalhadores), na Cometna em Palmela (10) e Firestone em Alcochete (15).

Há também tentativas para despedir os empregados efectivos do Hotel Santo André (concelho de Sines) e propostas de pré-reforma no Sheraton.

Na empresa Recta, concessionária de refeitórios, há salários em atraso.

Em conferência de Imprensa, durante a concentração, Caseiro afirmou que as associações empresariais do sector «vêm recusando ao longo dos anos o direito à negociação colectiva».

Desde 1984 que não há revisão dos contratos colectivos nos hotéis e desde 1990 nas cantinas e restaurantes.

Rudolfo Caseiro destacou que «em contraste com os baixos salários, as empresas do sector têm aumentado os seus lucros», os ritmos de trabalho têm aumentado e os «ratios» trabalhador/cama estão actualmente ao nível dos demais países da CEE».

Mil toneladas de peixe morto

Barragem do Maranhão em Tribunal Europeu

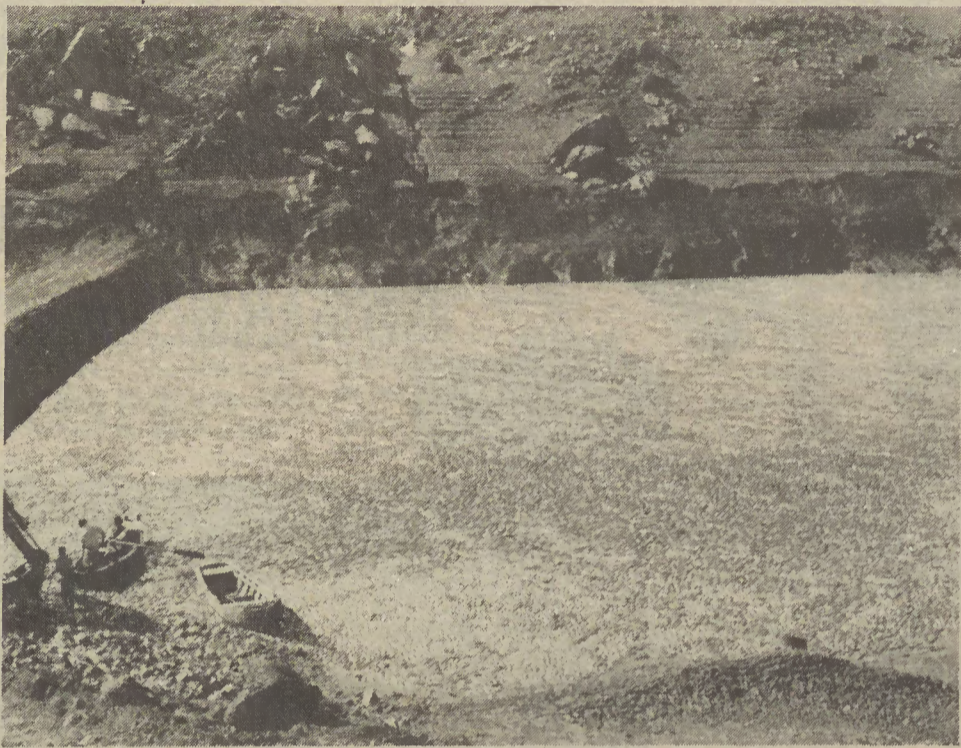
Mil toneladas de peixe morto é a primeira consequência de um acidentado esvaziamento da barragem do Maranhão. O caso vai a tribunal.

A Câmara Municipal de Avis deliberou levar um processo ao tribunal da comarca local e, em conjunto com a Liga para a Protecção da Natureza, apresentar queixa no Tribunal de Justiça das Comunidades contra os responsáveis pelo esvaziamento da barragem do Maranhão que provocou a morte de mais de mil toneladas de peixe, destruindo todo o equilíbrio ecológico do rio e correndo o risco de contaminar, com a decomposição do peixe morto, terras, flora e fauna circundantes.

Em causa está a actuação da Direcção-Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola, da Direcção-Geral das Florestas e da Direcção-Geral dos Recursos Naturais, podendo a queixa envolver o próprio Ministério do Ambiente por ter concedido autorização para o esvaziamento da barragem sem que antes tenha sido feito qualquer estudo de impacto ambiental.

Segundo declarações, ao «Avante!», do presidente da Câmara de Avis, António Raimundo Bartolomeu, estas entidades «passaram por cima de toda a legislação» e a própria edilidade decidiu encomendar a uma empresa da especialidade um estudo sobre as consequências, para a região, do esvaziamento da barragem.

O estudo seria no entanto inviabilizado por os responsáveis pelo funcionamento da barragem terem-se recusado a fornecer os ele-



Milhares de peixes mortos cobrem o que resta das águas da barragem do Maranhão

mentos indispensáveis à sua concretização.

«Toda a actividade económica do concelho de Avis depende da barragem do Maranhão», diz Raimundo Bartolomeu que assinala as dificuldades de recuperação do equilíbrio ecológico da barragem com a possível demora do seu enchimento, após a conclusão da reparação que a motivou: «basta que chova pouco este ano», diz o presidente da Câmara.

Perigo para a saúde

O delegado de Saúde em Avis emitiu entretanto um

comunicado à população alertando-a para o perigo para a saúde pública que representa o consumo da água e peixe da barragem, bem como de lençóis de água subterrâneos por estarem eventualmente em contacto com as águas e terras da barragem do Maranhão, com consequente contaminação. Tal facto põe em perigo a laboração de unidades industriais da zona que utilizam água a partir de furos artesanais.

A Direcção-Geral das Florestas e a Direcção-Geral de Hidráulica têm técnicos que acompanham a retirada

do peixe morto da barragem e o seu enterramento que em parte está a ser efectuado no próprio leito do rio, em sepulturas de pouca profundidade, o que faz surgir o receio de um ressurgimento de milhares de cadáveres de peixe em adiantado estado de decomposição assim que as chuvas e o enchimento da barragem possam arrastar as terras onde se efectua agora este enterramento, com consequências ecológicas e sanitárias imprevisíveis.

No próximo número do «Avante!» publicaremos uma desenvolvida reportagem sobre este caso.

APOR condena Governo Produtores de arroz contra preço à produção

A decisão do Governo de baixar o preço de intervenção do arroz para 66\$30 (menos um escudo em relação ao ano passado) foi condenada segunda-feira pela direcção da Associação Portuguesa de Orizicultores (APOR) por este ano o rendimento industrial do arroz ser «melhor que o ano passado», como se afirma num comunicado daquela estrutura.

«Os custos de produção são cada vez mais elevados e ainda por cima os preços ao consumidor recentemente aumentaram», diz a APOR que assinala a normalidade da produção de arroz este ano, «com excepção do Vale do Pranto (Baixo Mondego), onde há uma quebra de cerca de 25 por cento», devido à praga do lagostim, aguardando-se resposta do primeiro-ministro às reivindicações de indemnizações.

Sobre o preço do arroz, a APOR assinala que «se o Governo português quer os preços ao produtor nacional igual aos praticados nos outros países da CEE, então que nos proporcione também factores de produção tão baratos como os dos nossos colegas», destacando-se o crédito a seis e dez por cento de juros (em Portugal é a 25 por cento) e o gasóleo mais barato que a APOR propõe que passe a 85 escudos por quilo produzido.

Embora tenha já sido entregue arroz aos industriais, os orizicultores desconhecem qual e quando receberão

o preço que lhes é devido. «Isto é inadmissível, pois os orizicultores quando compram factores de produção se não os pagarem no prazo de trinta dias, começam a pagar juros».

Melhor emparcelamento

Um emparcelamento correcto e urgente para a zona do Vale do Pranto é igualmente exigido pela APOR, para um correcto dimensionamento das explorações agrícolas, regularização dos solos e drenagem eficiente para um eficaz combate eficaz à praga do lagostim vermelho sem necessidade do uso de pesticidas.

«É necessária um maior dinâmica e empenhamento nesta situação da Direcção-Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola-Projecto do Mondego», diz a APOR que decidiu fazer em Janeiro o 1.º Encontro Nacional de Orizicultores na cidade de Leiria.

Nesse Encontro será analisado o projecto de reforma da PAC (Política Agrícola Comum), que desde já merece o repúdio dos orizicultores portugueses por ser «gravemente lesivo para a produção nacional no que toca aos cereais».

A direcção da APOR congratulou-se ainda com a aprovação do projecto metido ao abrigo do PROAGRI «que irá permitir uma melhor prestação de serviços aos orizicultores nacionais».

Trabalhadores da «Clérigo» resistem ao despejo

A situação da empresa e dos trabalhadores da Clérigo, unidade fabril metalúrgica do concelho de Setúbal, teve honras de telejornal e de destaque na generalidade da comunicação social tanto nacional como regional.

A Clérigo vem no seguimento de outros «casos», também já bem conhecidos, ilustrativos do «sucesso laranja» no distrito de Setúbal — Seagate, em Palmela e Firestone, em Alcochete — empresas cujo anunciado encerramento, tal como o «Avante!» já noticiou, leva para o desemprego centenas de trabalhadores.

Os acontecimentos da Clérigo, no entanto, são tanto mais significativos quanto, por um lado, a pretensão de a «despejar» (em função de uma determina-

ção do Tribunal Judicial de Setúbal) ganhou eco apenas depois das eleições, e, por outro, estar em causa de certo modo a viabilização de uma pequena empresa — a SALUS — que alugou apenas há quatro meses as instalações da Clérigo na base de um processo de recuperação que apresentou já os seus primeiros frutos positivos.

Falida há algum tempo e com dívidas a um conjunto de credores onde se destaca a Leasing Port, a Clérigo tinha inicialmente 50 trabalhadores com salários em atraso.

Sediada igualmente em Setúbal, uma pequena empresa, a SALUS, em conjunto com os trabalhadores, embrenhou-se no processo de recuperação através do Decreto 177/86, vindo a

conseguir entrar rapidamente em laboração ao ponto de aos iniciais 50 trabalhadores se juntarem agora outros 70, com uma carteira de encomendas, designadamente para o estrangeiro, susceptível de augurar um bom futuro para este exemplar projecto.

Eis quando a 17 de Outubro, por determinação do Tribunal, uma força da GNR se apresenta no local da fábrica para dar seguimento ao despejo das suas instalações, na salvaguarda dos interesses da Leasing Port e outros credores da Clérigos.

A pronta actuação do Sindicato dos Metalúrgicos uniu rapidamente os trabalhadores na determinação de não aceitarem passivamente o abandono dos pos-

tos de trabalho e despoleitou a denúncia pública deste caso.

Como afirmou à comunicação social José Mendão, dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos, «é lamentável que não tenha havido a mesma rapidez para obrigar a anterior administração a pagar os 27 mil contos de salários em atraso aos trabalhadores». Mas rapidez houve, no entanto, para nas instalações da empresa dirigentes sindicais serem temporariamente detidos pela GNR — entre os quais, Luís Morgado — e pender sobre os trabalhadores um processo jurídico por desobediência à ordem, por iniciativa daquela força militarizada junto, de novo, do Tribunal da Comarca de Setúbal.

Neste mesmo dia a Co-

missão Concelhia de Setúbal do PCP tomou posição pública de solidariedade com a luta dos trabalhadores. Passados dias — a 25 de Outubro —, é o Gabinete de Imprensa da DORS do PCP que divulga uma nota deste organismo, «exortando os trabalhadores a manterem a firmeza e unidade».

Com efeito, não obstante promessas do governador civil de Setúbal em tudo fazer para salvaguardar os interesses em causa de todos os intervenientes sem excepção (e naturalmente os dos trabalhadores), na manhã do dia 25 de novo a GNR tomou posições à entrada da Clérigo e impedir a entrada dos que na empresa laboravam.

De imediato pela tarde, desta feita nas instalações

da União dos Sindicatos de Setúbal, sindicalistas e trabalhadores voltaram a reunir em plenário.

José Manuel Maia, deputado do PCP e Vice-Presidente da Assembleia da República, tal como desde a manhã uma delegação da DORS e da Comissão Concelhia de Setúbal do PCP e dirigentes do MDM, manifestaram uma vez mais solidariedade. Solidariedade que se vai manter enquanto durar este conturbado processo, cujas etapas, no dia-a-dia, os trabalhadores vão marcando, em particular com um conjunto de acções de denúncia da política do governo e reivindicação da assunção das suas responsabilidades — se é (é?) verdade que aos chavões do sucesso não hesita em lhe juntar os da «estabilidade».

PARLAMENTO EUROPEU

Espaço Económico Europeu por um rabo de bacalhau

Os interesses dos países do sul, incluindo Portugal, foram sacrificados no altar do EEE

Os sete países da EFTA e os doze Estados membros da CEE assinaram a semana passada o acordo que institui, a partir de Janeiro de 1993, o Espaço Económico Europeu (EEE), a «maior e mais integrada zona económica do mundo».

Foram necessários dois anos de intensas negociações para que os 19 Estados chegassem a um acordo, mas os resultados estão longe de beneficiar igualmente as partes. Como a generalidade dos observadores não se coíbiu de afirmar, a CEE terá averbado uma vitória política à custa dos interesses dos Estados membros do sul, enquanto os países da EFTA - Áustria, Suíça, Noruega, Suécia, Islândia, Finlândia e Liechtenstein - viram consagradas a suas principais reivindicações.

Portugal sofreu, em todo este processo, uma estrondosa derrota, já que nenhuma das suas principais reivindicações foi contemplada no acordo, como o próprio ministro dos Negócios Estrangeiros, Deus Pinheiro, teve de reconhecer. As quotas de pesca nas águas da Noruega e da Islândia são pouco mais do que simbólicas (com a agravante de que mesmo assim a maior fatia deverá vir a ficar para a Espanha); as restrições

à livre circulação e direito de residência dos trabalhadores portugueses na Suíça mantêm-se por mais cinco anos; a participação dos países da EFTA para o fundo de coesão não passa de uma gota de água no oceano (donativo de 90 milhões de contos e um empréstimo bonificado de 270 milhões de contos), o que não deixará de agravar o desequilíbrio Norte/Sul já existente. Acresce ainda que o acordo reconhece à Áustria o direito de manter as limitações impostas ao trânsito de camiões pesados no seu território.

Ou seja, a EFTA recolhe os principais benefícios do acesso ao mercado comunitário (no conjunto dos 19 países isso representa cerca de 400 milhões de consumidores), sem as contrapartidas inerentes do estatuto de membro, quer políticas quer económicas (contribuições para o orçamento comunitário ou para os fundos estruturais, harmonização fiscal e integração na Política Agrícola Comum).

Apenas num ponto a CEE se mostrou inflexível: na recusa em permitir que a EFTA participe no processo de decisão interno da CEE no que respeita às grandes questões relacionadas com o EEE. Nesta matéria, vai vigorar um

sistema de «consultas» através de um comité misto CEE-EFTA, a criar. Desde já, decidiu-se criar um departamento especial no Tribunal de Justiça das Comunidades para arbitrar eventuais conflitos.

A caminho da Grande Europa

Cabe assinalar que não se esperam particulares alterações nas relações económicas entre a CEE e a EFTA, dado que apesar do Espaço Económico Europeu passar a representar cerca de 40 por cento do comércio mundial, importa não esquecer que as trocas entre os dois blocos representam já cerca de 60 por cento das respectivas relações comerciais, na sua maioria sem encargos alfandegários.

Assim, cabe perguntar: qual é a vantagem deste EEE? Para muitos analistas, o aumento da concorrência, a harmonização das normas técnicas e industriais e o acesso mútuo aos mercados financeiros. Para Jacques Delors, presidente da Comissão Europeia, uma «transição para o alargamento futuro da CEE» e «um passo histórico» no caminho de uma Europa federal.

É nesta medida que o acordo para a criação do EEE

representa um renovar das esperanças europeístas em relação à Cimeira de Maastrich, agendada para Dezembro, com o objectivo de dar novo impulso à União Económica e Monetária e eventualmente à União Política, com a criação de uma moeda única e uma política externa e de defesa comuns.

E vale a pena recordar que Jacques Delors considerava que a partir de Dezembro a Comunidade deve começar a «preparar uma estrutura a 24 ou a 30 países, para responder ao desafio da Grande Europa». Não é por acaso que Delors já fala da possibilidade de o Tratado a assinar em Maastrich incluir uma cláusula de revisibilidade em 1996, unicamente destinada ao alargamento da Europa Comunitária.

A entrada em vigor do EEE está no entanto ainda dependente da aprovação do respectivo Acordo pelo Parlamento Europeu e ratificação pelos Parlamentos dos Estados membros da CEE e da EFTA. Uma oportunidade para voltar a colocar a sempre pendente questão da coesão económica e social tornada ainda mais difícil com o estreitar de ligações com os novos parceiros ricos, mais interessados em receber do que em partilhar.

Recursos pesqueiros

Os responsáveis pelas pescas dos Doze iniciaram, no princípio da semana, no Luxemburgo, mais uma reunião para tentar chegar a um acordo sobre as medidas de conservação dos recursos pesqueiros nas águas da CEE. Em debate estão as propostas da Comissão Europeia que incluem três modificações ao actual regime comunitário para o sector: interdição do uso de mais de um tipo de redes por navio, bem como novas regras para a dimensão e a forma das malhagens; proibição da utilização de redes de emalhar de deriva com um comprimento superior a 2,5 quilómetros, interdição da pesca de arrasto de vara, estabelecimento de zonas de protecção para a pescada nas águas portuguesas e espanholas e aumento da malhagem de 65 para 80 milímetros; e aumento dos tamanhos mínimos dos peixes capturados. Fundamentam estas propostas estudos da Comissão Europeia que constata a existência de um desequilíbrio significativo entre os recursos disponíveis e a capacidade de pesca existente, apontando a necessidade de reduzir em cerca de 40 por cento a capacidade média da frota comunitária. Embora existindo consenso sobre a necessidade de preservar os recursos piscatórios, os Doze estão divididos quanto às medidas a tomar, considerando exageradas as propostas da Comissão.

Reservas

Jacques Delors, presidente da Comissão Europeia, manifestou-se na semana passada contrário ao eventual aumento do número de deputados alemães no Parlamento Europeu. «Agora que são 80 milhões, os alemães deviam reflectir sobre as reacções que poderá suscitar a reivindicação generalizada de uma distribuição diferente das sensibilidades a nível das instituições europeias», afirmou Delors em entrevista a um jornal belga, acrescentando que só será necessário rever, por completo, o enquadramento institucional da CEE, quando o número dos seus membros for aumentado. Recordava-se que a pretensão alemã conta com o parecer favorável do Parlamento Europeu que, no passado dia 9, aceitou acolher 18 novos membros procedentes da ex-RDA. A concretizar-se, a alteração poria termo à paridade existente entre a Alemanha, França, Reino Unido e Itália.

Têxteis

A Associação Europeia das Indústrias do Vestuário congratulou-se, no passado dia 24, com a proposta da Comissão Europeia para a indústria têxtil nos Estados membros da CEE, segundo a qual se prevê a disponibilização de 500 milhões de ecus (90 milhões de contos), a partir de 1993 e por um período de cinco anos, para a reconstrução daquele sector nas regiões da CEE dependentes desta actividade económica. Recordava-se que Portugal, Espanha e Grécia são os países que irão beneficiar com este programa, designado «RETEX». «Esta iniciativa demonstra que existe uma real vontade da CEE de construir uma Europa industrial forte, capaz de fazer face à concorrência asiática», afirmou um porta-voz da Associação. Os têxteis ocupam cerca de três milhões de trabalhadores no espaço comunitário, estando a produção a cargo, maioritariamente, de pequenas e médias empresas. Em Portugal, o sector é responsável por 14 por cento do valor acrescentado da indústria transformadora e por 30 por cento das exportações totais do País.

Cooperação

O Parlamento Europeu defendeu, na sua última sessão, que os países da Europa de Leste cooperem entre si e não apenas com a CEE. No decorrer do debate sobre o orçamento comunitário para 1992, Alain Lamassoure, autor do relatório parlamentar sobre a matéria, anunciou que vai introduzir no projecto de orçamento duas novas linhas destinadas a promover e apoiar a cooperação entre os países da Europa de Leste e entre estes e a União Soviética. Os debates foram de resto dominados pelas críticas à proposta do Conselho de Ministros dos Doze, por tentar financiar novas iniciativas em favor dos países de Leste à custa de reduções de despesas orçamentais destinadas a políticas e acções já existentes na Comunidade. Com efeito, a proposta prevê o corte de parte das verbas destinadas a políticas em curso para financiar, designadamente, a assistência técnica prometida pelos Doze à União Soviética em 1992, no valor de 400 milhões de ecus (72 milhões de contos).

Paz global para o Médio Oriente

Parlamentares árabes e europeus, reunidos em Lisboa, pronunciaram-se na passada segunda-feira a favor de uma «paz global» para o Médio Oriente, assente no reconhecimento do direito dos palestinos à autodeterminação, condição indispensável para que a paz possa ser justa e duradoura.

De acordo com o comunicado final, apresentado em conferência de imprensa, os participantes defendem que o processo deve passar pela aplicação das resoluções das Nações Unidas, pelo reconhecimento mútuo de todos os Estados da região, o direito

do povo palestino à autodeterminação e a evacuação dos territórios árabes ocupados por Israel.

A conferência anual do diálogo parlamentar euro-árabe, cujos trabalhos se iniciaram no passado sábado, foi organizada pela Associação Parlamentar para a Cooperação Euro-Árabe (APCEA) e pela União Inter-Parlamentar Árabe (UIPA), tendo como tema central a conferência de Madrid para a Paz no Médio Oriente, que ontem se iniciou na capital espanhola.

Uma conferência a que os parlamentares euro-árabes

exprimiram o seu apoio, bem como o desejo de que as conversações sejam bem sucedidas.

A reunião reuniu deputados de 14 países árabes, de 15 Estados europeus e de membros do Parlamento Europeu e da União do Magreb Árabe.

Segundo o vice-presidente da Assembleia Nacional da Argélia, Abbas Dlimi, a conferência poderá ter resultados positivos apesar das «dificuldades» que resultam da posição intransigente de Israel. «É um problema delicado, mas com a opinião pública europeia e americana

e com a pressão dos governos da Europa e dos Estados Unidos poderá chegar-se a algum resultado», afirmou.

De registar ainda a presença, nesta reunião em Lisboa, de delegações do Iraque e do Kuwait. O facto de ambas se sentarem à mesma mesa foi classificada como um «progresso considerável» na via da pacificação regional. Foi o primeiro encontro deste tipo desde a Guerra do Golfo.

Os parlamentares euro-árabes consideraram ainda que uma moratória internacional sobre toda a venda de armas ao Médio Oriente, e a submissão ao controlo da agência internacional da energia atómica das armas nucleares, representaria uma «contribuição positiva» para uma solução pacífica dos conflitos da região.

Por outro lado, considerando que um desenvolvimento económico «mais harmonioso» é indispensável para a estabilidade regional, os participantes encarregaram as respectivas associações de organizarem um novo encontro parlamentar dedicado à cooperação económica e financeira, com o objectivo de abrir «novas perspectivas políticas ao diálogo euro-árabe» a nível governamental.



«Sou uma árabe palestina. Nasci em Jerusalém. A Palestina é a minha terra mas eu não posso lá voltar»

«Sou uma judia americana. Nasci nos EUA. Israel não é a minha terra mas eu posso lá voltar»

POLÓNIA

Esquerda democrática no primeiro lugar

Os resultados oficiais parciais divulgados na manhã de terça-feira indicavam claramente uma alteração do quadro político da Polónia, e o profundo descontentamento popular para com as reformas em curso, que se têm saldado em pesados custos sociais.

A Aliança da Esquerda Democrática (ex-comunista) contava com o maior número de assentos na nova Dieta (Parlamento), ultrapassando, por um lugar, a União Democrática do antigo primeiro-

-ministro Tadeusz Mazowiecki.

De acordo com os resultados nacionais então divulgados, a Esquerda Democrática conseguiu eleger para a Dieta (que contará com 460 deputados) 47 assentos parlamentares, contra 46 da União Democrática.

Seguem-se o Partido dos Camponeses (PSL com 8,8% e 40 deputados), a Acção Católica (WAC com 8,76% cento e 33 deputados), a Confederação para a Polónia Independente

(KPN — direita, com 7,5% e 36 deputados), e o Congresso dos Liberais (partido do primeiro-ministro Jan Krzysztof Bielecki com 7,17% e 25 deputados).

Não se tratando embora de resultados definitivos, alguns factos podem ser destacados: o bom resultado da Aliança da Esquerda Democrática; uma elevadíssima abstenção (por volta dos 60%); uma enorme pulverização dos votos, nomeadamente dispersos pelos diferentes grupos que antes constituíam o

Solidariedade, mas que mesmo todos juntos não congregam uma maioria; os fracos resultados da Aliança Cívica do Centro, o partido ligado ao actual presidente Lech Walesa.

Deveras significativa — nomeadamente no que se refere a conceitos de democracia — é a reacção de Walesa, antes ainda destes resultados divulgados.

O presidente Lech Walesa, cuja política fica claramente recusada nestas eleições, repete um apelo para que seja permitido ao executivo governar por decreto. «O novo Parlamento deve neste momento fazer precisamente uma coisa — deixar o governo e o presidente governar», disse, numa posição de claro menosprezo pela expressão eleitoral da vontade popular.

Entretanto, as conversações sobre a formação de futuras coligações já começaram, num quadro de incertezas quanto ao futuro político do país.

Desemprego e recessão

Segundo estatísticas oficiais referentes a Agosto, o desemprego na Polónia aproximava-se já dos 10% da população activa. Mais de 1 854 000 polacos, ou seja 9,8% da população activa, não tinham trabalho. No mesmo mês de Agosto, o número de desempregados aumentou em 104 000. Segundo as estimativas do Ministério

das Finanças, os preços ao consumidor aumentaram de 2% nesse mês.

As draconianas medidas de austeridade assumidas pelo governo de Bielecki reduziram fortemente a inflação, que em Janeiro se elevava a 12%, mas ao preço de uma vertiginosa quebra da produção (-22% em relação ao mesmo mês de 1990) e de uma subida em flecha do número de desempregados.

TRABALHADORES SEM LUZ

Greve geral nas Astúrias

A população da comunidade autónoma das Astúrias realizou uma greve geral de 24 horas quarta-feira, em protesto contra a segunda reconversão industrial que ameaça encerrar minas de carvão e empresas dos sectores siderúrgico e naval.

A greve foi convocada pelos dois sindicatos maioritários, UGT e Comisiones Obreras, e apoiada por diversos sectores políticos e da sociedade, incluindo o próprio arcebispo de Oviedo, Monseñor Díaz Merchan.

Esta é a primeira greve geral numa região autónoma espanhola, depois de 14 de Dezembro de 1988, que afectou todo o país.

A actividade económica e industrial das Astúrias, que se baseia na construção naval, está ameaçada por uma dura reconversão que pode afectar milhares de postos de trabalho.

As Astúrias perderam 30 000 postos de trabalho nos últimos dez anos, mas, se não houver uma reindustrialização, as previsões indicam que nos próximos três anos se perderão mais 45 000.

Itália contra austeridade

Roma, Bolonha e Milão estiveram, durante quatro horas, sem jornais, comboios, escolas, autocarros nem ministérios devido à greve geral convocada pelos sindicatos italianos para protestar contra o plano de austeridade económica do governo de Andreotti.

Enfrentando uma dívida externa crescente, o governo de Giulio Andreotti pretende conter o défice orçamental de 1992 de 128 mil milhões de liras (15 mil milhões de contos).

Para esse efeito, anunciou severos cortes no sector da saúde e a intenção de fomentar novas receitas através de uma amnistia fiscal que permita aos «fraudadores» pôr em dia as suas dívidas a preço inferior.

São principalmente estes dois pontos que contestam as três grandes centrais sindicais (CGIL, maioria de esquerda ex-comunista e socialista, CISL tendência democrata cristã e a UIL socialista).

Contestam em particular a decisão de aumentar o «ticket» que bem como o «perdão fiscal» que os doentes têm de pagar pelos medicamentos e pela assistência social, segundo as centrais, constituem «um escândalo» que perpetua as injustiças do sistema fiscal italiano em detrimento dos assalariados.

Jovens marroquinos

Cerca de 300 jovens marroquinos diplomados e sem emprego iniciaram uma greve de fome na cidade de Sale, em protesto pelo não cumprimento pelas autoridades das promessas de obtenção de postos de trabalho.

Os quatro partidos da oposição parlamentar expressaram a sua solidariedade para com a luta dos jovens, durante uma visita ao local da concentração.

As autoridades regionais de Sale haviam prometido aos jovens manifestantes, no início de Setembro, arranjar em-

prego para 150 diplomados, ou que não foi ainda concretizado.

Mineiros hondurenhos

Uma pessoa morreu e dez ficaram feridas em confrontos entre soldados hondurenhos e mineiros em greve numa mina canadiana.

Os incidentes ocorreram na Mina de El Mochito, no departamento de Santa Bárbara, ocidente do país, onde mais de 150 mineiros estão em greve desde há 20 dias em protesto pelo despedimento de 61 companheiros.

Os trabalhadores despedidos ocuparam há 17 dias as instalações da mina e bloquearam esta semana a estrada de acesso a El Mochito.

Professores em greve

Os professores do distrito de Moatize, província moçambicana de Tete, entraram segunda-feira em greve para exigir a sua integração nas novas carreiras profissionais.

Esta é a segunda paralisação este ano dos docentes daquela região do Norte de Moçambique. A primeira ocorreu em meados do presente ano lectivo e terminou com promessas do Ministério da tutela de resolver o diferendo até 12 de Outubro.

A greve dos professores de Moatize vem juntar-se a outras iniciadas há uma semana pelos docentes da província de Sofala, nomeadamente nas cidades da Beira e Dondo.

O conflito laboral entre docentes e autoridades escolares de Sofala entrou em

impasse e os professores estão a diligenciar para obter garantias de protecção policial para uma marcha pacífica, numa extensão de 27 quilómetros — entre a vila de Mafambisse e a Cidade da Beira.

Manifestação em Moscovo

Uma dezena de milhar de trabalhadores moscovitas manifestou-se na praça do Maneje, junto ao Kremlin, reclamando «salários de mercado» e uma participação dos conselhos de trabalhadores no processo de privatização.

A manifestação foi organizada pelos Sindicatos Independentes de Moscovo e inscreve-se no quadro de uma semana de acções reivindicativas em toda a Rússia.

Sob a primeira neve caída em Moscovo, os manifestantes, depois da saída dos empregos, assobiaram quando foi evocado o Soviete Supremo (Parlamento) da Rússia, que adiou o exame de um projecto de lei sobre a indexação dos salários aos preços.

A passagem da economia soviética ao sistema de mercado tem provocado um crescimento espectacular dos preços. A inflação seria agora de 12-15 por cento ao mês, segundo as avaliações oficiais.

De acordo com os Sindicatos, uma pessoa só, necessita hoje de 521 rublos para viver, enquanto lhe bastavam 205 rublos em Janeiro.

Nos cartazes transportados pelos manifestantes afirmava-se que «Só as leis, não nos alimentarão» e pedia-se «Reformas, mas sem pobreza, sem fome e sem desemprego».

A campanha anticomunista

A campanha eleitoral na Polónia foi pontuada de claras tomadas de posição anticomunistas que, no discurso de Walesa, assumiram mesmo foros de um impressionante primitivismo.

«O ajuste de contas é só uma questão de tempo» — afirmou o presidente polaco em entrevista à televisão, poucos dias antes das eleições.

E acrescentou: «Se não acabarmos com os comunistas de uma forma civilizada e democrática, as pessoas sairão para as ruas para acabar com eles e serão então necessárias autópsias e médicos.»

Na entrevista, Walesa afirmou-se mesmo disposto a encabeçar tal movimento anticomunista!

E ameaçou ainda — face ao movimento grevista, nomeadamente por parte dos mineiros, contra a degradação das condições de vida — os comunistas «preparam já greves para sabotar o que a democracia estabelecer, recorrendo à fraude. Há forças e medidas para meter na ordem os comunistas».

A nova Dieta agora eleita deveria pronunciar-se sobre uma proposta de lei da Aliança Cívica do Centro, partido que lançou a campanha presidencial de Walesa, que levaria à exclusão da função pública, durante dez anos, de todos os antigos membros do POUP.

Seguida à letra, esta interdição seria aplicável tanto ao general Jaruzelski como a Bronislaw Gerek (que foi membro do POUP até 1968), ou a Jacek Kuron, ministro do Trabalho, membro do partido até 1964.

Note-se que no próprio congresso constitutivo da Aliança Cívica do Povo, o seu presidente, Jaroslaw Kaczynski, afirmou como objectivo político a «descomunicação» da sociedade.

MÉDIO ORIENTE

Diálogo em Madrid

Entre esperanças, dúvidas, oposições, claras contradições de interesse, iniciaram-se em Madrid os trabalhos da Conferência de paz para o Médio Oriente.

Formalmente, parece haver uma base de acordo mínimo. Estados Unidos e União Soviética como patrocinadores, ONU, Comunidade Europeia, países do Magreb e do Conselho de Cooperação do Golfo, como observadores, e Israel, países árabes vizinhos e palestinos, enquanto participantes activos - todos concordam que as negociações para a paz devem ter por base a Resolução 242 do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Mas as divergências começam logo aqui, na própria Resolução 242, que Israel afirma só obrigar à retirada de territórios ocupados (e não dos). Na perspectiva de Telaviv, e conforme é defendido por Shamir, a Resolução 242 autorizaria Israel a governar os territórios ocupados na guerra dos Seis Dias até haver paz na região (!) o dirigente israelita acrescentou mesmo, quando questionado sobre a proposta da troca de terras pela paz, que 90 por cento dos territórios então conquistados já estão sob controlo dos árabes.

Para os palestinianos - cujo futuro está na prática no centro de todos os debates e confrontos - a questão central está na retirada de Israel dos territórios ocupados, onde são hoje vítimas da política repressiva de Telaviv. O dirigente da OLP, Yasser Arafat, reafirmou recentemente que a aceitação, por Israel, de uma retirada dos territórios ocupados constituiria o «elemento-chave» para um êxito em Madrid.

Uma questão estreitamente ligada a uma outra - os colonatos.

A OLP e todos os países árabes participantes na conferência acordaram, a se-

mana passada, em não iniciar as negociações bilaterais previstas com Israel, no quadro da segunda fase da Conferência, «senão quando o Estado hebraico suspender a criação de colónias de povoamento» na Cisjordânia e em Gaza.

Entretanto, e segundo revelam documentos internos do ministro da Habitação, divulgados pela tele-visão israelita, está prevista a construção de quatro novos colonatos e 1575 habitações até finais de 1992 nos montes Golan, anexados em 1981.

Segundo os documentos

citados pela televisão, o ministro da Habitação aprovou a construção de 200 novos apartamentos para receber famílias procedentes das quintas colectivas, e mais 800 nas localidades existentes, nomeadamente em Katzrin, principal centro judaico nos montes Golan.

A verdade, entretanto, é que esta aposta do governo de Israel em criar situações de facto que obstem a um verdadeiro processo de paz, com prioritária consideração dos legítimos interesses do povo palestiniano, não é pacífica entre a população israelita.

Segundo uma sondagem

realizada em vésperas da Conferência de Madrid, 39% dos israelitas defendem a autonomia dos territórios ocupados, enquanto 26% consideram que para ser alcançada a paz o estado hebraico deve retirar-se de todos os territórios ocupados desde 1967.

Também no fim-de-semana anterior ao início da Conferência de Paz, realizou-se em Telaviv uma manifestação que reuniu dezenas de milhar de pacifistas.

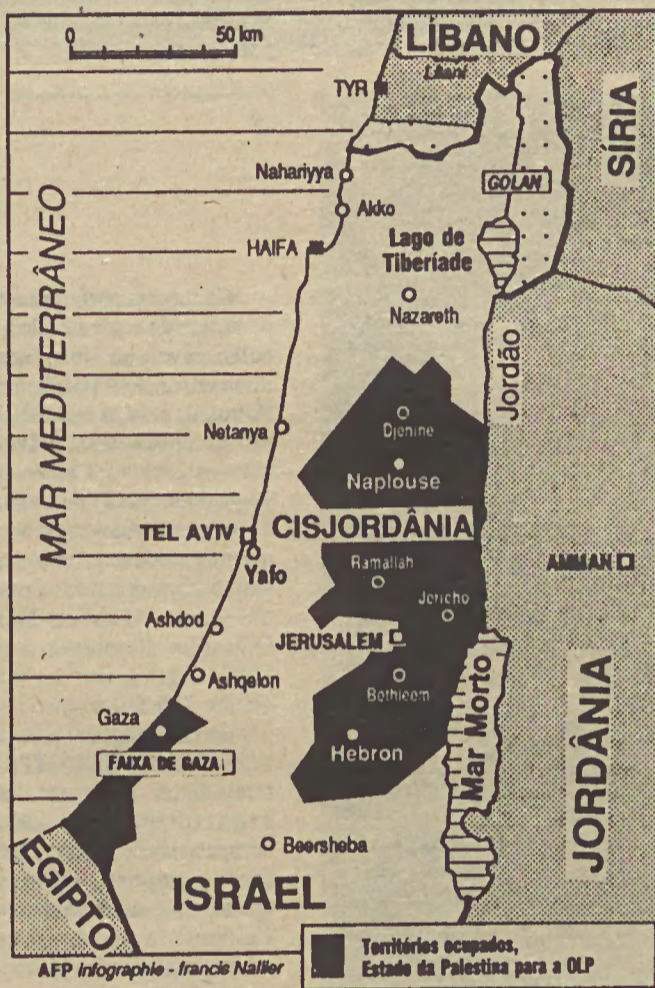
Factos que se inserem na complexa realidade em que esta Conferência se realiza, e que passa também pelas diferentes opiniões entre palestinianos, quanto a este processo de paz.

Testemunho destas diferenças, também ligadas à própria complexidade e dramatismo da situação, é o comunicado da direcção da Intifada, em que se apela à sua intensificação.

Afirmado existirem «várias interpretações políticas quanto aos meios para atingir os objectivos do povo palestiniano», o comunicado apela para a necessidade de «fazer fracassar as tentativas israelitas de semear a discórdia» no seio dos palestinianos.

«Nestas circunstâncias difíceis da história do nosso povo - afirma-se no comunicado - preservar a Intifada, consagrando os seus avanços e intensificando-a, é a nossa primeira opção no sentido de tornarmos a ocupação do nosso território impossível» para os israelitas.

Que perspectivas para esta Conferência? Ninguém o saberá dizer neste momento. Entretanto, a sua própria realização reflecte também a gravidade e premência dos problemas em causa. Sem a consagração dos direitos do povo palestiniano, e a resolução dos diferentes problemas pendentes, não haverá paz estável no Médio Oriente.



Em 5 de Junho de 1967 Israel invade o Sinai egípcio e ocupa a Cisjordânia, a Faixa de Gaza e os montes Golan sírios. Uma guerra que dura apenas seis dias e que irá marcar a realidade política de todo o Médio Oriente. Nesse mesmo ano, em Novembro, o Conselho de Segurança da ONU adopta por unanimidade a Resolução 242, que nunca foi aplicada, e que hoje está no centro dos debates na Conferência de Madrid.

As resoluções que nunca foram aplicadas

Em 29 de Novembro de 1947 — enquanto a Haganah, exército constituído por organizações de judeus, se empenhava na guerra para se apoderar da Palestina, então sob mandato britânico, e constituir um Estado — a Assembleia Geral da ONU vota a partilha deste território. É a Resolução 181. O texto recomenda o fim do mandato britânico, a retirada de todas as tropas britânicas até 1 de Agosto de 1948, a evacuação da zona judia abrindo portas à imigração até 1 de Fevereiro do mesmo ano, a constituição

de Estados independentes: um Estado judeu, um Estado árabe e um regime especial, internacional, para a cidade de Jerusalém. A resolução preconiza a constituição de uma comissão das Nações Unidas para a Palestina, integrada por cinco membros.

A 22 de Novembro de 1967, alguns meses depois da guerra dos Seis Dias em que Israel invadiu os territórios árabes, o Conselho de Segurança da ONU adopta a Resolução 242. Nesta se afirma que o cumprimento dos princípios da

carta das Nações Unidas exige a instauração de uma paz justa e duradoura no Médio Oriente, e recomenda nomeadamente a aplicação de dois princípios: «Retirada das forças armadas israelitas dos territórios ocupados quando do precedente conflito; fim de todas as acções e estados de beligerância e respeito e reconhecimento da soberania, da integridade territorial e independência política de cada Estado da região e do seu direito a viver em paz, com fronteiras seguras e reconhecidas, ao abrigo de ameaças ou de ac-

tos de força». O texto afirma por outro lado a necessidade de garantir a navegação marítima pelas vias internacionais que passam pela região; proceder a uma justa resolução do problema dos refugiados; garantir a inviolabilidade territorial e a independência política de cada Estado da região, através de medidas que incluam a criação de zonas desmilitarizadas.

Cerca de seis anos mais tarde, a ONU adoptará uma nova resolução. A 338, que recomenda expressamente a aplicação da 242.

PTE no PSOE

Partido do Trabalho de Espanha, PTE, liderado por Santiago Carrillo, anunciou em Congresso extraordinário a sua dissolução para se integrar no Partido Socialista Operário Espanhol, PSOE.

Escolhemos o PSOE - explicou o secretário-geral do partido, Adolfo Pinedo - porque analisámos os acontecimentos no Leste da Europa e concluímos que estávamos a assistir ao fim do Movimento Comunista Internacional.

«Todavia, no nosso íntimo, continuaremos a sentir-nos comunistas», garantiu.

Pinedo esclareceu que o PTE se integra no PSOE como uma corrente de opinião denominada «Unidade da Esquerda», a qual existirá transitória até se poder efectuar «uma aterragem suave no PSOE».

O presidente e fundador do PTE, Santiago Carrillo, declarou-se convencido de que os membros do partido serão simplesmente «os precursores da entrada no PSOE» e que dentro de pouco tempo «outros comunistas seguirão o mesmo caminho».

Racismo

As autoridades alemãs levantaram até hoje 432 processos judiciais contra elementos da extrema-direita, acusados de práticas violentas racistas, particularmente desde meados de Setembro findo, revelou uma fonte judicial.

Em três casos vão ser julgados indivíduos por tentativas de homicídio. Os restantes dizem respeito a ferimentos, degradação de bens, incêndios, incitamento à violência, ameaças e atentados à ordem pública, anunciou o Ministério da Justiça do estado de Schleswig-Holstein, baseada em notícias do governo federal.

A violência racista na Alemanha tem sido praticada essencialmente contra estrangeiros, em particular contra indivíduos ou habitações que abrigam os que se encontram em situação de asilo.

Haiti

O presidente deposto do Haiti, Jean-Bertrand Aristide, afirmou em Genebra que se forem cumpridas as sanções internacionais impostas ao seu país bastarão alguns dias para afastar os militares golpistas do poder.

«Se a comunidade internacional exercer as pressões necessárias ao cumprimento integral do embargo, os criminosos resistirão apenas alguns dias disse Aristide em conferência de imprensa realizada no Conselho Euménico das Igrejas (CEI).

A Venezuela e o México cessaram os fornecimentos de petróleo ao Haiti que dentro de oito dias não terá combustível, disse o presidente deposto em 30 de Setembro por um golpe militar.

Aristide louvou os apoios que recebeu dos presidentes da Venezuela, EUA, França e Canadá, mas sublinhou que o embargo decretado pela Organização dos Estados americanos (OEA) contra o Haiti não está a ser respeitado integralmente.

O presidente deposto afirma que os golpistas são culpados de crime contra a humanidade por terem morto mais de mil pessoas em poucos dias, acrescentando que o golpe se traduziu pelo regresso do tráfico de droga, da corrupção e do contrabando.

URSS

Parlamento Soviético pediu às Repúblicas que continuam renitentes quanto à assinatura do Tratado Económico e a sua representação no Parlamento Federal que tomem consciência da necessidade desses dois passos para a manutenção da unidade.

O Soviete Supremo adverte num apelo dirigido aos Povos e Parlamento dos Estados independentes ao Conselho dos chefes de governo da Comunidade Económica, que «a desintegração caótica da antiga União pode desestabilizar mais ainda a situação e agravar as relações entre Repúblicas».

«Só com uma estrutura comunitária poderemos assegurar condições de vida dignas para os povos dos nossos Estados independentes», acrescenta o Soviete Supremo.

O apelo salienta a importância do tratado sobre o acordo económico inter-republicano assinado há uma semana no Kremlin por oito Repúblicas.

Até agora, sete Repúblicas participam nos trabalhos do novo Soviete Supremo.

Pena de morte

A Câmara dos Representantes dos Estados Unidos aprovou um projecto de lei que alarga a pena de morte a uma lista de mais de cinquenta delitos federais.

A nova proposta de lei, aprovada por 305 votos contra 118, prevê a condenação à pena de morte em casos de traição a pátria, espionagem, terrorismo e assassinios por motivos políticos, entre outros.

Permite também a execução dos traficantes de droga que introduzam nos Estados Unidos grandes quantidades de estupefacientes e cometam assassinios nessas operações, mesmo que essas mortes não possam ser suficiente comprovadas.

A decisão da aplicação ou não da pena de morte é tomada independentemente por cada um dos cinquenta Estados do país, desde que em 1976 o Supremo Tribunal norte-americano restabeleceu a condenação à pena capital.

ACIDENTES DE TRABALHO

Um fado português?

Os acidentes de trabalho são assim como que uma fatalidade e uma desgraça. Como se acontecessem porque estava escrito. E a gente, que se comove quando um avião se despenha e a tragédia mata uma centena de pessoas, também do mesmo modo se aflige quando trabalhadores morrem na Lisnave na limpeza de navios, quando são esmagados nos escombros de uma construção que desaba, quando, como aconteceu este mês ainda, três electricistas são fulminados por uma descarga. A gente lê e passa adiante. Raramente se medita sobre as razões da desgraça. E, como o automobilista leitor, a maioria faz-se à estrada, esperando que os acidentes aconteçam aos outros.

No entanto, se os acidentes rodoviários alcançam sempre as primeiras páginas dos jornais, nem que seja por atacado num fim-de-semana festivo, os acidentes de trabalho só damos conta deles, na maior parte das vezes, quando acontecem frente a uma larga audiência e acarretam a morte. Quantos acidentes que não matam mas comprometem a vida ocorrem

todos os dias a coberto do silêncio? E quantas mortes não são anunciadas?

Membros amputados, cegueiras, incapacidades várias que se contam à percentagem numa macabra contabilidade fazem parte do quotidiano. Por que acontecem? De quem a responsabilidade? Como evitá-los? Quem repara os danos às pessoas? Como? Quanto?

Não é fácil responder a todas estas questões. O muro do silêncio é mais espesso do que se julga. E parece haver, da parte de quem tem culpas no cartório, uma estranha filosofia que pode resumir-se em três traços essenciais - um deles é que a culpa pertence sempre ao trabalhador; outro, é que o seguro paga, portanto encontra-se reparado o agravo; finalmente, o acidente é encarado pela generalidade das entidades patronais como um preço a pagar pelo desenvolvimento, tal como o "sucesso" de Cavaco Silva se faz à custa da marginalização de largas camadas da população portuguesa.

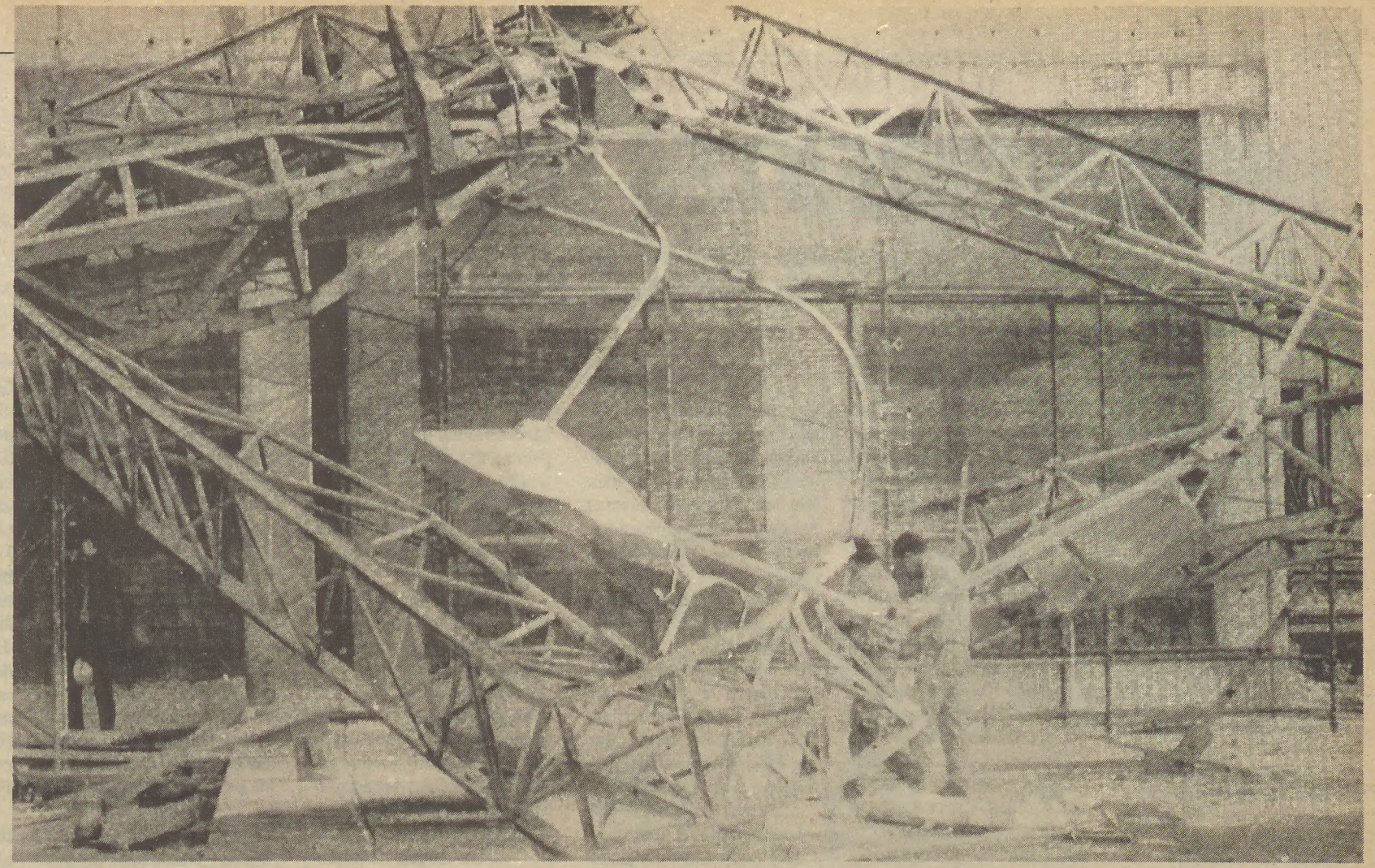
O último grande acidente conhecido, que envolveu a morte de três electricistas que trabalhavam numa obra da EDP é quase paradigmático. Segundo a imprensa diária, fontes da empresa declararam então que "por algum motivo o poste em que estavam a trabalhar - os electricistas que vieram a falecer - inclinou-se mais que o previsto e foi bater numa linha condutora de electricidade, o que provocou a descarga, fatal para os trabalhadores".

Causas do acidente? Aqui a EDP torna-se prudente, porque "os trabalhos estavam adjudicados e as condições de segurança são com os empreiteiros".

Há sempre alguém a quem passar as responsabilidades, sempre terceiros a quem poder atribuir o ónus, pelo menos, da dúvida.

Entretanto, os acidentes de trabalho, desgraça que atinge muitos milhares de trabalhadores - e por acréscimo as suas famílias - serão inevitáveis? Tratar-se-á de mais um fado português?

E a grua caiu. Não foi a primeira nem será a última. Esta foi em Novembro do ano passado, na construção do Centro Cultural de Belém (Lusa)



Quatro operários mortos, soterrados nas fundações de uma construção em Bobadela, Sacavém. Os bombeiros retiram um corpo. Foi em Maio de 1990 (Lusa)

Números negros

Conhecer perfeitamente o número de acidentes de trabalho revela-se uma tarefa impossível. Isto porque, em Portugal, nem as estatísticas são completamente fiáveis, nem as entidades patronais contribuem para que a clareza impere. Sabe-se que o número de acidentes é extremamente elevado. E isso pode traduzir-se pela mais baixa indicação disponível - em 1989 registaram-se nada menos que 326 961 casos. Este número, divulgado por um recente estudo da CGTP/Intersindical, refere-se aos dados disponíveis pelas companhias de seguros. Ora, como a própria CGTP reconhece, trata-se de uma subavaliação "na medida em que muitos dos casos de sinistralidade se verificam em situações de economia subterrânea ou então referem-se a situações de precariedade laboral, como os trabalhadores à hora, casos estes em que não há qualquer seguro".

O estudo conclui que esta subavaliação se comprova ao

comparar-se a totalidade dos salários segurados com a totalidade da Massa Salarial que compõe o PIB - Produto Interno Bruto. E dá um exemplo: em 1989, enquanto os salários seguros corresponderam a 1,9 mil milhões de contos, a Massa Salarial global dos trabalhadores por conta de outrem atingiu a soma de 2,6 mil milhões. Assim, apenas 75,6 por cento estavam segurados.

Ainda assim, duas situações podem concorrer para esta diferença.

Uma delas decorre do facto de haver entidades patronais que declaram valores salariais abaixo da realidade, com o fim de baixarem as contribuições pagas à entidade seguradora. Outra, refere o estudo da Inter, "porque há largos extractos da massa trabalhadora que laboram sem que estejam sob qualquer seguro. Por exemplo, se supusermos que as entidades patronais declaram as remunerações dos trabalhadores 14,44 por cento abaixo da

situação real (valor deduzido com base nos Quadros do Pessoal/89 do Ministério do Emprego e Segurança Social), então, mesmo assim, há cerca de 400 milhões de contos de salários não segurados que, ao salário médio de 1989 - 59 contos - significa que mais de 484 mil trabalhadores não estão seguros, isto é, 15,7 por cento daqueles que são trabalhadores por conta de outrem".

750 mil não têm seguro

Mas as contas ainda não estão completas. O estudo indica, seguindo os dados, que, sem grande margem de erro, se pode afirmar que existem 750 mil trabalhadores que não estão segurados. Isto porque, ao número anterior, de 484 mil, se podem adicionar cerca de 250 mil, correspondentes a uma parte dos trabalhadores independentes que, de facto, são trabalhadores por conta de outrem...

Temos portanto não apenas um número extremamente elevado de acidentes de trabalho - maior, como vimos, do que aquele que as estatísticas mencionam - como também um numeroso grupo de trabalhadores que, uma vez acidentados, não estão cobertos por um seguro que proceda a uma reparação dos danos causados. O quadro negro dos acidentes de trabalho em Portugal, porém, não estará completo se não dissermos que o nível das pensões pagas é muito baixo.

Com efeito, o exemplo que a Inter dá é revelador do grande negócio que é para as seguradoras a área de seguros de acidentes de trabalho: "Uma incapacidade total permanente (a 100 por cento) recebeu anualmente 230 contos, o que dá uma mensalidade média próxima dos 17 contos, enquanto a pensão média ronda os 110 contos/ano". Entretanto, "esta situação contrasta com as diferenças significativas que existem entre as indem-

nizações pagas pelas seguradoras e aquilo que recebem das empresas. Assim, em 1989, os prémios recebidos pelas seguradoras rondaram os 45 milhões de contos, enquanto pagaram de indemnizações apenas cerca de 21 milhões de contos, o que implica um rácio indemnizações pagas/prémios recebidos da ordem dos 51 por cento e uma diferença absoluta entre os valores da ordem dos 20 milhões de contos".

Como se vê, um grande negócio para as seguradoras, um mau negócio para os trabalhadores segurados.

Dois mortos por dia

É no sector produtivo onde mais se arrisca a vida. Natural, dirão alguns - aqueles que dizem também que é natural haver ricos e pobres e a exploração do homem pelo homem.

Considerando apenas os dados dos Balanços Sociais - que contemplam tão-só as empresas privadas com mais de 500 trabalhadores e as

participadas pelo Estado em mais de 33,5 por cento do capital, o sector da Construção e Obras Públicas vem à frente destacadamente com 17 acidentes mortais em 1989, com a Indústria Transformadora (57 mortos) e os Transportes (14 mortos).

No entanto, mais uma vez, os números referidos por estas estatísticas - indicando um número de acidentes mortais rondando a centena por ano, subavaliam o que na realidade acontece. O estudo da Inter adianta que tais números "consideram ape-

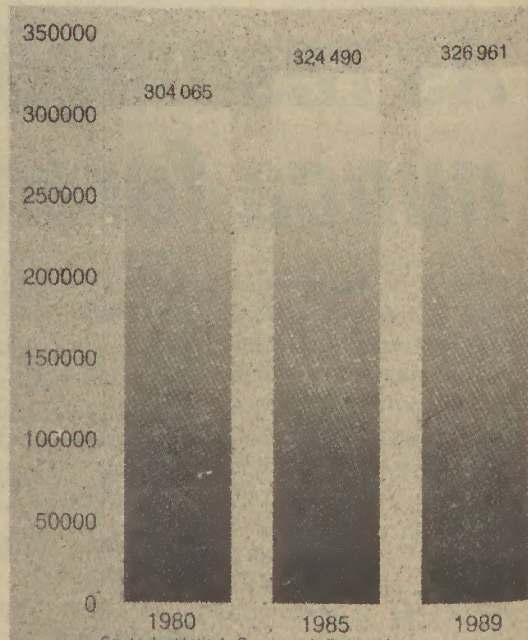
nas aqueles que morrem no próprio momento do acidente" e que "grande parte da sinistralidade mortífera verifica-se na economia subterrânea e nas pequenas e médias empresas".

E observa que, pelas estatísticas do Ministério da Justiça, "as acções relacionadas com acidentes de trabalho e entradas nos Tribunais têm vindo a subir, atingindo em 1989 os 865 casos de morte".

"Este indicador é o mais correcto", sublinha a Inter,

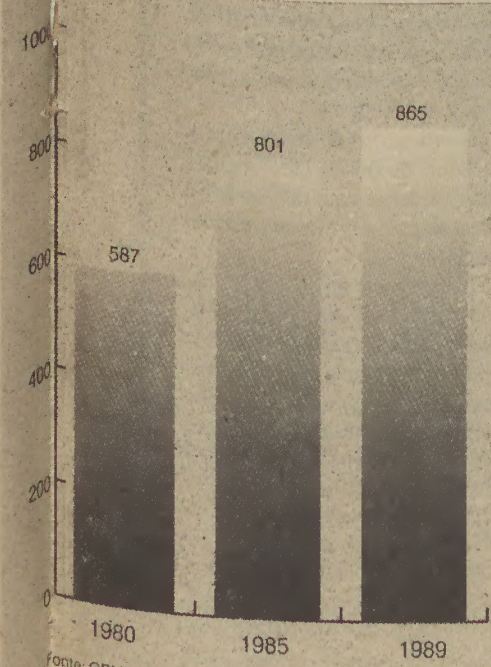
"para avaliar a mortalidade relacionada com acidentes de trabalho em Portugal, podendo-se então afirmar que morrem, em média, mais de dois trabalhadores por dia, em acidentes de trabalho no nosso país".

Números que dão a amplitude do drama social que cresce. Números tanto mais dramáticos quanto se sabe que, ainda em 1989, setenta das acções relacionadas com morte tiveram a ver com jovens de idade inferior a 20 anos.



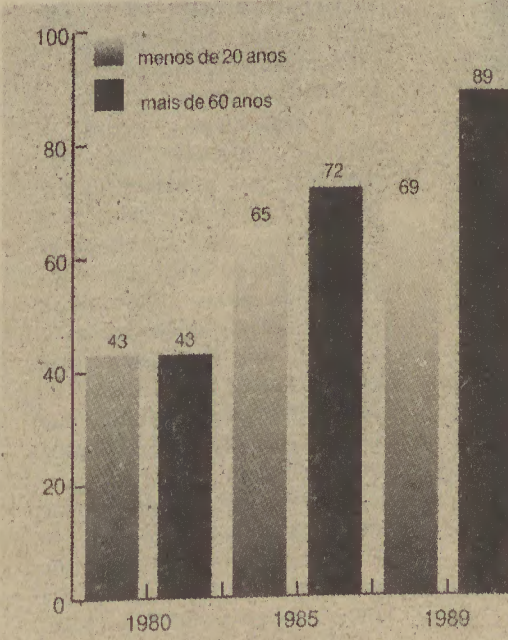
Fonte: Instituto de Seguros de Portugal

• 326 961 acidentes de trabalho em Portugal, sem contar com os acidentes na função pública (mais de 500 mil trabalhadores) e na economia paralela.
• Se considerarmos apenas os dias úteis, 1282 acidentes de trabalho por dia



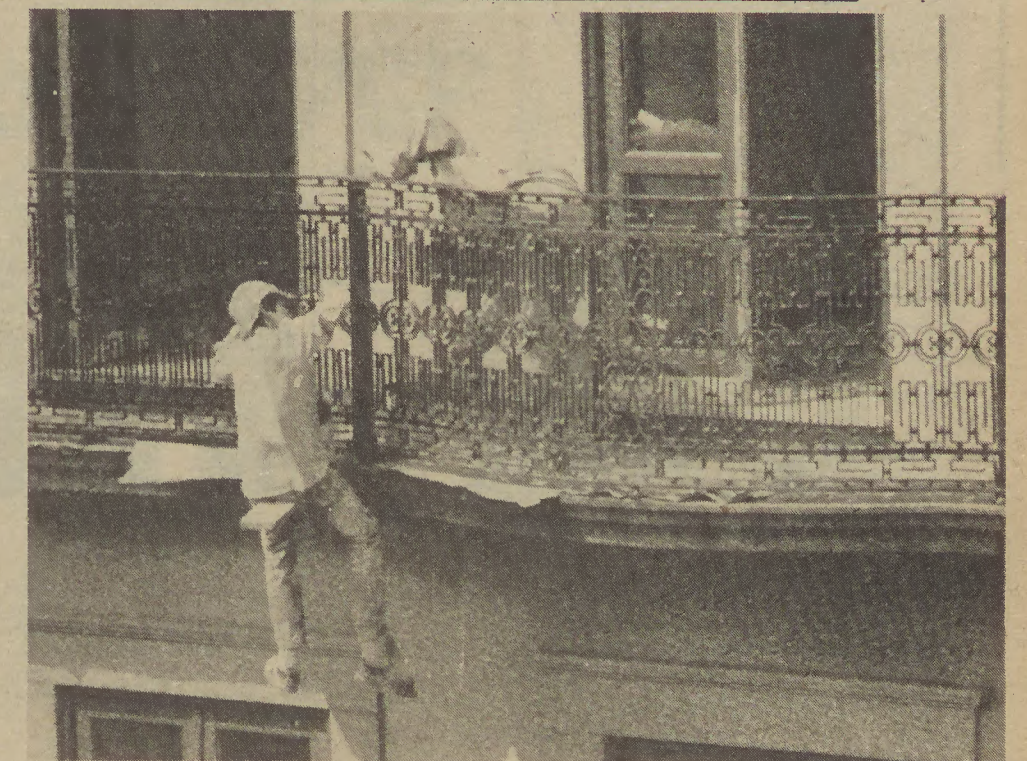
Fonte: GPMJ - Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça

• Morrem em Portugal, por acidentes de trabalho, mais de 800 pessoas por ano. Em 1989, uma média, por dia útil, superior a 3 mortes



Fonte: GPMJ - Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça

• Em 1989, foram tratados em tribunal 69 e 89 processos respeitantes a mortes, respectivamente de pessoas com menos de 20 e mais de 60 anos



Jogar a vida diariamente

A construção civil é um dos sectores de actividade em que ocorre maior número de acidentes de trabalho, alguns deles com consequências mortais. E também aquele em que os acidentes costumam ser mais espectaculares, ra-

zão pela qual são mais conhecidos do público. Quisemos saber mais sobre esta triste realidade e, para não dar do país uma ideia centrada na sua capital, escolhemos o Porto, onde aprazámo-nos uma conversa com o presidente do

Sindicato respectivo. Infelizmente, atarefado com o arrastado processo da Tabopan e as lutas dos trabalhadores, o camarada Albano Ribeiro não nos pôde rece-

O trabalho é um risco. Maior do que trabalhar sem rede num trapézio

ACIDENTES DE TRABALHO

Jogar a vida diariamente

ber. A conversa foi com outro sindicalista, Alfredo Figueiredo, que acedeu a conversar connosco, na sede do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Construção, Madeiras, Mármore e Pedreiras do Distrito do Porto. Como se vê pela denominação, um sindicato que abrange uma larga série de actividades. Todas elas, como nos foi dito, tocadas fortemente pelos acidentes de trabalho.

"No distrito do Porto", revelou-nos A. Figueiredo, "representamos 38 por cento dos acidentes de trabalho". Um triste score. Mais uma razão de luta.

Falta-lhes sempre qualquer coisa...

"Em cada dez trabalhadores que cá vêm, do sector das madeiras, a cinco falta-lhes sempre qualquer coisa - um dedo, dois..."

Foi assim a introdução da nossa conversa. Uma introdução a dar o tom. "Na Construção Civil", disse-nos ainda, "pode dizer-se que se joga a vida diariamente".

Que motivos levam a um

tão grande número de acidentes?

"O «esquecimento» que as entidades patronais têm nas questões de segurança", respondem-nos. "É a exploração desenfreada do trabalho.

Considerando uma só grande empresa, a "Soares da Costa", por exemplo, os dados referentes a um só ano, 1990, referem nada menos que 1941 acidentes, correspondendo 1333 a baixas pelo seguro, sendo 602 acidentes que apenas deram lugar a curativos, e... 6 casos mortais!

"Há um grande desprezo pelas cláusulas contratuais que obrigam à constituição de Comissões de Prevenção e Segurança nas empresas com mais de quarenta trabalhadores", diz-nos Alfredo Figueiredo. "Não existem pura e simplesmente. Isso obrigaria a visitas, à representação paritária dos trabalhadores".

"É claro que o tempo «perdido» seria pago pela entidade patronal... E as empresas «poupam» em tudo, mesmo na compra, que não fazem, de capacetes protectores. Aqui é muito raro ver os operários usarem capacetes".

"A poupança estende-se a tudo - aos guarda-costas, que são as protecções dos andaimes. Muitas vezes elas podem ser vistas nos exteriores das obras, mas não existem nos andaimes interiores. Por outro lado, também é raro ser distribuído calçado apropriado".

"Há ainda o trabalho precário, que leva ao acidente. Por exemplo, para acabar uma obra são admitidos trabalhadores a prazo, sem qualquer formação, que não estão habilitados às funções, que ignoram os seus riscos. Jogam a vida, na prática.

"Temos também o chamado trabalho a metro, de empreitada. E até ao quilómetro, nas estradas. Que é também uma forma de trabalho precário: quanto mais fazem, mais ganham. São trabalhadores que geralmente não têm seguro, a menos que tenham um seguro próprio, o que é raro. E, para poderem ganhar rapidamente, entram em ritmos alucinantes. E os acidentes sucedem-se..."

Ganhar ou perder... a vida!

Ao longo da conversa vem à baila uma série assus-

tadora de exemplos em que o acidente se tem concretizado. Uma das situações mais comuns que produzem graves desastres é a construção de valas e de alicerces, sem o devido escoramento. "O patrão quer geralmente poupar tempo e materiais...", explicam-nos.

"Nas obras do Euro-marché, em Gaia, a cargo da Construtora do Tâmega e da "Bastos Júnior", por aluimentos de terras devido a mau escoramento das valas, morreram dois trabalhadores. E eles viam-se «obrigados» a trabalhar, senão perdiam os 10 contos de prémio ao fim do mês.

"Na montagem do saneamento, em Valongo, pela empresa "Caridades", de Barcelos, houve um morto. Dois mortos numa construção na Rua Oliveira Monteiro, a cargo da SCAL, aqui no Porto".

"Por falta de «guarda-costas», houve um morto e um ferido na obra da Igreja de Serzedelo, a cargo da "Manuel Joaquim Maia". Nas obras do Estádio do Beça, da empresa "Soares da Costa", houve um morto e um ferido muito grave. E também um morto numa obra em Ramal-

de, da empresa "Ilídio Monteiro".

Mas o rol de acidentes mortais é mais extenso. Recentemente, numa pedreira da Gralpe, registou-se uma morte e um ferido; há três meses também houve outro acidente mortal numa pedreira da SEOP.

A falta de segurança é o denominador-comum destes casos. E, na opinião dos sindicatos, a responsabilidade é das empresas. Que por exemplo não reparam as gruas cujos amparos se encontram muitas vezes deteriorados. Que permitem casos como o que se verificou na construção do hotel Ipanema, em 18 de Abril deste ano, em que só por milagre se registou apenas um morto: iniciou-se a montagem dos caixilhos de baixo para cima, ao mesmo tempo que se iam desescorrendo os andaimes. Um deles, de 13 andares, acabou por se desmoronar. Apenas um operário se encontrava lá nesse momento. Foi o que morreu...

A culpa é... de quem trabalha?

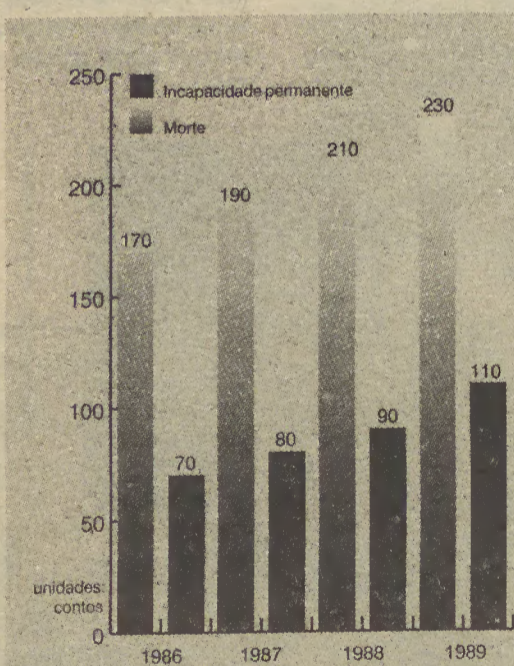
Quisemos saber qual a intervenção do Sindicato, na

área dos acidentes de trabalho. Trata-se de uma luta difícil. Os sindicatos têm um papel de informação junto dos trabalhadores, recebendo deles também informações sobre as deficientes condições em que laboram. Pedem à Inspeção do Trabalho que actue, é a esta instituição que compete agir no âmbito da Segurança. "Todas as faltas de segurança que detectamos ou para que somos alertados, comunicamos à Inspeção do Trabalho (IT). O certo é que a IT pouco ou nada faz", diz Alfredo Figueiredo. E comenta:

"Trata-se de uma instituição governamental, que tem uma grande e alarmante complacência pelas faltas às normas de segurança. E as respostas às nossas questões, quando as há, normalmente não são de imediato. Meses depois é que respondem. E é corrente responderem que está tudo bem ou então que já não encontraram lá a obra! Por isto se pode ver a rapidez com que actuam!"

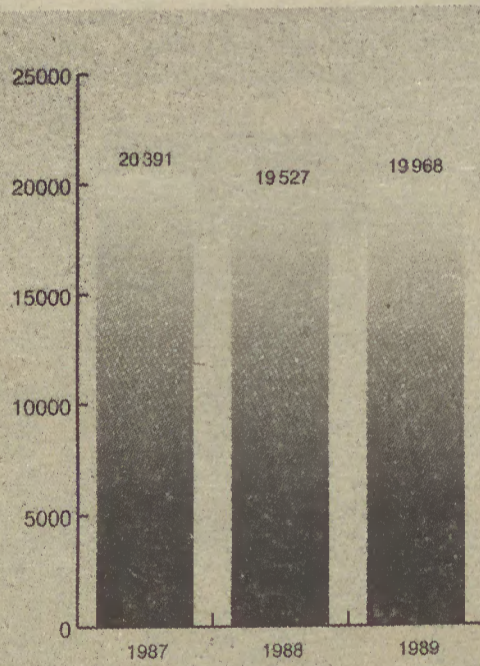
"É também normal que, por exemplo em casos de acidentes de trabalho, concluam pelo «desleixo» do trabalhador. Uma vez, aqui

Os lucros e os mortos



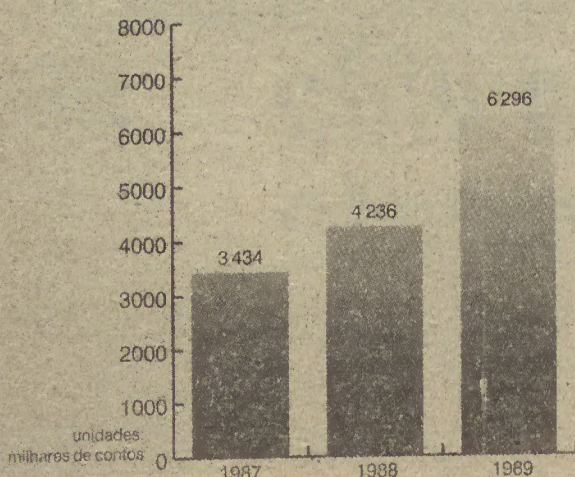
Fonte: Instituto de Seguros de Portugal

• Um nível de pensões extremamente baixo; para incapacidade permanente a 100% a pensão mensal atingia, em 1989, o valor médio de 19 contos.



Fonte: Instituto de Seguros de Portugal

• Pensões baixas contrapõem-se a lucros elevados por parte das seguradoras no ramo acidentes de trabalho.
• Em 1989, os prémios recebidos pelas seguradoras atingia 45 milhões de contos, contudo as despesas com indemnizações eram de apenas 25 milhões, acumulando-se, portanto, quase 20 milhões de contos.



Fonte: CNSDP

• De igual modo a CNSDP tem vindo a acumular sucessivamente maiores lucros: 6 milhões de contos em 1987; as doenças e os acidentes de trabalho são um negócio rentável em Portugal.

Os acidentes de trabalho também podem - e por muito que custe devem - ser vistos sob a óptica económica. Se, por um lado, a soma de dias de trabalho perdido (uma vez mais com base apenas nas estatísticas oficiais) ascenderam, em 1988 a 1 087 019, o que equivale a uma empresa de três mil trabalhadores a laborar durante um ano (!), este tipo de acidentes não deixa de constituir, para as seguradoras, uma fonte de lucro que não apenas cobre as despesas de todas as outras actividades como permite elevadas acumulações de capital.

Segundo os dados da Caixa Nacional de Seguros e Doenças Profissionais, revelados pela CGTP, "só em 1989, a CNSDP teve 6 milhões de contos de lucros, sendo as despesas apenas 29 por cento das receitas". Esta instituição pública, entre 1987 e 1989 quase duplicou a diferença entre as receitas e as despesas e vai acumulando milhões.

Insurgindo-se contra o carácter mercantilista da reparação dos acidentes de trabalho e doenças profissionais, a Inter revela que, reportando-se ainda ao ano de 1989, os prémios recebidos pelas seguradoras atingiram os 45 milhões de contos, enquanto que as despesas com indemnizações foram apenas de 25 milhões, permitindo portanto uma acumulação de 20 milhões de contos de lucro.

"Hoje", disse-nos um técnico de seguros nosso amigo, "os seguros de acidentes de trabalho constituem uma verdadeira muleta da actividade seguradora em Portugal". E deu-nos exemplos: "uma companhia de seguros teve recentemente lucros de 2100 milhares de contos provenientes dos prémios em acidentes de trabalho e registou uma receita

global de 700 mil contos apenas. O que quer dizer que os lucros de acidentes de trabalho pagam as despesas de outras actividades seguradoras".

"Neste momento", esclareceu-nos ainda, "com o relativo aumento da actividade industrial, mas sobretudo com o aumento de horas de trabalho e dos ritmos de trabalho (à noite, aos sábados), a tendência é para o aumento dos sinistros. Isto terá repercussões negativas, embora elas não tenham ainda vindo à tona, e iniciou-se uma tendência nítida para os prejuízos, também neste campo".

O nosso interlocutor defende a ideia da integração do seguro de acidentes de trabalho em uma única companhia - rumo à segurança social organizada e com a participação dos trabalhadores na sua gestão. A lei que existe, ainda não regulamentada, aponta nesse sentido. Que é como acontece em toda a Europa, com excepção da Bélgica.

Entretanto, que acontecerá a este ramo de actividade seguradora se vierem a generalizar-se e a aumentarem significativamente os prejuízos?

Para o nosso amigo, uma vez privatizadas as seguradoras, acontecerá o mesmo que nos anos 60, quando os Mellos e outros entregaram ao Governo a parte dos acidentes de trabalho na Caixa Nacional de Seguros de Doenças Profissionais. O Estado ficou então com as dívidas, embora a CNSDP não dê prejuízos hoje.

Mas o caso não se põe, por enquanto. E o capital encontra-se hoje a beneficiar dos lucros dos acidentes de trabalho. E quanto a segurança? O nosso amigo recorda-nos que a filosofia patronal é não gastar em segurança. Se houver acidente, o seguro que pague...

perto, na Rua da Alegria, numa construção da "Ferreira dos Santos", detetámos faltas de condições de higiene e segurança. Comunicámos à IT, demos a localização da obra na respectiva rua - é claro que não tinha número, mas tinha um taipal com mais de trinta metros. Responderam-nos que não tinham encontrado a obra!"

"Mas é um facto que a maioria dos acidentes nos passam despercebidos. No sector das Madeiras, por exemplo, em que não são raros os acidentes por amputação dos dedos. Os acidentados vão para o hospital e só quando há desacordo na questão das incapacidades é que procuram o nosso apoio".

Uma coisa é certa, concorda o nosso interlocutor - os acidentes têm aumentado, à medida que aumenta a taxa de trabalho precário. E Figueiredo refere também o trabalho clandestino, o trabalho dos "rateiros" e dos subempreiteiros. Um homem faz um contrato com uma empresa. A empresa não é obrigada a ter seguro. E, se ele próprio o não tiver...

"Enquanto o Governo não tomar medidas e não der meios à Inspeção do Trabalho e continuar complacente com as imposições do patronato, a segurança é sempre secundária e os acidentes tenderão a aumentar".

Estamos a lutar

Há de facto uma ligação entre a questão da higiene e segurança e a organização sindical, constata-se facilmente. Se por um lado muitos dos acidentes são apenas conhecidos do Sindicato aquando dos problemas com o pagamento do 13º mês, na altura em que os trabalhadores contactam com a estrutura sindical, lá onde a or-

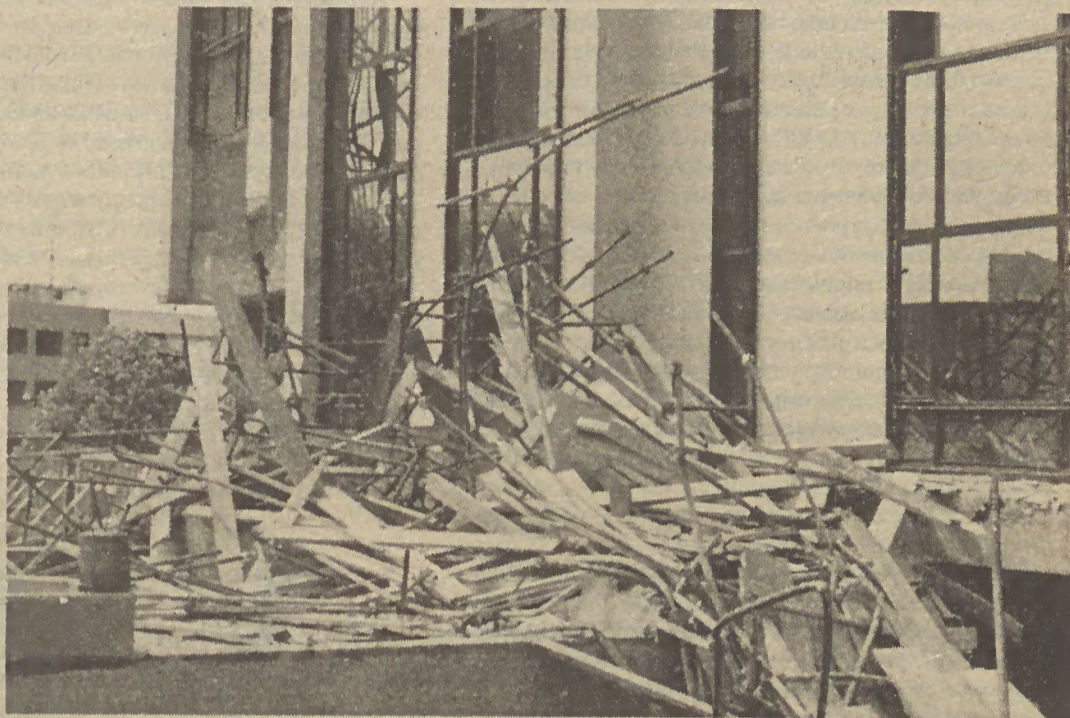
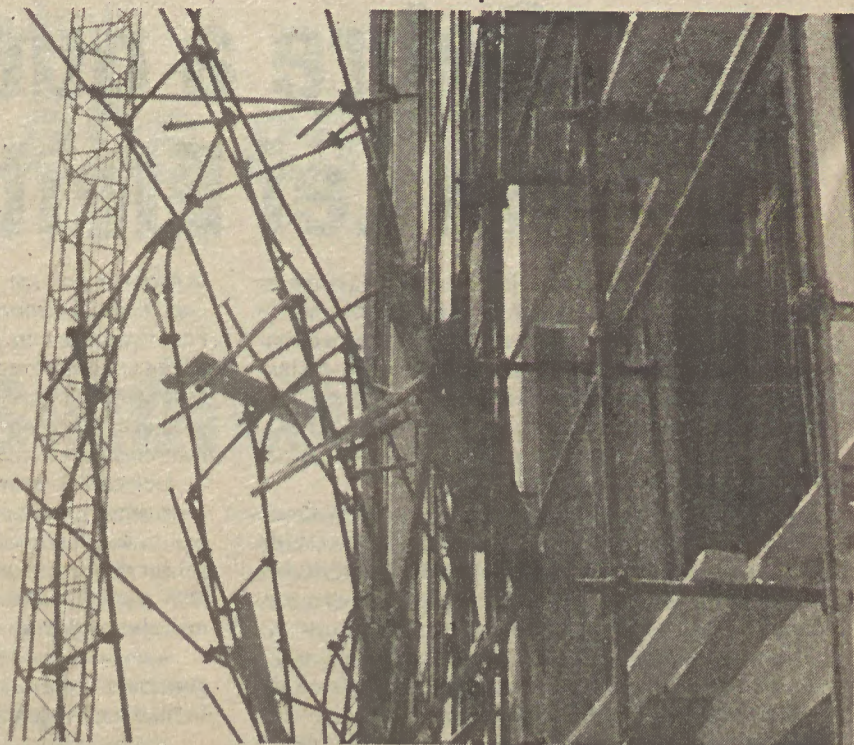
ganização sindical existe, os problemas são mais apanhados. E há mais força para impor as regras que, de resto, estão consagradas na lei. Nomeadamente através da constituição e actividade das já referidas Comissões de Prevenção e Segurança.

Mas há, neste campo, outra área que merece a atenção dos sindicalistas e a pouca ou nenhuma atenção da Inspeção do Trabalho. É a higiene. Também aqui a situação é extremamente preocupante.

No que respeita ao alojamento dos trabalhadores - como se sabe estes são deslocados pelas empresas para zonas distantes das sedes respectivas e das residências - é vulgar esse alojamento ser "proporcionado" em condições não só atentatórias da saúde e da higiene dos operários, como do mínimo conforto e dignidade.

Chamam a esses alojamentos "as casernas". Mas de facto são simples barracos. Ou mesmo contentores, onde se amontoam os trabalhadores, onde comem e dormem. Sendo proibido haver beliches, há-os. E alguns tão apertados que a distância entre eles é de trinta centímetros! A. Figueiredo, que afirma também não terem os chamados refeitórios nas obras as mínimas condições de higiene - quem de nós não viu os operários a comer no chão? -, conta-nos que acompanhou, na altura das eleições para o Parlamento Europeu, os candidatos CDU numa visita à Ponte de S. João, recentemente inaugurada para eleitor ver - e onde se verificaram seis mortos durante a construção. "As camaratas impressionaram os candidatos, pelas condições infra-humanas que apresentavam. Na Ferdor, os

Na construção do hotel Ipanema: o desmoronamento de um andaime, de 13 andares, arrastou consigo a morte de «apenas» um trabalhador. Foi um «milagre»....



domitórios ficavam abaixo do nível do terreno, assim como a cozinha-refeitório! E na generalidade das obras não há sanitários, falta a água potável e nas secções de pin-

tura não existem exaustores, na maior parte dos casos".

"Mas estamos a lutar", insistiu, por fim. "Estamos a lutar para obrigar as empresas ao cumprimento do con-

trato - pela eleição das comissões de prevenção e segurança que, além de terem membros da entidade patronal devem obrigatoriamente ser constituídas em paridade

com igual número de trabalhadores. E continuamos a pressionar a Inspeção do Trabalho para que actue no âmbito das suas competências".

Dois projectos do PCP

O que pudemos constatar durante este breve trabalho sobre os acidentes laborais não será muito diferente se fossem diversos os problemas sociais sobre os quais nos tivéssemos debruçado - é que, sem uma nova política, alternativa à que desde há anos vem sendo desenvolvida pelos sucessivos governos de direita e vinculadamente por este, amparado na maioria absoluta do PSD, a situação não poderá mudar radicalmente. Contra a triste realidade levantam-se e lutam os trabalhadores, numa sociedade que constroem e que pagam, mas dentro de um sistema que não os protege nem lhes retribui o suficiente. Por uma alternativa lutam os partidos democráticos que os representam. Mas a sua actividade não se esgota na batalha eleitoral. O sistema democrático comporta e abre possibilidades à defesa do mundo do trabalho contra a exploração. E mesmo nas instituições, nomeadamente na Assembleia da República, apesar de uma maioria absoluta cujo empenho exclusivo é servir a política do Governo, todos os partidos têm a possibilidade de apresentar iniciativas que contribuam, ao menos, para melhorar o que está. Nesse sentido, num também árduo combate, os deputados do PCP têm não apenas demonstrado o seu apego aos interesses dos trabalhadores, como o seu profundo conhecimento da realidade nacional, a sua competência nos planos político e jurídico, avançando projectos e defendendo-os. É o caso de dois recentes projectos de lei que os comunistas apresentaram na passada legislatura. O primeiro visando proceder à revisão parcial do regime jurídico dos acidentes de trabalho e a doenças profissionais; o segundo sobre higiene, segurança e saúde no trabalho. Entrados respectivamente em Abril e Maio, a Assembleia da República não chegou porém a debatê-los e não foram portanto aprovados, estando a maioria PSD mais interessada em fornecer ao Governo um pacote de legislação laboral que lhe permite agravar mais ainda a situação dos trabalhadores.

«Pôr cobro à situação»

Recorrendo aos números que o presente trabalho também divulga e considerando que estes demonstram «que o in-

fortúnio laboral, fonte de desespero e de situações sub-humanas para os trabalhadores, é fonte de avultados lucros para as entidades responsáveis», o primeiro projecto visava, «pôr cobro à situação» e, ao mesmo tempo, abandonar a concepção que a actual legislação tem do trabalhador, encarado apenas sob a óptica da sua capacidade de trabalho ou de ganho. «O trabalhador com direito à reparação», diz o projecto comunista, «é um homem social. Desta óptica resultará um alargamento dos danos indemnizáveis».

O projecto de lei do PCP teve em conta, na sua elaboração, não apenas as insistentes reivindicações das organizações sindicais e de representantes de sinistrado do trabalho, mas também os estudos e pareceres de juristas que têm vindo a criticar o actual sistema e a apontar a necessidade de correcções. No fundamental, o PCP propôs o alargamento da noção de acidente de trabalho, aumento das pensões, indemnizações e retribuições e a sua actualização, e o direito à reparação integral no caso de culpa ou dolo da entidade patronal, presumindo-se sempre a culpa desta.

São alterações de monta.

Com efeito, o conceito de acidente de trabalho é ali alargado ao trabalhador quando esteja em funções de dirigente ou delegado sindical, de membro de uma CT ou de Comissão de Higiene e Segurança, ainda que fora do horário de trabalho, e também àquele que se encontre a frequentar um curso de formação, em ambas as situações desde que se encontre expressa ou tacitamente autorizado pela entidade patronal.

Por outro lado, para além do aumento das pensões e indemnizações, do aumento da pensão por morte e do alargamento dos titulares a esse direito e de outras prestações e retribuições, o projecto contempla vários outros direitos: a um complemento de familiar a cargo; ao aumento do subsídio para despesas de funeral; ao pagamento do 13º mês; ao subsídio para frequência de cursos de formação profissional; à reparação de danos morais até ao montante de 75 por cento dos mesmos, ainda que não se prove a culpa da entidade patronal.

Tomar medidas definir orientações

Aceitando embora que, desde sempre, o homem se tem exposto a riscos no seu caminho progressivo de dominação da natureza, o segundo projecto do PCP toma em consideração o evoluir do conceito de «trabalho», na antiguidade considerado «como castigo divino» e hoje caracterizado como realização humana.

«Até que ponto nos dias de hoje podemos admitir que o homem continue a pagar em vidas e em sofrimento os custos do progresso?», interroga o preâmbulo. «Não será mais possível permitir, por mais tecnocrática que seja a visão dos problemas, que tudo continue a consentir-se, que não se tomem medidas e definam orientações que invertam as actuais tendências sobre as lesões de natureza profissional. Trata-se de uma batalha que urge iniciar, sob pena de delapidarmos a mão-de-obra do nosso país, se produzimos com custos acrescidos emergentes das lesões profissionais, retirando competitividade às nossas empresas, além de que não deixa de ser desumano continuar a desprezar este fenómeno de tão graves consequências».

A dimensão deste projecto é, portanto, ética, ao mesmo tempo que procura ser economicamente eficaz. Recorrendo ao disposto sobre os direitos dos trabalhadores, tanto na própria Constituição portuguesa como em documentos internacionais como o Tratado de Roma, o Tratado do Acto Único Europeu e a Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores, o projecto do PCP sublinha a importância que a questão assume quanto às exigências que hoje, em Portugal, devem ser feitas na área da higiene e segurança nos locais de trabalho e da promoção da saúde dos trabalhadores.

Alargando o seu campo de aplicação a trabalhadores que hoje estão excluídos, o projecto procede, antes de mais a uma definição mais precisa de vários conceitos - o de trabalhador, o de entidade patronal, o de local de trabalho, o de lesões e danos, o de riscos, o de protecção e o de condições de trabalho, visando sobretudo favorecer os direitos dos trabalhadores que a actual legislação reduz em favor dos interesses do patronato.

EM FOCO

Sobre a questão da Lei Eleitoral

A renovação da maioria absoluta pelo PSD e a perspectiva que esta, em princípio, lhe abre de mais quatro anos de governo monocolor encerram vastas consequências e consideráveis perigos que, para além do que já tem sido assinado, exigem uma mais profunda reflexão e colocam às forças democráticas o exigente desafio de definir e vir a concretizar as linhas de orientação, de resistência e de luta adequadas à imensa gravidade dessa situação.

Se tivermos em conta que o PSD está no governo desde o princípio da década de 80, que entra no início da década de 90 com as vantagens acumuladas do domínio exclusivo da governação nos últimos cinco anos, não é difícil ter a percepção do que o que se perfila não é apenas uma mera adição quantitativa de mais quatro anos, mas de possibilidades qualitativamente mais fortes e avançadas de hegemonia e dominação política, de mais perfeito entrosamento com os aparelhos ideológicos, de mais prolongado benefício de variadas mudanças em curso na comunicação social, de impulso à sedimentação de determinados valores e atitudes na vida social, de consolidação, expansão e sofisticação dos sistemas clientelar já existente, de mais acentuada irradiação de uma imagem do PSD como «Partido-Estado» ou, como outros dizem, de «Partido-Nação» (com tudo o que isso implica de fenómenos de vassalagem ou de condicionamento), de avanço do processo de restauração do capitalismo monopolista e de adequação ou adaptação do regime constitucional (e designadamente do próprio sistema político) aos interesses e objectivos do PSD. Andará distraído quem não quiser perceber que o PSD encara a renovação da sua maioria absoluta como uma oportunidade histórica não apenas para alterar, de acordo com os interesses que protagoniza, importantes realidades nacionais no plano da estrutura económica e das relações sociais com óbvias repercussões muito para além do seu próximo mandato, mas também para criar as condições óptimas para a sua eternização no poder.

E foi de acordo com a lógica profunda da consciência daquela oportunidade e do empenho neste objectivo que logo no primeiro editorial do «Povo Livre» depois das eleições, Duarte Lima, depois de salientar que «este resultado deve ser lido como um sinal de protesto do eleitorado contra o sistema eleitoral vigente» (porque só «muito dificilmente garante essa estabilidade»), prescrevia a necessidade da sua «urgente remodelação num duplo sentido: garantir uma maior ligação entre eleitos e eleitores (...); assegurar com mais facilidade a construção de maiorias homogêneas de governo, sem prejuízo de uma representação justa e equilibrada das diversas correntes de opinião (...)

Entretanto, merece ficar para a pequena história do desvario político e para a antologia da fúria dos neófitos, que talvez o mais conhecido neófito (1) do «socialismo democrático/versão PS», três dias depois Duarte Lima desvendar a receita menos trabalhosa para a eternização do PSD no poder, propunha exactamente a mesma receita («mudança do quadro institucional abrangendo desde logo o sistema eleitoral») mas apresentando-a como necessária e indispensável para assegurar «a não eternização do PSD no poder». Além disso acrescenta-se que o neófito, ainda nas pisadas do director do «Povo Livre», também evocava o voto dos «eleitores» que tinham forçado «as margens do quadro institucional». Mais: indo a um ponto a que Duarte Lima se não atreveu, sentenciava mesmo que «excluída a hipótese de mudar o povo, resistir a essa mudança seria fazer uma indistigável oposição... à vontade popular.» (?!?!).

Verdade se diga que já dias antes, no «Público», o inevitável Vicente Jorge Silva, depois de afirmar que a «dramatização da postura afirmativa de Cavaco Silva (...) foi

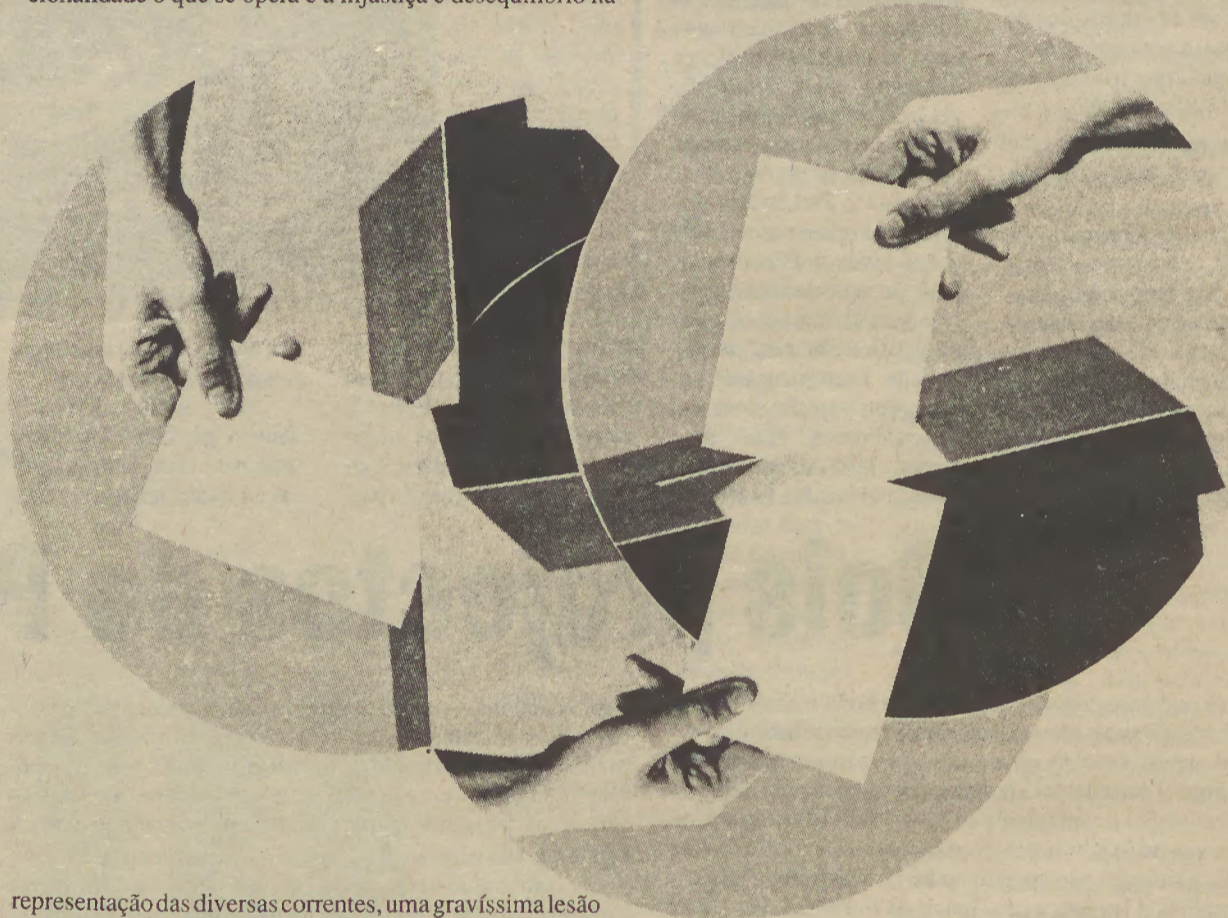
(1) José Magalhães, no artigo «O bipartidarismo e o futuro» (Independente de 11.10.91) que também é muito ilustrativo noutras matérias. Com efeito, o neófito que, como candidato independente nas listas do PS, chamou a si gostosamente a especializada tarefa de tentar seduzir antigos eleitores da CDU e foi mesmo dado como principal autor de um manifesto procurando convencer esses eleitores sobre a magnífica utilidade do voto no PS a favor da «renovação da esquerda» e da derrota do Prof. Cavaco Silva, no primeiro artigo que escreveu depois das eleições ocupou-se, não a enunciar a comovente lista de coisas que o PS deveria fazer na luta futura contra o PSD, mas a descrever com minúcia e indistigável enlevo as (tristes) coisas que PS e PSD «agora» (a verdade é que já antes disso acontecia) podem fazer juntos, tais como «desencadear a qualquer momento uma revisão constitucional extraordinária», formar «a maioria de 2/3 necessários para alterações da Constituição (...), para a mudança do cerne da lei eleitoral e para a eleição de titulares dos mais altos cargos públicos.»

acentuada por um sistema eleitoral que dificulta essa conquista (da maioria absoluta) exigindo um quase plebiscito a quem se bate por alcançá-la», formulava votos de que os «ensinamentos das duas últimas eleições conduzissem a uma revisão desdramatizadora do sistema permitindo que a formação de maiorias e governos estáveis não continuem dependentes de desafios plebiscitários».

Detectados, através das citações, os eixos comuns da viciosa argumentação desta ocasional trindade, sublinhemos que, todos, por entre eufemismos e floreos, todos estão a pensar no mesmo: alterar a lei eleitoral no sentido de que 38% (ou 40%) dos votos assegurem folgadoamente uma maioria absoluta de deputados.

A respeito deste objectivo e dos argumentos invocados, gostaríamos de, sem eufemismos nem floreos, dizer frontalmente algumas coisas.

A primeira é que é muito significativo que os múltiplos defensores de alterações à lei eleitoral no sentido de limitar seriamente ou liquidar a proporcionalidade, ao fim de anos e anos e de centenas de artigos e outras tomadas de posição, continuem a não ter a coragem de assumir que facilitar a obtenção de «maiorias homogêneas de governo sem prejuízo de uma representação justa e equilibrada das diversas correntes» é autenticamente propor a quadratura do círculo e que nunca reconheçam o óbvio, isto é, que deputados dados por bônus da lei e sem relação com os votos obtidos a uma força política são deputados retirados administrativamente a outras forças políticas apesar dos votos por si obtidos; que a reforçada eficácia de voto concedida a certos cidadãos corresponde à diminuição da eficácia de voto de outros; que nas formas extremas de limitação ou liquidação da proporcionalidade o que se opera é a injustiça e desequilíbrio na



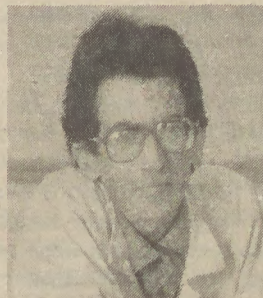
representação das diversas correntes, uma gravíssima lesão da democracia representativa, uma verdadeira marginalização dos sistemas política de faixas representativas do eleitorado, e com elas, uma parcial expropriação da soberania popular.

A segunda é a de que, depois de 6 de Outubro, virem dirigentes do PSD ou figuras do PS falar da «aproximação dos deputados aos eleitores» é o mesmo que falar de corda em casa do enforcado, dado que, com pequenas nuances, ambos os partidos transformaram as eleições legislativas em tudo o que se queira menos em eleição de deputados.

A terceira é a de que esta aproximação (ideia estimável e que pode ser garantida independentemente do sistema eleitoral) que visa quase sempre servir de justificação ou de círculos com reduzido número de deputados ou mesmo de círculos uninominais, tem atrás de si uma visão do deputado como um procurador de interesses locais, o que pode ter alguma lógica em Estados centralizados, sem poder local ou instituições regionais fortes e autónomas, mas não tem nada a ver com a situação nacional nem a ideia de representação nacional em que cada deputado participa.

A quarta é que ainda ninguém nos explicou por que razão é que em círculos onde se elegeu apenas um deputado, os eleitores das forças políticas cujos votos não tivessem qualquer efeito se haviam de sentir mais próximos do deputado em que não votaram e até contra o qual votaram.

A quinta é para louvar essas cintilantes inteligências que julgam que o PSD anda cá para assegurar os interesses



VÍTOR DIAS
Membro da Comissão
Política

A verdade é que é do domínio do respeito pela verdade não confundir 51% dos eleitores com o «eleitorado», que é de bom senso não carregar para cima da vontade desses 51% mais do que ela objectivamente manifestou

eleitorais do PS e que conseguem imaginar resultados eleitorais em que o PS com 38% chegaria a maioria absoluta de deputados, o PSD teria portanto de ter menos (imaginemos que 36 ou 37%), só sobrando o mistério de quem, no cenário de um sistema bipartidário que desejam e no quadro do qual sempre raciocinam, teria os restantes 25%, o que nos conduz rapidamente à evidência de que uma tal lei eleitoral seria sim a sorte grande para o PSD.

A sexta é para assinalar que é a ideia de facilitar ao PSD (ou a quem quer que seja) uma maioria absoluta de deputados com mais baixa percentagem para que não sintam necessidade de recorrer a processos «plebiscitários» é uma manifestação de infantil ingenuidade. Quem tiver conjuntura, condições e líder para recorrer a processos «plebiscitários», a eles sempre recorrerá na mesma porque uma maioria de deputados é bom mas com maioria de votos (ou quase) é ainda melhor.

A sétima é para denunciar vigorosamente as concepções de facto antidemocráticas que se escondem por detrás deste misto de bajulação populista e de desonesta generalização que se traduz nas perorações sobre o protesto do «eleitorado» e da «vontade popular» alegadamente expressos em 6 de Outubro contra a lei eleitoral vigente e cujo respeito deveria levar supostamente a alterações limitando drasticamente a proporcionalidade. Porque a verdade é que é do domínio do respeito pela verdade não confundir 51% dos eleitores com o «eleitorado», que é de bom senso não carregar para cima da vontade desses 51% mais do que ela objectivamente manifestou e sobretudo porque uma democracia digna desse nome não consente nem permite que, em caso algum, uma maioria de eleitores possa decidir no sentido da restrição dos direitos, da igualdade no voto e, em geral, da cidadania dos outros eleitores.

Finalmente, a pensar nesse fastidioso e totalmente inventado folhetim sobre supostas contradições entre dirigentes do PCP em matéria de lei eleitoral, só falta dizer que ainda não perdemos a esperança de que, após cuidada meditação e sobretudo da corajosa abdicação da censura (ou citação parcial) de comunicados e de declarações, algumas boas mas equivocadas almas ainda não-de perceber a coerência que existe entre a admissão de soluções que defendam e reforcem a proporcionalidade e a oposição frontal a alterações que têm como objectivo confessado a afectação da proporcionalidade.

Algumas questões actuais sobre A contribuição dos comunistas para o reforço do movimento sindical

O movimento sindical português, tal como a generalidade dos movimentos sindicais à escala internacional enfrenta complexos problemas, alguns dos quais de difícil solução a curto prazo. O grande capital desenvolve há vários anos uma poderosa ofensiva com vistas a enfraquecer e desarticular o movimento sindical, como a principal base de acção organizada dos trabalhadores.

As profundas alterações que se operaram e continuam a operar no mercado da força de trabalho tornam cada vez mais difícil o trabalho de organização sindical e mais concretamente a sua estabilização. A fúria desregulamentadora, o aumento da precarização dos vínculos laborais, a crescente mobilidade da mão-de-obra, os elevados índices de desemprego e em particular do desemprego de longa duração, as alterações na correlação sectorial, e na composição etária dos trabalhadores, a crescente internacionalização do capital e muitos outros fenómenos se por um lado tornam mais difícil o desenvolvimento do movimento sindical, por outro lado, tornam imperioso o estudo das medidas tenden-

tiva à orientação e actividade dos comunistas no movimento sindical com vistas ao reforço dos sindicatos e à sua implantação nas empresas, à dinamização da sua acção, ao reforço nos vários níveis e da unidade dos trabalhadores.

Os objectivos fixados pelo Comité Central têm em conta a enorme importância do movimento sindical como organização social de massas na defesa dos interesses dos trabalhadores e simultaneamente a responsabilidade dos comunistas para com os destinos do movimento sindical português.

Importa entretanto clarificar algumas questões de princípio no que concerne às orientações adoptadas. Em primeiro lugar é de salientar que se trata de orientações de Partido para a actividade dos seus militantes que intervêm no movimento sindical, no estrito respeito pelas normas de funcionamento das estruturas em que intervêm.

É um facto inquestionável e comumente aceite que os comunistas desempenham um papel determinante no

resistir às duras provas a que em diferentes momentos foi submetida.

Preservar, consolidar e enriquecer a natureza unitária do movimento sindical português é do interesses dos trabalhadores e das diferentes forças que intervêm no movimento sindical, porque ela é condição para o reforço e dinamização da sua capacidade de luta.

A existência e a cooperação a diversos níveis das estruturas sindicais de diferentes correntes de opinião forjaram-se nos dias negros da ditadura fascista e consolidaram-se e alargaram-se com o regime democrático.

A cooperação entre as diferentes correntes de opinião tem assentado em primeiro lugar na defesa de um projecto comum que tem por base a unidade dos trabalhadores, a defesa consequente dos seus interesses e direitos, a defesa das conquistas democráticas e a luta por uma sociedade de progresso social.

Em segundo lugar, esta cooperação assenta no respeito pelo carácter democrático do funcionamento das estruturas e da sua autonomia face à organização e poderes que lhe são exteriores.

Trata-se de um conjunto de sólidos princípios comprovados por muitos anos de acção comumente comunistas e várias outras correntes de opinião, empenhados na luta pela unidade dos trabalhadores e das suas organizações de classe, condições indispensáveis a uma intervenção eficaz contra a exploração e a defesa dos seus direitos.

Para os comunistas a defesa do princípio da autonomia do movimento sindical e o respeito pela sua natureza específica, mantém-se inalterado. O PCP não se limita a defendê-lo por palavras. Sendo uma prática corrente, inscreveu-a mesmo como uma norma estatutária, a qual determina que os membros do Partido que actuam no movimento sindical, bem como em outras organizações sociais de massas, devem defender activamente a sua autonomia, democraticidade e carácter unitário, promovendo e reforçando a unidade com elementos de outras opiniões políticas.

A independência sindical e sua autonomia significam, para os comunistas, a garantia de que as estruturas sindicais funcionam e decidem das suas orientações segundo as normas de funcionamento pelas quais se regem no estrito respeito pela vontade dos seus membros. Mais, para os comunistas, a defesa da independência dos sindicatos e a sua autonomia é condição indispensável para garantir o funcionamento verdadeiramente democrático e o envolvimento dos trabalhadores e das diferentes correntes de opinião (com ou sem partido) na gestão e orientações sindicais.

A defesa de uma tal orientação e de uma tal prática não contradiz o direito do PCP como aliás de qualquer outra corrente de opinião, de ter uma orientação para os seus membros que actuam nessa frente, desde que, repita-se, essa intervenção se faça no respeito pelas normas de funcionamento e dos órgãos de direcção das estruturas sindicais. Mas a defesa da autonomia do movimento não pode igualmente servir para, sob essa capa se querer impedir a acção dos comunistas como corrente de opinião no movimento sindical.

No quadro desta orientação cabe ainda referir uma questão que sido largamente noticiada. O Comité Central, no conjunto das tarefas a levar à prática para o reforço do trabalho do Partido, considerou necessário dar particular atenção ao fortalecimento da vida democrática interna do Partido a par do necessário exame de comportamentos e atitudes assumidas por membros do Partido, designadamente no período pré-eleitoral, em grave violação dos princípios e regras estatutárias.

Nos últimos dias, alguma comunicação social, especulando e intrigando, procuram confundir e condicionar o direito do Partido de analisar e decidir de comportamentos partidários de pessoas que, sendo membros do Partido, são igualmente dirigentes sindicais e que na sua actividade partidária infringem aberta e gravemente os Estatutos do Partido. O respeito pela autonomia do movimento sindical determina que compete aos órgãos sindicais e aos trabalhadores eleger, avaliar o trabalho e as condutas dos dirigentes sindicais como tal, qualquer que seja o partido a que pertençam, mas ao PCP como a qualquer outro partido compete apreciar as condutas partidárias dos seus membros.



Para os comunistas, a defesa da independência dos sindicatos e a sua autonomia é condição indispensável para garantir o funcionamento verdadeiramente democrático e o envolvimento dos trabalhadores e das diferentes correntes de opinião (com ou sem partido) na gestão e orientações sindicais

tes a ultrapassar as dificuldades e a garantir o reforço das organizações de classe dos trabalhadores.

O movimento sindical português, além de tudo isto, enfrenta os problemas resultantes da ofensiva contra-revolucionária que se desenvolve há vários anos contra as conquistas democráticas e que atingiu gravemente os direitos dos trabalhadores e suas organizações de classe. O pacote laboral, colocando nas mãos do patronato poderosas alavancas para desferir novos golpes contra os direitos dos trabalhadores, aparece como a expressão concentrada dessa ofensiva contra-revolucionária.

Analisando o quadro político criado com a renovação da maioria absoluta do PSD/Cavaco Silva em consequência dos resultados eleitorais das eleições de 6 de Outubro e partindo da firme convicção que o prosseguimento da política de direita coloca aos trabalhadores e às massas populares a necessidade de resistir a essa política, o Comité Central considerou os problemas do movimento sindical como uma das tarefas principais a que o Partido deve dar particular atenção, realizando uma ampla auscultação rela-

movimento sindical português. O papel dos comunistas no movimento sindical resultou da sua influência no seio dos trabalhadores, da confiança que ganharam pela sua acção empenhada, firme e continuada ao longo de muitos anos para a satisfação das aspirações e reivindicações dos trabalhadores e a defesa dos seus interesses.

O papel e a influência dos comunistas no movimento sindical asseguram-se através igualmente do trabalho político junto das massas e submetendo-se periodicamente à vontade democrática dos trabalhadores que representam.

As orientações do Partido para os militantes que intervêm nas estruturas do movimento sindical são determinadas tendo em conta as condições específicas e a natureza unitária dessas estruturas.

A defesa da natureza unitária do movimento sindical não é para os comunistas uma questão táctica ou conjuntural, mas um sólido princípio em defesa do qual, anos a fio dedicaram não poucas energias. A orientação do Partido nesta matéria mantém-se inalterada.

A natureza unitária do movimento sindical português é uma experiência ímpar, particularmente na Europa, experiência que revelou uma grande vitalidade e capacidade de

Vale tudo no afirmar das diferenças, das discordâncias, das divergências?

O que é ser comunista, militante do PCP

Vale tudo para afirmar a diferença de opiniões, as discordâncias, as divergências nos processos de debate interno do PCP, sobre a sua linha política, o seu estilo, a sua estrutura, a composição dos seus órgãos, o seu funcionamento?

O que é que está excluído, o que não será aceitável, os militantes do PCP fazerem face a possíveis (e prováveis) erros da Direcção do Partido?

Será aceitável, na praça pública, responsabilizar o PCP pelo posicionamento do PS contra a convergência democrática, aconselhar a que não se vote no Partido, afirmar que os Estatutos do Partido são uma velharia e que a Direcção do Partido é um conjunto de ortodoxos e dinossauros (quando não pior)? Será aceitável condescender em que membros do Partido enfileirem com inimigos e adversários nos ataques ao Partido?

É possível, a quem tenha cartão do PCP, assumir um comportamento político-partidário em que vale tudo e em que tudo é permitido?

Então o que é ser comunista, militante do Partido Comunista Português?

Ser militante comunista é aceitar voluntariamente uma diferença relativamente aos que o não são. É um livre compromisso e contrato de liberdade para uma intervenção individual (que não abdica da individualidade, da personalidade própria, que não anula o ser diferente que há em cada homem e cada mulher), que se reforça, recria e expande num colectivo de homens e mulheres livres que, com um projecto comum de liberdade, solidariedade e sentido libertador da exploração a que classes e povos se encontram sujeitos, se organizam para dar eficácia a comum acção e colectiva intervenção social e política. Com as marcas do passado, as raízes no presente e a dimensão de um projecto para o futuro, o socialismo.

A reunião no Hotel Roma, a 27 de Agosto, de membros do PCP, com outros diversos participantes e uma forte presença dos principais órgãos de comunicação social, merece uma reflexão, passadas que são as exigências de empenhamento intensivo, determinado pelas eleições de 6 de Outubro.

A reunião surge como um ponto significativo e deu novo fôlego à continuada e persistente intervenção de alguns militantes e ex-militantes contra o PCP, alimentando objectivamente a voracidade de uma furiosa campanha anticomunista.

Mais uma vez as razões aduzidas para tal comportamento político-partidário são, essencialmente, duas:

- A existência de diferenças, discordâncias, divergências, oposição às opiniões, ideias e intervenção dos Organismos Executivos do Comité Central;

- A inexistência de espaço no PCP para o debate, falta de democracia interna no Partido, marginalização das vozes discordantes e críticas.

O objectivo da reunião do Roma foi, pretensamente, fazer uma síntese dessas diferenças, dessas discordâncias, dessas divergências, dessa oposição, dar conta delas à Direcção do Partido, afirmá-lo publicamente.

Algumas reflexões são devidas

1. Diferenças, discordâncias, divergências e comportamentos

É uma evidência que não são de hoje, dos acontecimentos da URSS, as diferenças, as discordâncias, as divergências, entre um conjunto de militantes largamente minoritário nas fileiras do Partido e a generalidade do pensar e agir do colectivo partidário, cuja síntese está vertida nas conclusões dos XII e XIII Congressos - Programa, Estatutos e Resoluções Políticas.

Mas uma coisa são diferenças e discordâncias. Outra, muito diferente, é o comportamento político-partidário de militantes que, a propósito de legítimas opiniões diversas na apreciação de complexos acontecimentos,

- desenvolvem actividades, descarada, aberta e frontalmente violadoras das regras estatutárias decididas democraticamente pelo colectivo partidário, que os incluía também a eles, nos XII e XIII Congressos;

- assumem plenamente o carácter de grupo organizado, com solidariedades políticas e movimentações e intervenções públicas combinadas, em oposição à direcção e orientação dos Organismos Centrais do Partido e à margem do funcionamento normal da estrutura orgânica do PCP;

- afrontam, sem qualquer limite, os laços e procedimentos de solidariedade, de fraternidade, de lealdade, de frontalidade, que regem as relações entre comunistas, tantas vezes ultrapassando simples critérios de ética política e de relacionamento democrático entre cidadãos;

- promovem o impacto da exploração pública desses comportamentos e posições, utilizando, sem qualquer rubor, todo o largo espaço jornalístico, radiofónico e televisivo que adversários e inimigos do PCP lhes põem à disposição (espaço que sabem de experiência feita ser recusado e negado muitas vezes para as mais diversas iniciativas dos comunistas) para tentarem influir nas posições dos membros do Partido, para poderem virar a opinião pública contra as posições da Direcção do Partido, colaborando objectivamente nos ataques e campanhas contra o PCP;

- provocam directamente prejuízos à intervenção eleitoral e às batalhas políticas do Partido, através de um conjunto de iniciativas e de posições que visam manifestamente afectar publicamente a credibilidade, a consistência e coerência dos objectivos e da luta dos comunistas portugueses e do seu Partido, o PCP. (Mesmo quando hipocritamente proclamam período de tréguas ou fazem declarações sucessivas e sucessivamente negadas de público silêncio!)

O PCP faz da natural, e até desejável, existência de diferenças de opinião dos seus militantes o ponto de partida de um intenso trabalho colectivo que culmina na construção das sínteses que são as decisões e resoluções dos seus organismos e órgãos. Mas não as envolve numa confrontação estéril ou oposição estioladora e redutora, antes as integra como contribuições enriquecedoras de projectos que se querem colectivos. Neste vasto leque de actividades há, sem dúvida, diferenças de posicionamento e responsabilidade dos participantes. Destacam-se, porém, claramente alguns pelo constante empenhamento e voluntário destaque que lhes dão, assumindo ostensivamente o papel de «promotores» e «chefes» de iniciativas e de grupos.

2. Democracia interna e a pretensão a direitos especiais por parte de alguns militantes

Uma coisa espantosa nas afirmações de alguns desses militantes e ex-militantes é a alegação de «falta de democracia interna no funcionamento do Partido» quando simultaneamente agredem os direitos democráticos, a intervenção democrática e as decisões democráticas da esmagadora maioria dos membros do PCP e desrespeitam permanentemente as regras que democraticamente foram decididas pelos militantes do PCP. Regras que têm regras para serem alteradas nos Congressos partidários.

Mas observe-se: **querem a democracia e simultaneamente querem ter direitos especiais.**

O direito a não respeitar os Estatutos. O direito a agredir publicamente o Partido, o seu projecto político, o seu Programa, a escolha democraticamente feita pelos militantes dos órgãos dirigentes do Partido. O direito a não votar no Partido. O direito a abster-se de, publicamente, manifestar o seu apoio eleitoral e o seu voto no Partido. O direito a «compreender», a aceitar sem repúdio, que outros militantes votem e apelem ao voto noutros partidos. O direito de

escarnecer e apoucar o trabalho empenhado, sacrificado, militante, de milhares de membros do Partido envolvidos na acção de esclarecimento e propaganda da campanha eleitoral. O direito a recusar disponibilizar os cargos para que foram eleitos em listas do Partido, com o concurso do trabalho militante das organizações partidárias e negando a palavra dada e mesmo compromissos assinados. O direito, porque são «diferentes», a figurar sempre nas «listas» de candidatos, de apoio, de protesto, etc., promovidas pelo Partido! O direito ao «monopólio» na crítica, na discordância, na divergência de opiniões dentro do Partido.

Com que fundamento podem pretender ter esses direitos especiais? O exclusivo da crítica, da discordância, da divergência, da diferença que possuem?

Decorre, com facilidade, das posições desses militantes que para eles democracia num partido significa o reconhecimento de Grupos de Notáveis, com os seus programas próprios e inteira liberdade de entrarem em confronto com a orientação e decisões do seu próprio Partido.



O que esses militantes querem negar é o direito e o dever dos militantes comunistas a uma participação constante, decisiva e decisória na vida do seu Partido. O que esses militantes recusam é aceitar o Partido como o lugar próprio para confrontar as suas opiniões e as suas ideias, as suas discordâncias e as suas divergências, com as dos outros militantes do Partido, que também têm opiniões e ideias, fazem críticas, têm divergências e discordâncias, e sentem dúvidas, perplexidades e angústias perante a complexidade da situação internacional e a derrocada dos regimes de Leste, frente à cavalgada do cavaquismo, face às debilidades e problemas políticos e orgânicos do PCP. Até o sentem mais que os outros cidadãos, se assim é permitido dizer, porque são comunistas! O que recusam é confrontar, nos «respectivos organismos», as suas ideias com outras ideias, as suas propostas com outras propostas, as suas críticas com outras críticas, sem a transmissão do debate em directo pelos principais órgãos de comunicação social (porque, por mais que custe a certas pessoas, o debate interno no PCP nem deve ser espectáculo de prima donas nem torneio de cavaleiros feudais). É confrontar para contribuir para o apuramento das opiniões e decisões dos colectivos partidários mais ajustadas à luta do povo português.

Um posicionamento democrático na vida e na actividade política não é compatível com comportamentos, arrogantes, de «cima da burra», de quem possui, em exclusivo, a verdade e a sabedoria. Aliás, na reunião do Hotel Roma, houve um momento ímpar que acumula o ridículo e a farsa, e que aponta a fragilidade democrática de quem tanto reivindica a democracia. Foi quando alguém, interpretando (ex cathedra) a opinião dos presentes (de todos?) resumiu numa intervenção pessoal (?) e numa «síntese final», as conclusões da reunião (!!!). («É deste cimento que se faz um líder», segundo um jornalista presente!). Procurando um comportamento «sério», não procederam a votações porque havia elementos que não eram do PCP! (Teria sido difícil pedir a essas pessoas que saíssem ou não votassem?) Mas depois, o texto conclusivo, assim assumido «democraticamente», chegou ao Comité Central do PCP sob o título «Militantes do PCP reunidos em Lisboa no dia 27 de Agosto



Notas ao vento

Jogos da cabra e da cobra

1

É prática normal que, em cada órgão de informação, haja um ou vários profissionais destacados para esta ou aquela área. Para os partidos, por exemplo.

Deles se espera que saibam o modo de funcionamento, a natureza e os limites da responsabilidade, as características próprias. Cada povo, cada etnia, cada família tem sua especial maneira de ser. Os jornalistas têm de admitir que os partidos são o que são ou que vão sendo, e não como cada qual gostaria que eles fossem ou deveriam ser.

Diferentes, embora, num ponto, todos os partidos convergem: os assuntos discutidos no interior do partido não devem transitar clandestinamente para o exterior. Quem o fizer incorre em indisciplina grave e grave crime. Informar é um coisa; ser «informador» é outra coisa bem diferente. E já no tempo de Pina Manique se dizia que mais perigosas do que o falcão são as moscas (os «informadores») porque aquele se mostra às claras e estas não se dá por elas, a não ser quando picam.

O «mosquedo» é um elemento de desagregação. Os militantes retraem-se, as discussões são menos acesas. Quem sabe lá se, no dia seguinte, tal ou tal jornal não vai contar ou deturpar...

2

A verdade é que o jornalismo não se compadece com impedimentos, posturas, normas internas. Quantos dragões é preciso vencer, muitas vezes, para salvar a notícia encerrada na torre mais alta do castelo...



Jornalista, se o é, há-de procurar saber o que se passa, explorar os seus pontos de apoio, estar atento às mudanças, aos sinais exteriores de estabilidade ou desequilíbrio, procurar as razões.

Isso é uma coisa, absolutamente legítima. Quem ama a liberdade, aplaude. E ninguém melhor do que o Avante! para entender essa liberdade - ele que, durante muitos anos, foi o único jornal que recusou ir à Censura Prévia. Pagou, por isso, elevado preço. Que não deplora. Que não chora. De que não gosta de se reclamar. Mas não devia ser esquecido hoje por tantos órgãos de informação climatizados, automatizados, sofisticados.

Isso, dizia eu, é uma coisa. Outra coisa são as fofocas, as intrigas, as leviandades.

3

«Onosso jornal soube...» «Segundo as nossas fontes...» «Participantes da reunião disseram-nos que...»

Eis algumas das expressões utilizadas para dar credibilidade à informação que se veicula. A «informação» não compromete ninguém — nem o jornalista que tem as suas fontes, nem as fontes que têm o seu jornalista; nem o jornalista que diz o que outros lhe disseram, nem os outros que terão dito, porque ninguém sabe quem são; nem o que escreve às claras, nem o que sussurra às escuras. Tudo na melhor...

de 1991» e assinado pela Mesa da Reunião em representação dos militantes!

3. O espaço de debate no PCP

Uma das mais vulgares afirmações desses membros do Partido é a falta de espaço, a ausência de lugar onde debater e confrontar os «grandes» problemas da política nacional e internacional, as estratégias e as táticas do Partido. E quando falam de «espaço», não estão naturalmente a falar do «espaço físico», vulgo sala, para a qual, como todos ficamos a saber, e contrariamente ao que acontece nas reuniões do Comité Central, os «verdadeiros comunistas» costumam contribuir para o pagamento do seu aluguer! (A Capital de 28 de Agosto de 1991). Estão a referir-se ao «auditório». (No Hotel Roma a «reunião de militantes do PCP» era um «bom» auditório, constituído por militantes, ex-militantes, militantes em processo de demissão, cidadãos independentes ou pertencendo a outros partidos, jornalistas.)

E, coisa notável, esses militantes, que organizaram para si próprios um «auditório», que convidaram todos os que quisessem aparecer, apelam, no documento de conclusões (ponto 10.), «a todos os militantes» para que «se manifestem nos organismos respectivos!» (Sublinhado meu.) Afinal os militantes têm «espaço» onde se podem manifestar!

O que os membros do Partido envolvidos em comportamentos indignos de comunistas querem dizer, quando referem a falta de espaço de debate, é que, no funcionamento normal das células, assembleias, plenários e outras reuniões dos colectivos partidários, as suas ideias e opiniões não têm, em geral, vencimento. E, portanto, procuram uma composição «do espaço», «um auditório» que lhes dê a credibilidade democrática de uma maioria favorável, quando não de aplausos...

Esses membros do Partido acusam a Direcção do Partido de os marginalizar, quando são eles que se automarginalizam, afastando-se do seu espaço de militantes do PCP, dos seus organismos, pela constituição de organismos, especiais, próprios, em resumo, de fracções.

Aliás, a propósito do espaço de debate no PCP, há lições recentes que esses membros do Partido bem podiam colher, com a sua própria experiência. Queremos referir-nos a um conhecido Instituto.

Que é que terá acontecido nesse «espaço de discussão democrática» que nunca mais foi «espaço», nem «discussão», e que hoje é, no essencial, mais uma sigla a apodar alguns que nada mais querem senão siglas? Será que os seus principais responsáveis desanimaram perante as dificuldades da organização da discussão democrática?

Nós sabemos que dá trabalho, exige organização, exige militância, e... nem sempre se pode contar com o apoio benevolente e entusiasmado da comunicação social, sobretudo se for para não falar do PCP e falar das chagas económicas, sociais, deste País. Será que os principais responsáveis desse espaço de discussão já reflectiram criticamente sobre o falhanço do seu projecto? No erro da sua perspectiva e cálculos? Onde a modéstia da autocritica?

Certamente que muitos membros do PCP e outros democratas que acreditaram no projecto INES já reflectiram e verificaram que ele só teve expressão enquanto alimentou as páginas dos jornais, os sons da rádio e as imagens da RTP, enquanto foi instrumento de intervenção ou pressão sobre a vida interna do PCP! Há que retirar as devidas ilações.

Sobre a democracia interna e o espaço para o debate democrático nada melhor que olharmos para o que acontece neste período pós-eleições de 6 de Outubro.

Em alguns partidos degladiam-se chefes, chefinhos e chefões, procurando, em alguns casos, bodes expiatórios, «contando espingardas», noutras casos.

No PCP, milhares de militantes comunistas encontram-se em dezenas e dezenas de reuniões dos organismos dirigentes a diversos níveis, em assembleias e plenários e, serenamente, avaliam os resultados e a campanha eleitoral, analisam a situação pós-eleitoral, fazem críticas, sugestões e propostas para os organismos da Direcção, mas também para os seus próprios organismos, e traçam as linhas do trabalho futuro. Entristecidos pelos resultados eleitorais, mas também confiantes na continuação da luta. Seguros das suas razões de serem comunistas, acreditando no projecto político do Partido que diariamente ajuda a construir e a afirmar na sociedade portuguesa.

Cada qual saberá o respeito que deve a si próprio e à honra da sua profissão. Cada qual saberá a honestidade ou rigor ou natureza das motivações dos seus informadores. Salvo melhor opinião, não é remédio que se tome sem cuidado, mas só depois de atenta prescrição ética.

Jornalismo não joga à cabra-cega. Muito menos à cobra-cega.

4

Suponhamos que eu escrevia:

- Segundo as nossas fontes, a jornalista A participou de uma orgia que redundou em bacanal. A mesma jornalista, ainda segundo as nossas fontes, recebeu prendas valiosas por serviços prestados à empresa X. Asseguram-nos que a sua vida desregrada, etc., etc., etc.

Ou que eu escrevia:

- A jornalista B sofre de uma depressão que, inclusive, a levou a um quase internamento no Júlio de Matos. Fontes por nós contactadas garantem que os seus artigos são escritos «quando está com os copos». Etc., etc., etc.

Claro que não é verdade. As jornalistas A e B são pessoas praticamente normais, monetariamente saudáveis, alcoolicamente equilibradas ou mesmo abstmias. E não demorava um dia que não me pusessem a sofrer na Boa Hora. Lá, teria de fazer prova do que afirmara.

O que não me preocuparia nada. Eu é que iria obrigá-las, em tribunal, a provar a sua inocência...

5

Vieram a público determinadas afirmações. O gabinete de Imprensa do PCP desmentiu-as em nota, segundo O PÚBLICO, «estruturada em sete pontos, todos iniciados com a expressão «é falso»».

Mais adiante, justifica-se com as suas fontes «nas quais tem confiança».

Lamenta-se «que o PCP continue a desmentir notícias remetendo-se apenas a um lacónico «é falso»».

Acham pouco! Chamam falso a alguém, não apenas uma, mas sete vezes, e ele acha pouco! Já é ser exigente. Qual é o mínimo para que a sua honra se sinta melindrada? Para aí umas 100 vezes? Chega? Se chegar, é só dizer, porque, segundo as minhas fontes, também se arranjam.

Estão a ver? O PCP é que devia provar a sua inocência! Justificar-se. Apresentar provas indesmentíveis. Dar a «sua» versão. Dizer o que realmente se disse na reunião do partido, inclusive apresentar a acta para se mostrar que o que a repórter disse, não devia ter sido dito. O PCP devia dizer o que se disse - ou seja, ser ele próprio a dizer aquilo que o jornalista inventou, criou, ou acreditou que se tivesse dito...

Tais processos ferem de morte a credibilidade de um órgão de informação. Como se verá mais tarde ou mais cedo.

Duelo CUBA-EUA nas Nações Unidas

■ Miguel Urbano Rodrigues

A Assembleia Geral das Nações Unidas resolveu incluir na sua agenda a questão do bloqueio económico a Cuba imposto pelos EUA há 28 anos.

A decisão foi recebida como importante derrota do governo norte-americano porque este desenvolvera um grande esforço para evitar a aceitação da proposta cubana. Na sua argumentação, o Departamento de Estado alegou que a pretensão cubana «feria a soberania dos EUA» e o seu direito a negociar com quem entenda. Washington defendeu-se estabelecendo subtis diferenças entre «embargo» e «bloqueio».

Na sua resposta, o embaixador cubano na ONU, Ricardo Alarcón, recusou a tese norte-americana, sublinhando que o bloqueio não foi decretado no uso de um direito, mas para «impor a Cuba a vontade dos EUA mediante a coerção e a força», a fim de «render pela fome o povo de Cuba». Refutando a alegação de que os «EUA nada fizeram para impedir os outros de manterem relações com Cuba», Alarcón esclareceu que o governo de George Bush «proíbe totalmente qualquer relação económica, comercial ou financeira entre Cuba e qualquer empresa, instituição ou indivíduo colocados sob jurisdição de Washington». Ao agir assim, o governo norte-americano viola — salientou, normas do Acordo Geral de Taxas e Comércio do GATT e resoluções sobre a matéria da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Em Washington não se discute, contudo, a hipótese de uma suavização do bloqueio a Cuba. A tendência é para o tornar ainda mais rigoroso. A Comissão de Negócios Estrangeiros do Senado está precisamente a estudar um projecto — já conhecido como Emenda Mack — que visa a *apertar o bloqueio*. Os senadores Mack e Graham, autores da iniciativa, afirmam sem rodeios que o seu objectivo é «apressar a queda de Fidel Castro».

Na prática, a Emenda Mack, se for aprovada pelo Congresso, dificultará muito as relações económicas de Cuba com a Espanha, a Argentina, o México, o Brasil e o Canadá, ou seja cinco dos seus principais parceiros comerciais.

Segundo a firma de advogados Coudert Brothers, de Washington, a Emenda Mack, ao proibir o comércio de qualquer filial de empresas americanas em Cuba, configura uma violação frontal do Direito Internacional, inaceitável para países efectivamente independentes.

As reacções a esse parecer jurídico — solicitado pelo governo de Ottawa — não se fizeram esperar. Em Outubro, o Canadá, através de um acórdão do Procurador-Geral da Coroa, Kim Campbell, aplicou a Acta sobre Medidas de Extraterritorialidade, declarando inaplicável ao país a Emenda Mack. Simultaneamente, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Joseph Clark, enviou ao secretário de Estado James Baker uma nota protestando, antecipadamente, contra a eventual aprovação da Emenda. Ficou transparente que o Canadá não aceitará quaisquer restrições ao seu comércio com Cuba decorrentes da medida legislativa do Congresso dos EUA. (1)

Na própria Grã-Bretanha, o mais íntimo aliado dos EUA, o ministro do Comércio Externo informou Washington de que o Governo de Sua Majestade Britânica não reconhece ao Congresso norte-americano autoridade para impor restrições à exportação de quaisquer mercadorias produzidas em Inglaterra.

Numerosas empresas transnacionais com sede em diferentes países reagirão de outra maneira. Temendo retaliações no mercado norte-americano, submeteram-se, aceitando as imposições dos EUA.

Em documento enviado à Assembleia Geral das Nações Unidas, Cuba informou que o Departamento do Tesouro dos EUA, antecipando-se à Emenda Mack, exerceu

pressões que levaram grandes empresas transnacionais a suspender a venda dos seus produtos à Ilha. Estão nesse caso a Siemens, alemã, a Pharmacia LKB, sueca, a Toshiba Corporation e a Nihon Kohden, japonesas. As quatro, intimidadas, suspenderam a exportação de produtos e equipamentos necessários ao funcionamento da rede hospitalar cubana.

*
* *

Cuba está plenamente consciente da gravidade e complexidade dos problemas que resultam de um reforço do bloqueio norte-americano, no momento em que e sua economia procura soluções que atenuem o tremendo choque resultante do terramoto que varreu o socialismo da área onde se encontravam 85% do seu comércio externo.

O recente encontro, em Cozumel, de uma delegação cubana, chefiada por Fidel Castro, com os presidentes do México, da Venezuela e da Colômbia insere-se na estraté-

gia de defesa da Revolução Cubana debatida no IV Congresso do Partido Comunista Cubano.

Em Portugal, são ainda escassas as informações sobre o que foi dito e acordado nessa conferência. Pelo que li, posso afirmar que decorreu numa atmosfera cordial. Um *encontro de amigos*, na definição da imprensa mexicana. Mas o simples facto de o presidente do México a ter promovido e de os três interlocutores de Cuba serem países exportadores de petróleo são elucidativos da importância e do significado desta reunião sem precedentes.

Não foi por acaso que porta-vozes do Departamento de Estado e do Pentágono se apressaram a qualificar de «oportuna» a iniciativa do presidente Salinas de Gortari.

Uma certeza: o duelo Cuba-EUA, resultante de um bloqueio que, na correcta definição de Havana, «não conhece fronteiras nem respeita soberanias», vai prosseguir na actual sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas e, também, fora dela.

(1) in «Semana Latino-Americana», da Agência Alasei, México, nº 224.



CUBA

Congresso dos tempos difíceis

O «melhor dos Congressos, congresso dos tempos difíceis, congresso do período especial», «porta-voz dos humildes, dos trabalhadores, dos explorados, do movimento revolucionário progressista» — foi nestes termos que Fidel Castro, reeleito primeiro-secretário do Partido Comunista Cubano, se referiu ao IV Congresso, no acto do seu encerramento.

Nessa intervenção final, o dirigente cubano afirmou nomeadamente que o sistema eleitoral cubano é o mais democrático porque é o povo, e não o Partido, quem propõe e elege os candidatos. Sublinhou, entretanto, que os comunistas cubanos propõem «à Assembleia nacional a organização de eleições por sufrágio universal para as Assembleias locais e a Assembleia nacional».

Fidel Castro referiu a alteração dos Estatutos do Partido que a partir de agora permite aos crentes a sua adesão o que,

na opinião do dirigente comunista, fará do PCC «um partido único como o que Marti criou para fazer a revolução. Neste Partido, é preciso que se possam reconhecer todos os patriotas, todos os revolucionários, os que querem o progresso, os que defendem a justiça».

No centro das preocupações — e da intervenção de Fidel Castro — a situação económica.

«O Congresso analisou a difícil situação em que nos encontramos, os sacrifícios que fazemos e os que poderemos ter que suportar» — sublinhou o presidente cubano, que entretanto afirmou — «Inventaremos soluções, procuraremos recursos (...) Não abandonaremos ninguém neste país, partilharemos o que temos».

Já na intervenção de abertura, a situação económica tinha sido particularmente salientada.

Referindo-se ao programa de auto-suficiência alimentar, Fidel afirmou então: «na situação de crise em que nos encontramos, devemos fazer milagres e produzir mais leite e mais carne sem adubos e com pouco alimento para os animais. É preciso fazê-lo».

O primeiro-secretário do PC cubano lançou igualmente um apelo ao capital estrangeiro, afirmando que tudo é negociável, em todos os domínios: zonas francas, transformação de matérias-primas, prospecção de petróleo, turismo. Referiu então a existência de «uma centena de projectos» já em curso.

E concluiu: «Não há como nós, para defrontar e vencer este desafio (...) para salvar a pátria, a revolução e o socialismo».

«*Regresso do capitalismo a Cuba seria um puro desastre*» — a opinião de um escritor cubano

Em vésperas do IV Congresso do PCC, «Revolution» divulgou depoimentos e entrevistas, com o objectivo de «compreender Cuba hoje».

Aqui transcrevemos parcialmente uma entrevista com o escritor cubano Miguel Barnett, que começa por referir os problemas provocados pelo bloqueio económico a Cuba, e simultaneamente a crise dos valores.

«Os problemas fundamentais do país não são ideológicos mas práticos, ainda que se trate tanto de superar as dificuldades ligadas ao bloqueio como de modernizar o socialismo, tornando-o mais democrático» — diz Miguel Barnett, que simultaneamente sublinha — «é necessário reconhecer que há uma crise de valores. Há os que pensam que foi o marxismo-leninismo que fracassou nos países de Leste. Eu creio que o que lá se afundou foi uma burocracia corrompida como o são todas as burocracias. Não sou comunista, mas sou anti-imperialista. Ainda que eu seja talvez mais comunista que aqueles comunistas que participaram na trágica farsa do 19 de Agosto em Moscovo».

A luta ideológica contra Cuba por parte dos media internacionais teve algum efeito na ilha?

— Oíça lá, não é preciso ser comunista para compreender que o capitalismo não é uma solução para os problemas

do Terceiro Mundo, mas antes uma tragédia. O regresso do capitalismo a Cuba seria um puro desastre. O povo cubano não quer ouvir falar disso, porque já o experimentou na carne, já o conhece. É certo que o povo pode melhorar o socialismo, aprofundar a democracia, mudar as leis da imigração, como foi agora feito, gozar de maior liberdade de expressão para as minorias... tudo isso, mas não o capitalismo. Há conquistas sociais que ninguém quer perder. Mas a vida é muito dura por causa do bloqueio e isso sente-se.

Quais seriam as consequências da liquidação da revolução cubana?

— O fim da revolução poderia significar a perda de identidade cubana, a prostituição, a fome, o desemprego, a corrupção e o colonialismo, tudo o que Cuba já conheceu antes da vitória revolucionária de 1959. Hoje, a intervenção americana seria ainda pior porque há em Miami exilados históricos que desejariam sufocar o país numa vaga de sangue e morte. Contam com milhares de milhões de dólares para invadir a ilha e nos reduzirem à escravatura. O fim da revolução poderia significar a transformação de

Cuba numa caricatura do capitalismo «made in Miami». Assistir-se-ia a um desaparecimento quase antropológico da cultura cubana: a cultura americana que nos querem impor não é a de William Faulkner mas a do Reader's Digest. Pessoalmente não tenho a intenção de me submeter às leis do capitalismo americano.

Não admite que o desconhecimento do que é o capitalismo por parte das novas gerações pode levá-las a acreditar num paraíso capitalista?

— Antes do mais, o capitalismo nada fez pela liberdade e a independência de Cuba durante quase sessenta anos. Por que o haveria de fazer hoje? Pessoalmente conheço bem o capitalismo. Vivi em Nova York entre 1984 e 1985, com bolsa Guggenheim. Claro que respeito a força da literatura e da criatividade americanas, tenho um grande respeito pelas forças progressistas dos Estados Unidos. Não são elas que pretendem o fim de Cuba, mas os medíocres de Miami pagos pela CIA. Chegaram a queimar na rua uma obra do pintor cubano Mendive pela simples razão que era um revolucionário.

ONU debate bloqueio

Poucos dias após o encerramento dos trabalhos do IV Congresso do Partido Comunista Cubano (PCC), o vice-ministro cubano dos Negócios Estrangeiros na ONU, Ricardo Alarcon de Quesada, anunciou, numa conferência de imprensa em Havana, que o bloqueio económico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos há quase 30 anos, vai ser debatido na ONU, em 4 de Novembro.

Cuba avalia em cerca de 15 mil milhões de dólares os prejuízos causados à sua economia por este bloqueio de três décadas. Trinta anos ao longo dos quais a assistência e ajuda soviética possibilitaram o desenvolvimento, mas numa situação de marcada dependência.

Actualmente, e por toda a América Latina, erguem-se vozes exigindo o levantamento do bloqueio.

Para referir apenas alguns exemplos — o Parlamento do Equador, o antigo presidente brasileiro José Sarney, o governo nicaraguense, o presidente venezuelano Carlos Andrés Pérez, associações de juristas, organizações religiosas, movimentos de solidariedade, numerosas personalidades sindicais e políticas, intervieram quando da abertura da 41ª Assembleia da ONU, para que este debate fosse possível.



PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

Se...

Mil novos desarranjos estão na cara?
As bolsas de pobreza têm mais rostos?
Vai subir para os pobres o imposto?
Mais azeda laranja o povo apara?

Já sobre quem trabalha cai a vara?
Sobe o pão, os transportes, o desgosto?
Ricos mais ricos trepam no seu posto?
Pobres, inda mais pobres, cresce a seara?

Mais caros os remédios estão na agenda?
Da nossa pobre casa sobe a renda?
Menos vale o salário que tu tens?

Vai ser muito mais triste envelhecer?
Sim, sim, é o que está para acontecer.
Se votaste em Cavaco, parabéns!

Vantagens!

Iogurtes aos milhares retirados.
A verdura que aos montes amarelece.
A fruta às toneladas que apodrece.
Eis a imagem dos supermercados
nas horas feias
dos tristes dias:
as tulhas cheias
as barrigas vazias.
Enfim
Digo eu para mim
a economia de mercado é assim
diabo com poses de perlimpimpim.

Cantiga

Ai flores, ai flores da verde fortuna
se sabedes novas da agricultura?
Ai Deus e a CEE?

Ai flores, ai flores dos verdes atlânticos
se sabedes novas dos pequenos comerciantes?
Ai Deus e a CEE?

Se sabedes novas dos trabalhadores
aqueles que têm os sofrimentos todos?
Ai Deus e a CEE?

Se sabedes novas da juventude do Sol
aquela a quem roubaram o tempo da frof?
Ai Deus e a CEE?

Vós perguntades pela verde fortuna
e eu vos digo a desgraça da agricultura.
Ai Deus e a CEE?

Vós perguntades pelos verdes atlânticos
e eu choro os pequenos comerciantes.
Ai Deus e a CEE?

Vós perguntades pelos trabalhadores
e eu vos digo que são de luta os dias todos.
Ai Deus e a CEE?

Vós perguntades pela juventude do Sol
e eu vos digo que está tramada se for mole.
Ai Deus e a CEE?

Ai Deus, a CEE não é papão
ai flor de verde pino, não é não.

Explicação

Alastram medos pelos ministérios.
Tremem paredes, relatórios, planos.
As ameaças, açoites, golpes, danos
não são suspeitas só, não são mistérios

mas sim consequência dos critérios
que o Prof. estabeleceu para os seus fulanos.
Devorado o miolo dos tutanos
eis que vão ter as verbas cortes sérios.

Porquê? - perguntarão os inocentes.
Porquê milhões de contos eram quentes
e agora há só tostões no laranjal?

Porquê, quem dava, agora fecha a mão?
Ora porquê, porquê... Porque já não
já não há propaganda eleitoral...

■ IGNOTUS SUM

Incrível!



Mudar

«Não se muda uma equipa que ganha», portavozeiam algumas publicações em jeito de jornalismo, a propósito das pequenas mudanças decididas por Cavaco II — aliás, ele próprio uma equipa que nada difere de Cavaco I. O que nos vale — e ainda no enfiamento desta sabedoria futebolística — é que é impossível não mudar uma equipa que perde, como é o caso da que, advertida ou inadvertidamente, renovou a vitória do Imprescindível de Boliqueime.

Évora

A Câmara Municipal de Évora adjudicou a construção de uma estação de tratamento de águas residuais (ETAR) na localidade da Azaruja, visando «evitar situações de poluição resultantes do lançamento directo das águas residuais nas ribeiras», como refere um comunicado camarário. A ETAR de Azaruja funcionará pelo processo de lagoas de estabilização, que oferece no final da cadeia resultados que garantem a preservação do meio ambiente, e conta com a colaboração de mais três municípios (Redondo, Vila Viçosa e Borba), no âmbito da Associação dos Municípios do Distrito de

Évora, concretamente para a aquisição conjunta de uma viatura lava-contentores. É o que vale, neste transitório lapso em que o citrino floresceu em Évora. Quando lhe reconhecerem o azedo será mais fácil desfazerem-se dele, lá onde a moira encantada há muito que saiu da lenda dos poços para construir poços lendários, na Azaruja ou não importa onde. E esperemos para ver, como nos ensina o Alentejo... ou mais propriamente os alentejanos.

O IRS

Numa carta ao «Correio da Manhã» o senhor Joaquim C. C. Gouveia reagiu, um dia destes, com carradas de razão, aos «mistérios» do IRS. E dizia ele: «Refere o senhor director geral (do IRS) que o IRS tem em conta as necessidades e os rendimentos do agregado familiar. Será assim? Na edição de 13 de Agosto o «CM» publicou uma carta minha na qual comparava o imposto a pagar por um casal de pensionistas (dois titulares) com um rendimento total anual da ordem dos 3500 contos e de um pensionista (único titular) com um rendimento total anual da ordem dos 4400 contos, isto é, mais 1100 contos; em ambos os casos, o IRS seria sensivelmente igual.

Portanto, julgo ser de concluir que não se atende ao rendimento do agregado familiar, pelo menos na prática. Ainda nessa carta referia que se o tal pensionista resolvesse divorciar-se ficticiamente, e estabelecesse à (ao) «ex-cônjuge» uma pensão igual a 50% da sua, então o IRS a pagar, em conjunto, seria pouco mais da terça parte». Perante isto, perguntava o senhor Joaquim Gouveia: «Será que o Governo está apostado na destruição da família?» Não vamos tão longe, senhor Gouveia, apesar da justiça da sua indignação. Este Governo, em relação às famílias portuguesas, limita-se a estar-se nas tintas para elas.

TAP

Parece que a tão ansiada privatização da TAP tropeçou num obstáculo de monta: a dívida da transportadora aérea nacional é maior do que os ogulosos «privatizadores» supunham, e ascende, no momento, à redonda quantia de 60 milhões de contos, pelo que já se fala que privatização sim, mas lá para 1993. Quando o Estado, através deste belo Governo, tiver «saneado» a situação ou seja... haja pago as dívidas com os dinheiros de todos nós...

frases da Semana

«Trabalhei que nem um preto e fiquei outra vez a chuchar no dedo» (comentando a não nomeação para o novo Governo)

✎ Falcão e Cunha, secretário-geral do PSD, no «Público» de 29/10/91

«No nosso provincianismo quotidiano, qualquer artista passa logo a intelectual»

✎ Alberto João Jardim, no «Diabo» de 29/10/91

«Mira Amaral anda consoladíssimo. É que se não vai (de novo) a ministro da Indústria, vai a «charmoso» do ano (...) O galardão será entregue no Cotton Club»

✎ «Semanário» de 26/10/91

«Fernando Nogueira tem, há largo tempo, em seu poder uma lista com nomes de antigos dirigentes do PRD com vista a integrá-los na Administração Pública»

✎ Idem

«Ex-comunistas ainda podem ganhar na Polónia»

✎ Título do «Público», 29/10/91

«O total de crimes violentos denunciados à Polícia aumentou 5% nos EUA no primeiro semestre deste ano, segundo o FBI, e algumas autoridades afirmaram que a subida poderá estar ligada à economia fraca»

✎ «Diário de Notícias», 29/10/91

«Sibéria moderniza-se com escola de strip-tease»

✎ Idem

«A Lista Netra dos EUA (que tem dois milhões de nomes) aumentou substancialmente durante os oito anos em que passou na Casa Branca o ex-actor Ronald Reagan, que exerceu as funções de presidente do Sindicato dos Actores e foi delator na época de MacCarthy»

✎ «Correio da Manhã», 29/10/91

«Entretanto (nos EUA), além dos 250 000 afortunados que já poderão visitar o chamado «País da Liberdade» (?!), há mais de dois milhões de pessoas que, provavelmente, nem sequer sabem que são «indesejáveis». Critérios de justiça dos norte-americanos...»

✎ Idem

«Nós oferecemos a Portugal uma oportunidade para encerrar o dossier Timor... Não sei o que querem mais.»

✎ Ali Alatas, ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia, comentando a suspensão da visita a Timor-Leste de uma delegação parlamentar portuguesa.

Agenda



Álvaro Cunhal Segunda-feira com independentes

Na próxima segunda-feira Álvaro Cunhal participa num encontro com democratas independentes do distrito de Lisboa, promovido pela DORL no **Hotel Embaixador**, a partir das 21.30 horas.

Quarta-feira na RTP

O secretário-geral do PCP é o convidado do programa **Carlos Cruz - Quarta-feira**, que vai para o ar no dia 6 de Novembro, cerca das 21.30, no Canal 2 da RTP.

Quinta-feira, 31

Plenário de militantes de Oeiras, às 21.30 horas, no centro de trabalho de Santo Amaro de Oeiras, com a participação de Carlos Rabaçal, membro da Comissão Executiva Nacional do CC.

Sábado, 2

Encontro de autarcas com a população de Talaíde, às 17 horas, na colectividade local, com a participação de Vítor Silva, vereador da CDU na CM de Cascais, e João Camilo, presidente da JF de São Domingos de Rana.

Plenário de militantes da organização concelhia de Macedo de Cavaleiros, às 21 horas, no centro de trabalho com a participação de Serafim Brás, da CEN do CC.

Domingo, 3

Almoço-convívio no CT de Corroios, às 13 horas.

S. Martinho na Atalaia

A Comissão Concelhia do Seixal do PCP realiza no próximo dia 10 de Novembro, domingo, um **almoço-convívio** na Quinta da Atalaia, que contará com a presença do camarada José Soeiro, da Comissão Política, do Secretariado e da CEN do CC. Na ementa vão estar o bacalhau e a feijoada, acompanhados por petiscos diversos, castanhas, água-pé e fados. As inscrições para o almoço (mil escudos por pessoa) podem ser feitas desde já em todos os centros de trabalho do Partido no concelho. Mas, se preferir almoçar em casa, pode à mesma participar no convívio que vai encher toda a tarde.

Évora estreia «Borda Fora»

O Centro Dramático de Évora estreou ontem a peça «Borda Fora», de Michel Vinaver, com encenação de Pierre-Etienne Heymann, cenografia e figurinos de José Carlos Faria, que estará em cena até 23 de Novembro no Teatro Garcia de Resende.

Dança de Lisboa no Rivoli

Nos dias 5, 6 e 7 de Novembro, às 21.30 horas, a Companhia de Dança de Lisboa apresenta no Rivoli - Teatro Municipal do Porto os bailados **Castelos de Gelo** (coreografia de Paulo Filipe e música da banda sonora do filme «O Matador»), **O Despertar** (coreografia de Ana Lázaro e música de Joe Jackson), **Segredos ou Pequenas Confidências** (Conceição Abreu e Corelli/Fergolesi), **Devias Ter Deixado a Luz Acesa** (Lionel Hoche e Tapage Atypique) e **Tok** (Vítor Garcia e McCourt/Paris/Darby).

Parreira na JCP/Setúbal

Na sede concelhia da JCP (Rua Claudio Lagrange), em Setúbal, está patente ao público até ao próximo domingo, dia 3, uma exposição de desenho e pintura de Sérgio Cardoso Parreira.

Filmes na TV

«A verdade contra tudo»

«Thin Blue Line» (EUA/1988). Escrito e realizado por Errol Morris. 106 minutos.

Sem nunca ter entrado no circuito comercial, «Thin Blue Line» é um «documentário dramatizado» em que ficção e realidade se misturam e contrapõem, contraditória e polemicamente. Provavelmente porque se trata de um objecto fílmico que foge aos cânones da tradição rígida dos «gêneros», não chegou, sequer, a ser nomeado na categoria do Melhor Documentário para os Óscares do ano em que foi produzido. Estreado no canal público da televisão norte-americana (o de menor audiência...), causou, apesar de tudo, grande impacto pela sua feitura fora do comum, pela utilização de actores desconhecidos

(assim funcionando em relação ao espectador como protagonistas «reais» de cenas «ficcionalizadas») e, sobretudo, por se basear num caso concreto e se ter tornado um elemento vital para a evolução posterior do próprio caso: a história de um homem (Randall Adams) condenado em 1976 à pena capital pela morte de um polícia. A apresentação do filme viria a provocar a reabertura do processo, a declaração de inocência do condenado e sua libertação e o afastamento de um cargo público de um dos principais intervenientes no caso. «A Verdade Contra Tudo» é, talvez, o acontecimento televisivo da semana, que a RTP inexplicavelmente despreza ao programá-lo para o horário da Primeira Matinée! Critérios...

(Segunda, 14.35, Canal 1)



Randall Adams, condenado à morte pelo assassinato de um polícia, figura central do documentário «A Verdade Contra Tudo»



74º aniversário da Revolução de Outubro

Assinalando os 74 anos da Revolução de Outubro, a Associação Portugal-URSS realiza uma **sessão pública** na próxima quinta-feira, dia 7 de Novembro, às 21 horas, na **Casa do Alentejo** em Lisboa (Rua das Portas de Santo Antão), com um **painel-debate** moderado pelo professor António Avelãs Nunes (presidente da Associação) e que terá a participação de Albano Nunes, Piteira Santos e Joaquim Palminha da Silva. Antes do debate, serão exibidas curtas-metragens da época e o actor Mário Jacques declamará poemas de Majakovski.

De 4 a 9 de Novembro, na sede da Associação (Rua de São Caetano, 30, à Lapa), decorre um **ciclo de cinema soviético**, com entrada livre: dia 4, às 18.30, **O Dia da Ira**, de Sulambek Mamilov, premiado no Fantasporto/86; dia 5, às 18.30, **O Pombo Selvagem**, de Serguei Soloviov, premiado no FIC de Veneza/86; dia 6, às 18.30, **Que Viva México**, de Serguei Eisenstein e Grigori Alexandrov/Nikita Orlov, prémio de ouro do XI FIC de Moscovo e do Júri FIPRESCI (Veneza/79); dia 8, às 18.30, **O Barco Branco**, de Bolotbek Chamchiev, prémio de prata do FIF de Avelino e grande-prémio do FCF de Trieste/77; dia 9, **Vem e Vê**, de Elem Klímov, premiado nos festivais de Moscovo e de Tróia.

Televisão

Quinta, 31

Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.05 Bom Dia (II)
10.30 Ricardina e Marta
11.00 Bom Dia (III)
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Final Feliz
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Naquele Tempo (últ. epis.)
14.00 Brinca Brincando
14.35 Madame X
(ver «Filmes na TV»)
16.15 Ponto por Ponto
17.05 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.05 Caderno Diário
18.10 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.25 Sassá Mutema
21.30 Os Simpsons
21.55 Cruz de Fogo
23.05 Os Olhos da Lua
00.10 24 Horas
00.45 Remate
00.55 Sabath

Canal 2

08.45 Mirarádio
09.00 Videotexto
12.00 Primeiro Jornal
12.05 Os Cavaleiros das Estrelas
12.30 Curso de Francês
12.45 O Mundo de Jorge
12.55 Filhos e Filhas
13.20 Agora Escolha (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora Escolha (II)
15.30 Recreio do 2
16.35 Guarda Florestal
17.25 A Natureza das Coisas
17.55 Clip-Club
18.25 Eterno Feminino
19.25 Aventura do Conhecimento
19.50 Música no 2
20.45 Zás Trás
21.00 Jornal das Nove
21.30 O Sr. Almaníaco
21.35 Carly Simon
22.35 Roseanne
23.05 À 1 e 45
(ver «Filmes na TV»)

Sexta, 1

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.00 Missa
11.00 Ricardina e Marta
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Final Feliz
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Exploração
14.00 Brinca Brincando
14.35 Com Jeito Vai... Na Pândega
(ver «Filmes na TV»)
16.05 Ponto por Ponto
17.05 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.05 Caderno Diário
18.10 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.25 Sassá Mutema
21.25 Calceiros Viajantes
(ver «Filmes na TV»)
23.35 Cheers, Aquele Bar
00.05 24 Horas
00.40 Remate
01.10 Vertigens
(ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Primeiro Jornal
12.05 Universo Juvenil
12.30 Curso de Inglês
12.45 O Mundo de Jorge
12.55 Filhos e Filhas
13.20 Agora, Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2
17.05 Burlescos

17.30 A Raça Humana (1º epis.)
17.55 Clip-Club
18.30 Eterno Feminino
19.30 A Voz do Planeta
20.00 Nunca Mais é Sábado
20.45 Zás Trás
21.00 Jornal das Nove
21.30 O Sr. Almaníaco
21.35 Por Mares Nunca Dantes Navegados
22.25 Rotações
23.30 Pantanal
00.55 Cop Rock

Sábado, 2

Canal 1

08.00 À Mão de Semear
08.25 Canal Jovem
13.00 Notícias
13.15 Cover Story
13.40 A Guerra dos Mundos
14.30 KD Lang
15.00 National Geographic
15.25 T & T
15.50 O Quadro
(ver «Filmes na TV»)
17.30 Os Mistérios do Padre Dowling (últ. epis.)
18.20 O Café do Ambriz (últ. epis.)
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
21.20 Desenhos Animados
21.30 Kananga do Japão
23.05 Casa Chela
23.50 Asas de Liberdade
(ver «Filmes na TV»)
02.05 Remate

Canal 2

09.00 Universidade Aberta
11.35 Forum Musical (I)
12.00 Primeiro Jornal
12.05 Forum Musical (II)
13.10 Agarra o 2
13.45 Revolta na Bounty
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Estádio (I)
18.30 Jornal Fim-de-Semana
19.00 Arca de Noé
19.40 Outras Músicas
21.00 Estádio (II)
23.30 Pantanal
01.00 A Engrenagem do Crime

Domingo, 3

Canal 1

08.00 Canal Jovem
11.35 Missa
12.30 70 x 7
13.00 Notícias
13.15 Os Jovens Cowboys
14.00 Desafios da Vida
14.50 Top+
15.45 Nanu, o Filho da Selva
(ver «Filmes na TV»)
17.20 As Aventuras do Cavalo Preto
17.45 ET - Entretenimento Total
18.45 Os Golos da Jornada
18.55 McGyver
20.00 Jornal de Domingo
20.35 Desenhos Animados
20.50 Kananga do Japão
22.20 Domingo Desportivo
23.30 Camarena - As Guerras da Droga (últ. epis.)
00.20 Conversa Afiada
01.30 Remate

Canal 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 Planeta para Amar
10.55 Regiões Magazine
11.55 Primeiro Jornal
12.00 Agarra o 2
13.05 Vida Nova
14.00 Troféu
18.15 Kir Royal
19.15 Crónica
20.05 Palavra Puxa Palavra
20.45 Resumo Formula 1
21.00 Nós 2
22.00 O Sr. Almaníaco
22.05 Artes e Letras - Alves Redol
22.55 Uma Questão de Mulheres
(ver «Filmes na TV»)
00.45 Tauromaquia

Segunda, 4

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia (I)
10.30 Ricardina e Marta
11.00 Bom Dia (II)
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Final Feliz
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Sobrevivência
14.00 Brinca Brincando
14.35 A Verdade Contra Tudo
(ver «Filmes na TV»)
16.20 Ponto por Ponto
17.05 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.05 Caderno Diário
18.10 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.25 Sassá Mutema
21.15 O Preço Certo
(1º epis.)
23.40 24 Horas
00.15 Remate

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Primeiro Jornal
12.05 Flash Gordon
12.30 Curso de Alemão
12.45 O Mundo de Jorge
12.55 Filhos e Filhas
13.20 Agora, Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2
16.35 As Aventuras de Black Beauty
17.00 Tigris
18.00 Clip-Club
18.30 Eterno Feminino
19.30 Dramazine
19.55 Arsenio Hall
20.45 Zás-Trás
21.00 Jornal das Nove
21.30 O sr. Almaníaco
21.40 Falar Claro
22.30 Ópera

Terça, 5

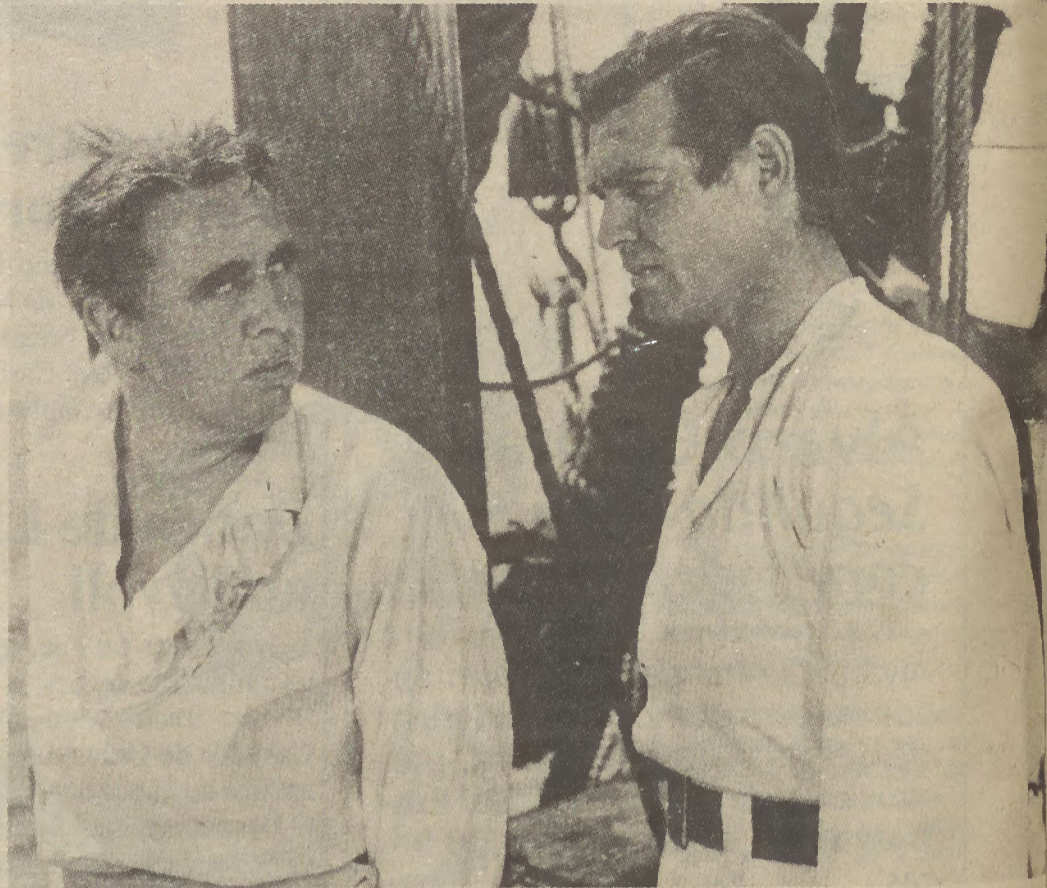
Canal 1

07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia
10.30 Ricardina e Marta
11.00 Bom Dia
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Final Feliz
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Lugares de Troca
14.00 Brinca Brincando
14.35 Doze Homens em Fúria
(ver «Filmes na TV»)
16.15 Ponto por Ponto
17.05 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.05 Caderno Diário
18.10 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal

Canal 2

09.00 Mira Rádio
12.00 Primeiro Jornal
12.05 Os Novos Caça-Fantasmias
12.30 Curso de Francês
12.45 O Mundo de Jorge
12.55 Filhos e Filhas
13.20 Agora, Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2
16.55 Férias Aquáticas
17.25 Tribunal de Júri
18.00 Clip Club
18.30 Eterno Feminino
19.30 Cinemazine
19.55 Big Break
20.45 Zás-Trás
21.00 Jornal das Nove
21.30 O Sr. Almaníaco
21.35 1000 Imagens
22.10 Rosso
(ver «Filmes na TV»)
00.20 Pop-Off

Filmes na TV



«Revolta na Bounty», um fabuloso desempenho de Charles Laughton

Quarta, 6

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia (I)
10.30 Ricardina e Marta
11.00 Bom Dia (II)
11.40 Jogo de Cartas
12.05 Culinária
12.20 Final Feliz
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Paragem no Tempo
14.00 Brinca Brincando
14.35 Muro da Separação
(ver «Filmes na TV»)
16.30 Tu Cá, Tu Lá
17.05 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.05 Caderno Diário
18.10 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.20 Sassá Mutema
21.15 Vamos Jogar no Totobola
21.25 Quarto Com Vista Sobre a Cidade
(ver «Filmes na TV»)
23.20 24 Horas
23.55 Remate

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Primeiro Jornal
12.05 2020 - Polícias em Acção
12.30 Curso de Francês
12.45 O Mundo de Jorge
12.55 Filhos e Filhas
13.20 Agora, Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2
16.30 O Caminho das Estrelas II
17.30 Príncipe Carlos
18.00 Clip-Club
18.30 Eterno Feminino
19.30 Uma Questão de Palavras
19.55 Concerto para Jovens
20.45 Zás-Trás
21.00 Jornal das Nove
21.30 Carlos Cruz: «Quarta-feira» (Com Álvaro Cunhal)
22.30 Sinais do Tempo
23.30 Especial Desporto

Madame X

«Madame X» (EUA/1965). Realização de David Lowell

Rich. Interpretação de Lana Turner, John Forsyth, Ricardo Montalban, Burgess Meredith, Constance Bennett. Cor, 96 minutos.

«(...) pungente e forte melodrama sobre a acidentada e dramática trajetória de uma mulher que se vê obrigada a deixar o marido e o filho e a errar angustiada num crescente de degradação que a leva ao assassinio, sendo defendida no tribunal pelo próprio filho que não conhece e acabando por morrer nos seus braços». Ufff! É assim, com uma lágrima ao canto do olho, que a RTP descreve esta película que (apropriadamente colocada no horário da Primeira Matiné) vai fazer chorar muita dona de casa frente ao televisor. Sétima versão (que se saiba!) de uma peça célebre de Alexandre Bisson, ficaram na retina outras duas: a de Lionel Barrymore (1929) e a de Sam Wood (1937). Mas, nesta, há a realçar a presença no «cast» componente de uma inesquecível diva de Hollywood — Lana Turner. Uma produção de luxo. A última aparição no «écran» de Constance Bennett.

(Quinta, 14.35, Canal 1)

À 1 e 45

«Sabotage» (Gbr/1936). Realização de Alfred Hitchcock. Interpretação de Sylvia Sydney, Oscar Homolka, Desmond Tester, John Toder. P/B, 73 minutos.

O título português deste brilhante filme da fase britânica de Hitchcock (adaptado do romance «The Secret Agent» de Joseph Conrad) relaciona-se, directamente, com um dos momentos-chave da própria intriga: 1 e 45 é precisamente a hora a que deverá ocorrer, em Picadilly Circus, um atentado à bomba. Mas o facto de o portador da bomba ser uma personagem inocente (o jovem cunhado de Verloc, o criminoso sabotador, encarregado por este de transportar dissimulada num embrulho) transmite à sequência um peso terrível já que, por um lado, como acontece nos grandes filmes de «suspense», o espectador sabe muito mais do que as personagens e, por outro lado, devido a um atraso fortuito, a explosão acaba por dar-se em plena viagem de autocarro. Neste filme, os insuperáveis mecanismos de encenação e de montagem a que nos habituou mestre Hitchcock contribuem, ainda, para

despertar no espectador contraditórios sentimentos de afectividade e repulsa, por vezes dirigidos às personagens «erradas»: experimente o leitor ver o filme e não diga que não o avisámos!

(Quinta, 23.05, Canal 2)

Com Jeito Vai... Na Pândega

«Carry on abroad» (Gbr/1972). Realização de Gerald Thomas. Interpretação de Sidney James, Kenneth Williams, Charles Hawtrey, Kenneth Connor. Cor, 85 minutos.

Mas será que esta indigente série «Com jeito vai...» nunca mais chega ao fim? Caro leitor, um conselho: aproveite bem o feriado e dê melhor utilidade ao seu tempo livre. Desligue o televisor e vá dar uma volta com a mulher e os putos.

(Sexta, 14.35, Canal 1)

Caixeiros Viajantes

«Tin Men» (EUA/1987). Realização de Barry Levinson. Interpretação de Richard Dreyfuss, Danny De Vito, Barbara Hershey, John Mahoney. Cor, 108 minutos.

Oscilando entre o registo vertiginoso dos filmes de desenhos animados e as cenas loucas e demolidoras dos clássicos de Laurel e Hardy, Barry Levinson (realizador de «Encontros de Irmãos» ou de «Adeus Amigos») regressa, nostálgico, à cidade de Baltimore, em finais dos anos 50, para encenar um filme centrado nas peripécias e vigarices de dois caixeiros viajantes que representam uma marca de protecções de alumínio — um negócio «à comissão» muito rentável na época. Filme construído em crescendo contínuo, como continua e crescente é a rivalidade entre as duas personagens centrais (que encontram na dupla Dreyfuss/De Vito dois irresistíveis intérpretes à altura), «Caixeiros Viajantes», não sendo dos melhores trabalhos do realizador, é uma comédia melodramática em que as pessoas e a história são credíveis e têm sumo, ao ponto de passarmos alguns momentos agradáveis na sua companhia.

(Sexta, 21.25, Canal 1)

Vertigens

«Per le Antiche Scale» (It./Fr./1976). Realização de Mauro Bolognini. Interpretação de Marcello Mastroiani, Françoise Fabian, Marthe Keller, Lucia Bosé. Cor, 98 minutos.

Cineasta de segundo plano na riquíssima cinematografia italiana (mais recentemente encenando autênticas «xaropadas» para a televisão), Mauro Bolognini realiza aqui, com a mera desenvoltura técnica e segurança oficial que sempre

Tempo

De acordo com a previsão do INMG a nebulosidade vai diminuir à medida que o fim-de-semana avança. Haverá períodos de chuva, especialmente nas regiões do Norte e Centro e no Litoral.



exibiu mas nunca ultrapassou, um filme denso e estranho que tem como pano de fundo dois mundos de loucura: o dos doentes de um hospital em que o protagonista principal é psiquiatra e o de uma Itália subjugada pelo fascismo de Mussolini. O elenco e o seu desempenho, em que avulta o peso de Mastroiani, é talvez o principal motivo de interesse deste filme.

(Sexta, 1.10, Canal 1)

Revolta na Bounty

«Mutiny on the Bounty» (EUA/1935). Realização de Frank Lloyd. Interpretação de Charles Laughton, Clark Gable, Franchot Tone, Herbert Mundin, Eddie Quillan. P/B, 128 minutos.

Oscar para o Melhor Filme do Ano em 1935, «Revolta na Bounty», adaptação do romance de Charles Nordhoff e James Norman Hall, é, seguramente, um dos grandes clássicos do filme de aventuras. Em 1787, o Bounty larga rumo a Tahiti para uma viagem de dois anos com a finalidade de recolher um carregamento de plantas de fruta-pão. Para chegar a tempo da época de colheita, o Capitão Bligh (Charles Laughton) submete a tripulação a uma disciplina de ferro. Fletcher Christian (Clark Gable), o imediato, tenta convencer a tripulação, na viagem de regresso, a apresentar a sua causa às autoridades judiciais, mas a revolta é imparável e o próprio Christian encabeça o motim.

Espectacularmente posto em cinema por Frank Lloyd, «Revolta na Bounty» seria objecto de dois «remakes»: um, de 1962, realizado por Lewis Milestones, visualmente brilhante, com um excelente Trevor Howard no papel de Bligh mas com Marion Brando totalmente falhado como Christian; e outro, de 1984, realizado na Austrália por Ronald Donaldson, com o inquietante Anthony Hopkins e Mel Gibson nos principais papéis. Mas nenhum destes filmes consegue aproximar-se do inesquecível clássico de 1935.

(Sábado, 14.35, Canal 1)

O Quadro

«The Shell Seekers» (Gbr./EUA/1989). Realização de Waris Hussein. Interpretação de Angela Lansbury, Anna Carteret, Patricia Hodge, Christopher Bowen. Cor, 96 minutos.

Angela Lansbury despenha o papel de uma vigorosa viúva batalhando, a seguir a um ataque cardíaco, pela independência face aos seus filhos, num telefilme médio de um realizador de origem indiana — uma adaptação do dramaturgo John Pielmeier do romance de Rosemunde Pilcher. Representação segura, ao bom estilo britânico.

(Sábado, 15.50, Canal 1)

Asas de Liberdade

«Birdy» (EUA/1984). Realização de Alan Parker. Interpretação de Matthew Modine, Nicolas Cage, John Harkins, Sandy Baron, Karen Young. Cor, 115 minutos.

Dois amigos voltam a encontrar-se depois de terem combatido no Vietname. Um deles está confinado a um asilo onde a sua obsessão pelos pássaros (e por voar) o levou a um completo isolamento do mundo exterior. O poderoso romance de William Wharton sobre a II Guerra Mundial é adaptado por Sandy Kroopf e Jack Behr à guerra do Vietname e funciona surpreendentemente bem. Mas Parker usa e abusa da câmara e, pior, acaba o filme pessimamente. Fabulosa interpretação de Matthew Modine. Música de Peter Gabriel.

(Sábado, 23.50, Canal 1)

Nanu, o Filho da Selva

«The World's Greatest Athlete» (EUA/1973). Realização de Robert Scheerer. Interpretação de Tim Conway, Jan-Michael, John Amos, Roscoe Lee Browne. Cor, 89 minutos.

É a história de um treinador universitário que, durante um safari em África, descobre os prodígios de um jovem branco criado na selva e que, trazido para os Estados Unidos, vem revelar-se um atleta superdotado. À boa maneira dos Estúdios Disney, que produziram o filme, os efeitos especiais (tais como o de uma personagem «encolher» até ao tamanho de um polegar) tornam-no um divertido passatempo para esta tarde de Domingo.

(Domingo, 15.45, Canal 1)

Uma Questão de Mulheres

«Une Affaire de Femmes» (Fr./

CINEMA

		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Divina Comédia	—	★★	—	★★
B	O Silêncio dos Inocentes	—	★★★★	★★	★★★★
C	A Malta do Bairro	—	★★	—	★★
D	Thelma e Louise	—	★★★	—	★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Manoel de Oliveira — King/3 (14.00, 16.30, 19.00, 21.45 — Lisboa).
- B — Real. Jonathan Demme — Alfa/5 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00). Amoreiras/4 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15). Fonte Nova/1 (14.45, 17.00, 19.15, 21.45). Mundial/3 (14.00, 16.30, 19.15, 21.45). Quarteto/1 (14.30, 17.00, 19.30, 21.45, 24.00) — Lisboa.
- C — Real. John Singleton — Amoreiras/8 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 24). Xenon (14.15, 16.30, 19, 21.30) — Lisboa.
- D — Real. Ridley Scott — Alfa/1 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15). Amoreiras/3 (14.00, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15). Mundial/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45). S. Jorge/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30). Star (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.

(1988). Realização de Claude Chabrol. Interpretação de Isabelle Huppert, François Cluzet, Marie Trintignant, Nils Tavernier. Cor, 104 minutos.

«O que me interessou foi fazer um filme patético, no verdadeiro sentido da palavra, sobre uma mulher só, perdida, que não compreende nada do que lhe acontece.» (C. Chabrol).

1943. Ocupação nazi em França. Marie Latour é a jovem mãe de dois filhos com quem vive na miséria. Um dia, ajuda uma amiga a fazer um aborto e, a partir daí, monta um «negócio» potencialmente rentável num tempo terrível e contraditório, de mães solteiras, de filhos ilegítimos, de maridos ou companheiros nas linhas de combate, na resistência, nos campos de concentração. Subindo na vida com o auxílio de Lulu, uma amiga prostituta que lhe cede de início um quarto para as suas práticas, Marie acaba por ser denunciada pelo marido às autoridades de Vichy, quando é surpreendida por aquele na companhia de um amante. Condenada «para dar o exemplo», Marie é guilhotinada em 30 de Julho de 1943. Chabrol assina aqui um dos seus melhores trabalhos, com uma encenação rigorosa e precisa e a fabulosa utilização de enquadramentos apertados que trazem o cerco de uma sociedade dramaticamente em crise. Prémio de interpretação feminina no Festival de Veneza (1988) para Isabelle Huppert.

(Domingo, 22.55, Canal 1)

Doze Homens em Fúria

«Twelve Angry Men» (EUA/1957). Realização de Sidney Lumet. Interpretação de Henry Fonda, Lee J. Cobb, Ed Bagley. P/B, 95 minutos.

Um dos mais fabulosos «filmes de tribunal». Curiosamente, numa acção quase integralmente a desenrolar-se fora da sala de audiências, por entre as quatro paredes de uma sala anexa, em que 12 membros do júri têm de decidir-se, em sucessivas votações, pelo terrível veredicto que pende sobre o destino de um jovem acusado de 18 anos, condenado à pena de morte. Tudo parte de uma primeira votação em que onze dos jurados se pronunciam por «culpado» e apenas um por «não culpado».

Votação após votação, a chave da dramaturgia reside na capacidade de o jurado nº. 8 (Henry Fonda) ir convencendo os restantes da fragilidade dos argumentos da acusação e, em consequência, da inocência do acusado. Servido por uma poderosa realização de um reputado homem de televisão (Sidney Lumet) chegado em 1957 ao cinema precisamente com este filme, «Doze Homens em Fúria» destaca-se pela utilização notável dos efeitos dramáticos, dos movimentos de câmara (espantosa fotografia de Boris

Kaufman) e pela superior direcção de um punhado de grandes actores principais e secundários em que a presença de Henry Fonda ou Lee J. Cobb fazem a «impossível» diferença.

Desbaratado escandalosamente pela RTP numa hora morta da emissão, não deixe de programar o vídeo para ver à noite, em vez da «Primeira Página», claro!

(Terça, 14.35, Canal 1)

Rosso

«Rosso» (Itália/1985. Realização de Mika Kaurismäki.

(Terça, 22.10, Canal 2)

Muro de Separação

«W.U.S.A.» (EUA/1970). Realização de Stuart Rosenberg. Interpretação de Paul Newman, Joanne Woodward, Anthony Perkins, Laurence Harvey. Cor, 115 minutos.

Um dos projectos mais caros a Paul Newman (que produziu o filme conjuntamente com Rosenberg) e que conta a história de um homem de rádio cínico e oportunista que entra como «disejokey» para uma rádio local de Nova Orleães (W.U.S.A.) e da luta contra a sua própria apatia à medida que vai tomando consciência do carácter ultradireitista da estação e dos sinistros projectos de sabotagem de um programa de assistência social. Retrato por vezes simplista, mas implacável, da cena política norte-americana, num trabalho eficaz de um realizador subestimado.

(Quarta, 14.35, Canal 1)

Quarto com Vista Sobre a Cidade

«A Room with a View» (Gbr./1986). Realização de James Ivory. Interpretação de Maggie Smith, Helena Bonham Carter, Julian Sands, Daniel Day Lewis. Cor, 116 minutos.

É a história de duas inglesas de boas famílias — a jovem Lucy e a sua tia ultravictoriana Charlotte — em férias na Itália do princípio do século, numa viagem que (tudo o levava a crer) se destinava ao amadurecimento e aprofundamento dos horizontes estéticos da jovem. Em Florença, cidade eleita entre as eleitas para tais propósitos, tia e sobrinha são, entretanto, perturbadas no empicamento pelo encontro com os Emerson, pai e filho, ambos livres-pensadores. Eis senão quando Charlotte surpreende Lucy, subitamente liberta dos espantinhos do «chaperon», aprofundando outro tipo de horizontes com o jovem Emerson... O regresso à velha Albion apresenta-se



«Um Quarto com Vista para a Cidade», um filme requintado e sensível de James Ivory

como a primeira solução a dar ao problema; a segunda, é clássica: o casamento imposto à jovem com o insuportável, mas honrado, Cecil Vyse. Mas, pouco tempo depois, os Emerson intrometem-se de novo na paz podre de Lucy... Realização requintada e sensível de James Ivory. Óscares para o argumento (adaptado por Ruth Prawer Jhabvala do romance de E. M. Foster, contemporâneo de D. H. Lawrence), para a cenografia e para o guarda-roupa. Interpretações soberbas de Maggie Smith e Daniel Day Lewis.

(Quarta, 21.25, Canal 1)

TEATRO

CLUBE ESTEFÂNIA

R. Antª Maria Inácio, 41, r/c. Tel. 542249. De 3ª a 6ª às 21.30, sáb. às 17.00, dom. às 21.30, DESMAGINAÇÃO, de António Pedro, com o grupo Persona.

TEATRO DO BAIRRO ALTO

R. Ten. Raul Cascais, 1-A. Tel. 3961515. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00, ATÉ QUE COMO O QUÊ QUASE, baseado em peças de Beckett.

TEATRO DO CALVÁRIO

R. Leão de Oliveira, 1. Tel. 3639974. De 5ª a dom. às 21.30, AMOR TAMBÉM DE PERDIÇÃO, produção e encenação de Fernando Gomes/Teatro Livre.

TEATRO DA COMUNA

Pç. de Espanha. Tel. 7260818. Café-Teatro: sáb., às 24.00, II FESTIVAL DA OTITE, de Carlos Paulo, encenação de João Mota.

TEATRO MARIA VITÓRIA

Parque Mayer. Tel. 3461740. De 3ª a dom. às 20.30 e 22.45, dom. e feriados também às 16.00, VAMOS A VOTOS de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga e M. Mota.

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Rossio. Tel. 3472246. De 3ª a sáb. às 20.30, dom. às 16. PASSA POR MIM NO ROSSIO, texto e encenação de Filipe La Féria.

TEATRO DA TRINDADE

Rua Nova da Trindade. Tel. 3423200. De 3ª a sáb. às 20.30, sáb. e dom. às 16.30. INVERNO 45, de Michel Deutsch, encenação de Castro Guedes.

Para crianças

TEATRO DO CALVÁRIO

R. Leão de Oliveira, 1. Tel. 3639974. Sáb. e dom. às 16.00: de 3ª a 6ª para grupos organizados. A GRANDE AVENTURA, texto e encenação de Fernando Gomes, produção do TIL.

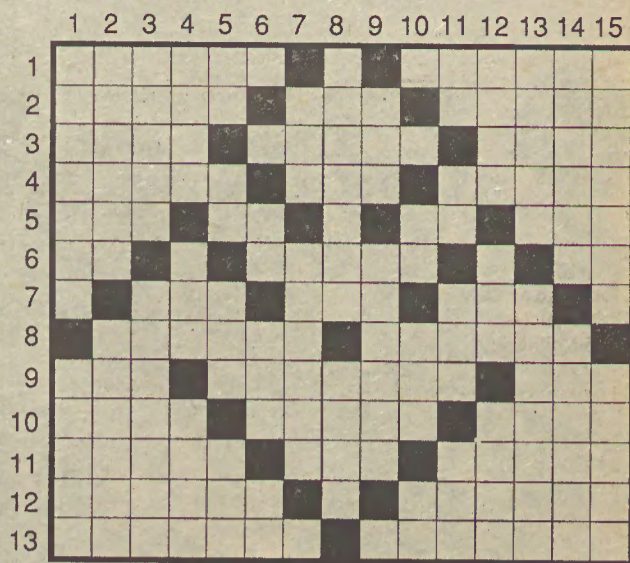
TEATRO DE CARNIDE

Azinhaga das Freiras. Tel. 7145178. Domingo às 11.00. TRIC-TRAC, TERRA DOCE, AMARGO SABOR, encenação de J.S. Ricardo.

TEATRO PAPA-LÉGUAS

Rua prof. Santos Lucas, 36-A (Benfica). Tel. Sáb. às 16.00, dom. às 11.00, 3ª, 5ª e 6ª às 11.00 e 14.00 (para grupos organizados), SOPA E COISAS SELVAGENS, enc. de Mário Jorge, pela Compª de Teatro de Animação «Os PAPA-Léguas».

PALAVRAS CRUZADAS



Horizontais: 0 1 - Delicado; senala; 2 - especiaria indiana; conj.; introduzam; 3 - rio da Polónia; naipes de cartas; chafariz; 4 - lugar; relação; surripiar (gir.); 5 - fim da menina; estás; nome de letra; composição poética; 6 - basta; incólume; outra coisa; 7 - mãe de Nª. Senhora; membro das aves, ena; 8 - instrumento musical de sopro; extrafra; 9 - fileira; ligará-se; dignidade militar turca; 10 - de preço elevado; presentemente; juntar; 11 - esquivar-se; remoinho de água; tolera; 12 - aquela que dá; remaram em sentido contrário; 13 - puserá incomunicável; grande arara preta.

Verticais: 1 - O que exerce o acolitado; anuí; 2 - imagem da Virgem; moscas; 3 - árvore de que se extrai o catechu; vozearia; 4 - dança popular; única; local de venda do peixe (inv.); 5 - art.; art. francês; lavra; altar; 6 - nota mus.; partida; brisa; 7 - maior; cidade portuguesa; 8 - cidade italiana; cilindro; 9 - graça (fig.); obra crítica picante; 10 - rio da Itália; fúria; Cromo (simb.); 11 - art.; devoção; estava; camareira; 12 - absorva; estrada romana; ligar; 13 - acerto; jeira 14 - pancada; procederam; 15 - descorado; gostará muito (inv.).

Solução do número anterior

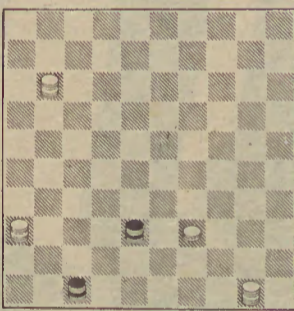
Horizontais: 1 - Movo; cubas; capa; 2 - acedia; imóvel; 3 - calor; DCI; amiga; 4 - usar; moeda; alar; 5 - Carlota; 6 - as; mar; iró; im; 7 - ataria; acalma; 8 - ai; eta; ara; 9 - animara; 10 - mima; árida; açor; 11 - anota; ata; atira; 12 - velara; apodar; 13 - asas; liras; lama.

Verticais: 1 - Mácula; armava; 2 - ocas; sal; Inês; 3 - velai; amola; 4 - ador; mãe; atas; 5 - ir; carta; ar; 6 - cá; Marina; Al.; 7 - dor; ira; 8 - bacelo; omitir; 9 - ido; ada; 10 - si; atigara; ás; 11 - má; arara; ap; 12 - coma; ola; atol; 13 - Ávila; ácida; 14 - pega; ias; oram; 15 - alaram; errara.

DAMAS

CCCXXVII - 31 de Outubro de 1991 PROPOSIÇÃO Nº 327 Por: J. VIERGEVER Eindsjel - Kompositis, [1969]

Pr.: [2]: (38) - (47) Br.: [4]: (11) - (36) - 39 - (50)



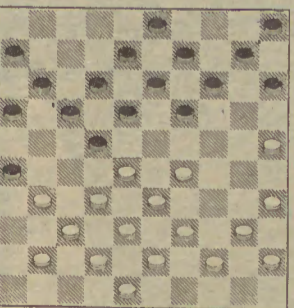
Branças jogam e ganham (5T)

GOLPE Nº 327

Por: DEBROU Jogando/Paris, 21.V.1944

Pr.: [17]: 3-5-6-8-9-10-11-12-13-14-15-16-17-18-19-22-26

Br.: [17]: 25-28-29-31-32-33-35-37-38-39-40-41-42-43-44-45-48



Pretas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº CCCXXVII Nº 327 (J.V.): 1. 11-16! I.... (38-49); 2. 36-27 e 3. 16-38+ 1.... (38-42); 2. 36-41 e 3. 16-27+ 1.... (38-15); 2. 16-32. Se: 2. (15-4); 3. 16-38 e 4. 50x22+ 2.... (47-20); 3. 38-10 e 4. 36-9+ 2.... (15-42); 3. 36-41 e 4. 38-27+

GOLPE Nº 327 (R)

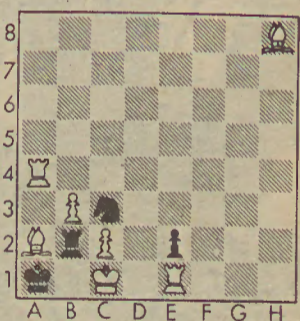
1. (19-23!); 2. 28X19, (14X34); 3. 40X29*, (22-28); 4. 32X23*, (15-20); 5. 25X14, (10X28) e 6. (18X47=D)+

A. de M. M.

XADREZ

CCCXXVII - 31 de Outubro de 1991 PROPOSIÇÃO Nº 327/A Por: GERALD FRANK ANDERSON Good Companions, 1919

Pr.: [4]: Pé 2 - Cç3 - Tb2 - Rai Br.: [7]: Ps. b3, ç2 - Bs. a2, h8 - Ts. a4, e1 - Rç1

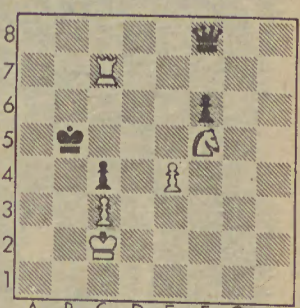


Mate em 2 lances

PROPOSIÇÃO Nº 327/B Por: VLADIMIR AKIMO-VICH BRON

3º Prémio: Schachmatny Listok, 1927

Pr.: [4]: Ps. ç4, f6 - Df8 - Rb5 Br.: [5]: Ps. ç3, e4 - Cf5 - Tç7 - Rç2



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº CCCXXVII

Nº 327/A (G.F.A.): 1. Ta3! blocus! I.... Tb1+; 2. Bb1++ 1.... Tb3; 2. Bb3++ 1.... Ca2+; 2. Rdz++ 1.... Tç2+; 2. Rç2++ 1.... Ta2; 2. Bç3++ 1.... Cd1; 2. Bb1++

A. de M. M.



PALESTINA

Os olhos do mundo fixam-se nestes dias em Madrid onde se procura uma solução para um dos mais dramáticos conflitos do mundo contemporâneo: a questão palestina.

Se, finalmente, das mesas de negociações sair a paz para a martirizada terra do Médio Oriente e para o martirizado povo da Palestina, isso ficar-se-á a dever a uma das mais heróicas resistências da História dos nossos dias, à determinação de um povo que jamais cedeu ou abandonou, mesmo nas mais trágicas condições. Em 1979 o famoso fotógrafo britânico Donald McCullin ilustrava o livro de Jonathan Dimbleby «The Palestinians».

Tal como as duras fotos de McCullin no Vietnam e no Cambodja constituíram um passo decisivo para o alertar da consciência do mundo («o Vietnam acabou com a moda da guerra. Já não havia mais nada para mitificar», diria o fotógrafo ao «New York Times»), as imagens da Palestina ocupada mantêm-se como um libelo que bem corresponde à postura de um repórter que diz que não faz arte, que deseja que as suas fotografias provoquem repulsa. Delas escreveu o «Observer» que «explodem como granadas de morteiro». O mundo espera que elas possam passar a ser as únicas que ecoem na terra mártir da Palestina.

a talhe de FOICE

O silêncio

A edição portuguesa do livro «*Informação e Manipulação*», de Alain Woodrow, jornalista do prestigiado «*Le Monde*», está nas bancas há cerca de um mês como se de mais outro livro se tratasse. Nem indignados protestos, nem acalorados debates, nem sequer tímidos mea culpa acolheram a sua publicação.

Nada.

Apenas o silêncio.

A aposta segura é de que os paupérrimos hábitos de leitura dos portugueses acabarão por o remeter para a prateleira do esquecimento.

E no entanto não se trata de um livro qualquer. É antes do mais um testemunho do lodaçal em que está mergulhado o jornalismo, cá e além-fronteiras. É uma reflexão séria sobre os caminhos em que vai a «informação» cujo papel continua a ser fundamental na formação da opinião pública.

É um livro que vale por dois, em toda a acepção.

Porque tão importante como a denúncia feita por Alain Woodrow do que se passa nos meandros jornalísticos franceses e internacionais, é a denúncia de Barata Feyer, que traduziu o livro, nas suas notas de rodapé ao fazer o paralelismo com a situação portuguesa.

Sejam quais forem as motivações do tradutor português - e não faltará quem diga que muitos azedumes pessoais andam por ali - o resultado final não deixa de ser notável. Porque é preciso ter coragem para dar a cara neste desnudar das misérias caseiras quando por cá, ao contrário

do que sucede noutros países, nunca, em caso algum, os profissionais da informação reconhecem a corrupção que mina o sector.

Ali se contam as encenações feitas na «cobertura» da Guerra do Golfo para «mostrar» ao mundo a «fome» dos refugiados koweitanos - afinal pagos por jornalistas para se deixarem filmar a esgravatar no chão um pouco de comida.

Ou as falsificações do «massacre» romeno que afinal não houve e cujas «imagens» indignaram a opinião pública.

Ou ainda as benesses que certos jornalistas não hesitam em aceitar das mais variadas entidades, públicas e privadas, para veicular uma «informação» fabricada a contento.

Ou o que se cala, em nome das mesmas benesses - económicas ou outras - para não prejudicar quem lhes barra o «pão com manteiga». Ou oferece o cargo. Ou garante a promoção. Ou abre as portas do poder.

Do imenso rol das coisas que se fazem a coberto da liberdade de imprensa e do estatuto privilegiado dos jornalistas pouco terá a ver com a ética profissional, com o respeito pelo público, com essa imensa responsabilidade que é de facto informar. Mas terá muito a ver com a santa aliança criada entre esse quarto poder que é a informação, com o quinto - e todo poderoso - poder económico.

Tudo isto seria bastante para um alargado debate nacional.

Mas não. Os «inocentes» e «incorruptos» jornalistas - mesmo os directamente visados no livro - preferem remeter-se ao silêncio, enquanto continuam a opinar muito nos respectivos órgãos de informação, seguros de que as «grandes caixas» terão sempre honras de primeira página e os desmentidos meia-dúzia de linhas, de que a televisão continuará a manter o seu domínio sobre milhões de espectadores e que os livros não passam das mãos de uma minoria. E a classe parece não saber que fazer com esta «batata quente»...

Enquanto isso, pode grassar o descrédito da informação ou abrir-se as portas à censura, tentação sempre presente que o abuso da liberdade de imprensa «justificaria».

Os «inocentes» calam-se. Eles são a informação que temos. A voz do dono

AF

ÚLTIMAS

Nota da Comissão Política Novo Governo, CEE e Timor

Reunida no dia 28 de Outubro, a Comissão Política do Comité Central do PCP debateu a situação política e social e o andamento da actividade partidária.

Dos pontos abordados referem-se, em particular:

1. O anúncio da estrutura e da composição ministerial do XII Governo Constitucional, que apresenta reduzidas alterações em relação ao Governo que agora cessa funções, configura uma opção de continuidade que em nada de essencial modifica as previsões e as preocupações expressas pelo PCP sobre o prosseguimento de uma política incapaz de assegurar um verdadeiro desenvolvimento económico e social, equilibrado e duradouro, geradora de crescentes injustiças e desigualdades sociais, e portadora de marcas de abuso de poder, autoritarismo e arrogância.

Após uma campanha eleitoral confrangedoramente reduzida, pela parte do PSD, a um espectáculo centrado na figura do Primeiro-Ministro, em que estiveram ausentes quer a análise dos problemas nacionais quer o debate programático, segue-se agora uma solução governativa que transporta do executivo cessante visíveis sinais de esgotamento político, que não é de excluir que possam significar a transitoriedade da solução agora tornada pública.

A poucos dias da investidura do novo Governo e da apresentação, nos termos constitucionais, do seu programa na Assembleia da República, a Comissão Política do PCP considera oportuno sublinhar o importante papel que a luta dos trabalhadores, dos agricultores e de outras camadas sociais, a acção das diversas forças e sectores democráticos e a sua necessária cooperação, são chamadas a assumir nas condições decorrentes dos resultados eleitorais de 6 de Outubro.

A resistência social aos aspectos mais gravosos da ofensiva da direita que o novo Governo irá sem dúvida procurar emprender e o pleno exercício dos direitos democráticos, designadamente os de oposição democrática, constituem os instrumentos decisivos para a defesa dos interesses e a salvaguarda das conquistas democráticas e socioeconómicas dos trabalhadores e do povo português.

2. A Comissão Política do PCP considera que a construção do novo Espaço Económico Europeu a partir de 1993, é um exemplo claro da posição sectária e autoritária do governo português que mais uma vez conduziu as negociações à porta fechada, não potenciando o seu poder negocial, e a conjugação de esforços institucionais e políticos com vistas a um bom resultado.

O obtido fala por si: as questões das pescas nas águas da Noruega e da Irlanda representam pouco mais do que nada ficando ainda o país numa posição subalterna à de Espanha, as restrições à liberdade de circulação e de residência dos trabalhadores portugueses na Suíça mantêm-se por mais cinco anos e as garantias de uma melhoria qualitativa das condições de trabalho são insignificantes e o fundo de coesão ficou muito aquém do necessário e possível.

A Comissão Política do PCP chama a atenção da opinião pública e manifesta as suas apreensões face à continuada governamentalização das questões da integração, com prejuízo para os interesses nacionais, nomeadamente nas negociações da PAC, da União Económica e União Política.

3. Perante a forte desaceleração da actividade produtiva nacional e o agravamento da situação financeira de muitas empresas portuguesas, a Comissão Política do PCP considera urgente a diminuição das margens de intermediação do sector financeiro, nomeadamente através da diminuição das taxas de juro das empresas (taxas activas), o relançamento do investimento produtivo e o combate à degradação da balança comercial e de transacções correntes.

4. A Comissão Política do PCP apreciou a suspensão da visita a Timor da delegação da Assembleia da República, que chegou a estar prevista para princípios de Novembro.

O PCP aprovou a decisão que levou àquela suspensão por entender que não estavam reunidas as condições para que a deslocação dos deputados portugueses pudesse ser favorável à luta do povo mauber e à posição de Portugal como potência administrante de Timor.

A Comissão Política do PCP salienta que é agora imperioso que Portugal desenvolva, através da acção do Governo e da diplomacia portuguesa e com iniciativas da própria Assembleia da República, uma acção intensa junto da comunidade internacional denunciando as atrocidades e os crimes de genocídio praticados pelas autoridades da Indonésia no Território Timorense e em apoio da luta do povo de Timor-Leste pela autodeterminação e independência.

5. Os elementos veiculados por alguns órgãos de comunicação social a respeito de contribuições financeiras do PCUS que no passado teriam sido recebidas por diversos partidos comunistas, entre os quais o PCP, inserem-se num processo de especulações, cuja origem tem a ver com lutas internas na União Soviética e, em particular, com a acção de conhecidas forças anti-socialistas.

Pela parte do PCP não será feito, de momento, mais nenhum comentário sobre o assunto.

O PCP reserva-se o direito, oportunamente, de dar completa resposta a este tipo de notícias e às forças que as produzem.

6. A Comissão Política do PCP insiste na necessidade de o Governo, com prontidão e eficácia, responder aos graves problemas que preocupam e prejudicam os agricultores portugueses. Insistimos, em particular, na necessidade urgente de resposta à difícil situação nos Mercados do Vinho e Carne Bovina, em que grande parte da produção continua sem saída, e cujos preços se mantêm extremamente degradados.

A Comissão Política do PCP alerta também para a gravidade de posições governamentais que sobre a grossa questão da Reforma da PAC subalternizam os interesses nacionais e desvalorizam a «especificidade da agricultura portuguesa», preparando-se para justificar a aceitação das medidas de Reforma propostas - redução dos volumes de produção e baixa nos preços dos produtos agro-pecuários - numa posição inteiramente subserviente face às posições dos países mais ricos da CEE.

7. Em relação à Conferência que amanhã se inicia em Madrid, a Comissão Política salienta, na sua análise, os seguintes aspectos:

O PCP tem defendido a realização de uma Conferência Internacional para a solução global dos problemas do Médio Oriente, com destaque para o reconhecimento do direito do povo palestino à criação de um Estado independente no território da Palestina e a retirada de Israel dos territórios ocupados.

Apesar de factores desfavoráveis tomarem duvidoso que a Conferência de Madrid atinja os resultados necessários (o que tem a ver com a tentativa dos Estados Unidos e seus aliados explorarem a nova correlação de forças resultante da situação e enfraquecimento da URSS e da guerra do Golfo para imporem as suas posições hegemónicas no Médio Oriente, com o prosseguimento da política de Israel de repressão do povo palestino e de estabelecimento de colonatos, e com a recusa da participação efectiva da OLP nas conversações), a Comissão Política do PCP, ao mesmo tempo que exprime o seu voto de que esta iniciativa possa saldarse por resultados positivos, reafirma a solidariedade dos comunistas portugueses para com a OLP e para com os povos árabes.

Lisboa, 29 de Outubro de 1991

Actualização das pensões muito aquém das promessas eleitorais

1. O PCP considera que os valores ontem anunciados pelo Ministro do Emprego e Segurança Social para a habitual actualização anual das pensões de velhice, invalidez e sobrevivência, limitando-se praticamente a acompanhar a taxa de inflação, são extremamente baixos e insuficientes face à gravidade da situação em que se encontra a camada social a que se destinam e constituem um primeiro mas esclarecedor sinal do abandono por parte do PSD das suas principais promessas eleitorais.

2. O ridículo aumento das pensões agora anunciado, o mais baixo dos últimos dois anos, desmente o solene compromisso assumido pelo PSD e o seu abundantemente proclamado empenho de promover a aproximação ao salário mínimo nacional dos valores das pensões.

3. A verdadeira explicação para o facto insólito de, formalmente, ter sido o governo cessante a anunciar os valores desta actualização das pensões encontra-se muito provavelmente na preocupação do PSD de não assinalar a en-

trada em funções do seu novo Governo com uma decisão que defrauda gritantemente as promessas eleitorais do PSD e as expectativas por elas criadas. É assim patente que, nesta como noutras matérias, o PSD continua igual a si próprio, designadamente no recurso a truques e habilidades que um razoável sentido de Estado e uma normal ética do exercício de funções públicas deveriam bastar para rejeitar.

4. Salientando a importância do desenvolvimento do protesto e da luta dos reformados e pensionistas pelos seus próprios interesses e justas reivindicações, o PCP, fiel aos compromissos assumidos perante os eleitores, reafirma que no início dos trabalhos da Assembleia da República apresentará iniciativas legislativas visando uma significativa melhoria da situação dessa camada social.

30 de Outubro de 1991

O Gabinete de Imprensa do PCP